MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Resumo de Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 13.06.2019. Aos treze dias do mês de junho de 2019, às 9 horas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Doutor **Eduardo Barreto d'Avila Fontes**, presentes os Procuradores de Justiça Conselheiros **Doutora Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg**, **Doutor Josenias França do Nascimento** e **Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça**, e ausente justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Conselheiro **Doutor Luiz Valter Ribeiro Rosário**, reuniram-se, em Reunião Ordinária, o Conselho Superior do Ministério Público, convocado na forma da Lei, do seu Regimento Interno e demais normatizações aplicáveis à espécie, para apreciação das matérias constantes da pauta publicada no Diário da Justiça e encaminhada a todos os Membros do Ministério Público, a saber. Havendo número legal, o Senhor Presidente do Conselho Superior declarou aberta a reunião. Lida, discutida e submetida à apreciação foi aprovada a Ata da 9ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 23 de maio de 2019. Em seguida, o Presidente do CSMP inverteu o julgamento da Pauta, em razão de pedido de preferência nesses certames de Promoção por Antiguidade e Merecimento, iniciando às **APRECIACÕES**, pelas seguintes matérias: **3. APRECIACÃO** do pedido de **PROMOÇÃO**, pelo critério de **MERECIMENTO**, da vaga alusiva ao cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Laranjeiras, de Entrância Final, objeto do **Edital 26/2019**, firmado pelos Promotores de Justiça: **Lúcio José Cardoso Barreto Lima (03)**, **Tatiana Souto Quirino (04)**, **Renato Vieira Dantas Bernardes (06)**, **Alessandra Pedral de Santana Suzart (07)**, **Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (10)**, **Iuri Marcel Menezes Borges (13)** e **Rafael Schwez Kurkowski (18)***. Conselheiro Relator Doutor **Josenias França do Nascimento**. **Número de Ordem na Lista de Antiguidade.* Inicialmente o Presidente do Conselho Superior solicitou ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator Doutor **Josenias França do Nascimento** que procedesse à leitura do seu relatório, tendo este feito as seguintes observações: Trata-se de Processo de Promoção pelo Critério de Merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 26/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 0824 de 16 de Maio de 2019, encartado à fls. 03. Inscreveram-se os seguintes Promotores de Justiça: **Lúcio José Cardoso Barreto Lima**, **Tatiana Souto Quirino**, **Renato Vieira Dantas Bernardes**, **Alessandra Pedral de Santana Suzart**, **Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva**, **Iuri Marcel Menezes Borges**, **Rafael Schwez Kurkowski**. Todos Candidatos instruíram seus pleitos com cópias de peças processuais e outros documentos concernentes as atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas Promotorias de Justiça onde atuam, atendendo às disposições previstas no art. 3º, da Resolução nº 005/2011-CSMP (*documentos visualizados pelo Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, na aba Conselheiro Relator, consultar inscritos no Edital, Documentos*). Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que os serviços se encontravam atualizados, além de não terem dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses anterior ao pleito (declarações visualizadas pelo Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, na aba Conselheiro Relator, consultar inscritos no Edital). A relação de candidatos inscritos foi publicada no Diário Oficial Eletrônico no 0828 de 22 de Maio de 2019, encartado à fls. 07, não sendo apresentadas impugnações nem reclamações contra a mesma, conforme certidão acostada às fls.110. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, cumprindo a determinação do art.12, da Resolução nº 004/2011-CSMP, juntou informações necessárias à aferição do merecimento dos candidatos, consoante avistado no processo físico às fls. 25 a 108, também podem ser visualizadas pelo Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

na aba Conselheiro Relator – Materialização do Edital nº 02/2019 – Relatório Corregedoria Geral. DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL No aspecto formal, o procedimento de promoção ora analisado obedeceu às exigências e ao rito procedimental contidos nas leis de regência e, em especial, na Resolução nº 004/2011 do CSMP, de 18 de outubro de 2011, com alteração do Parágrafo único de seu art.2º, pela Resolução nº 003/2016 do CSMP, de 16 de dezembro de 2016, que disciplinou as fases procedimentais e padronizou os requerimentos e a forma de apresentação de documentos voltados a demonstração do preenchimento dos critérios objetivos, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe. DA LISTA ANTERIOR DE REMANESCENTES Consoante comando expresso no § 2º, do art. 4º, da Resolução nº 005/2011-CSMP, alterado pela Resolução nº 003/2013, *define-se: “Art.4º - (...) §1º – Para controle de consecutividade ou alternância de que trata o caput, serão elaboradas listas diversas para promoção e remoção. §2º – A superveniência de remoção ou promoção, qualquer que seja o critério, interrompe a consecutividade e alternância para fins de movimentação compulsória.* O último procedimento para movimentação da carreira se processou a título de promoção pelo critério de merecimento, e foi destinado ao preenchimento de vaga existente na 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória – Edital 26/2019, no qual não houve Promotores de Justiça inscritos, conseqüentemente, não houve Lista de Remanescente, tudo conforme certificado às fls.23 dos autos físicos, podendo também ser visualizado pelo Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, aba Conselheiro Relator, item Consultar Inscritos no Edital. DO CONTROLE DE CONSECUTIVIDADE E ALTERNÂNCIA Preceitua o artigo 4º da Resolução nº 005/2011 do CSMP, alterado pela Resolução nº 003/2013, que *“é obrigatória a remoção ou a promoção de Membro do Ministério Público que figure por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, em listas de merecimento, ainda que não integre o quinto de antiguidade mais elevado da lista de merecimento”*, cujo controle, consoante disposição contida em seu §1º, será aferido em listas diversas de promoção e remoção. Nesses termos, analisando a lista de figurações pretéritas nos processos de remoção e promoção por merecimento, agregada às fls.24 dos autos físicos, verifica-se que o Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima figurou 02 (duas) vezes, não consecutivas, em Lista de Merecimento, após haver sido removido em 05/11/2015 para a Promotoria de Justiça de Riachuelo. Quanto aos demais Promotores de Justiça postulantes Tatiana Souto Quirino, Renato Vieira Bernardes, Alessandra Pedral de Santana Suzart, Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva, Iuri Marcel Menezes Borges e Rafael Schwez Kurkowski não integraram listas de merecimento após a última promoção/remoção. Dispõe o art.68, incisos III, IV, V, e VI da Lei Complementar nº 02/90, *in verbis: “Art.68. Somente poderão ser indicados os candidatos que: I - () II- () III – não tenham sofrido pena disciplinar, no período de 1 (um) ano, anterior à elaboração da lista; IV – não tenha sido removido por permuta, no período de 2 (dois) anos, anteriores à elaboração da lista, salvo nos casos de promoção por antiguidade; V – estejam classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver nenhum candidato que satisfaça essa condição e o interesse do serviço exigir o imediato provimento do cargo, hipótese em que a indicação se dará entre membros dos quintos subsequentes, observada a sua ordem; VI – tenham completado 2 (dois) anos de exercício na entrância anterior, salvo se nenhum candidato o tiver e o interesse do serviço exigir o imediato preenchimento.* Assim, verifica-se que no presente pleito de Promoção Por Merecimento, ora em exame, para a titularidade da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Entrância Final, dentro do cotejo das condições objetivas aferidas legalmente, em que se candidatam 07 (sete) Promotores de Justiça, poderão ser dados por habilitados e, portanto, em tese, indicados para a composição da lista, os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, por preencherem os requisitos objetivos previstos no art. 68, incisos III, IV, V, e VI da Lei Complementar nº 02/90 e figurarem na primeira quinta parte da lista de antiguidade, como alhures indicado pela Secretaria do Conselho Superior, fls.06/07 dos autos físicos. Ocorre que a candidata Tatiana Souto Quirino está afastada do exercício da atividade funcional por dois anos, em gozo de licença especial desde 01/09/2017, concedida através da Portaria PGJ nº 2.448/2017, depois de autorizado o seu afastamento pelo Conselho Superior do Ministério Público para cursar Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, razão porque restou prejudicada a verificação de sua atividade junto aos Sistemas ARQUIMEDES E PROEJ. A princípio, a candidata preenche os requisitos exigidos no art. 68, incisos I a VI da nossa legislação de regência, podendo ser habilitada e indicada a concorrer ao pleito de movimentação na carreira objeto do Edital 26/2019, todavia, esta Relatoria suscita uma questão de ordem a ser dirimida pelos demais Eminentes Conselheiros, em conformidade os questionamentos feitos a seguir: a) - *Estando a candidata Tatiana Souto Quirino afastada do exercício da atividade funcional, mesmo que autorizada por licença em caráter especial a frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos no exterior, seria razoável habilitá-la no sentido de concorrer a movimentação na carreira de igual para igual com candidatos que efetivamente estão no exercício da atividade funcional, será que não estaria a ferir os princípios da proporcionalidade e da igualdade?* b) - *Se habilitada a concorrer e sendo indicada, seria razoável exigir da candidata a suspensão da licença especial para que possa ocorrer a assunção ao cargo para a qual fora promovida?* Então, considerando a questão de ordem suscitada através dos questionamentos acima, esta Relatoria aguarda do Colendo Conselho uma decisão com relação a considerar habilitada a candidata Tatiana Souto Quirino para concorrer ao certame objeto do Edital 26/2019. Com isso, em tese, podem ser conhecidas as inscrições de apenas três Candidatos Requerentes (*Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes*) os quais poderão ser Habilitados a concorrer à Promoção pelo Critério de Merecimento para 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final – Edital nº 26/2019. **CONCLUSÃO** Pelo exposto, com fulcro no art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90 c/c art.51, incisos I a VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e, ainda, em obediência ao disposto no art.15 da Resolução nº 04/2011 do CSMP, esta Relatoria manifesta-se pela apreciação do Colendo Conselho Superior da questão de ordem suscitada quanto a Habilitação da Promotora de Justiça/Candidata Tatiana Souto Quirino no Processo de Remoção por Merecimento, objeto do Edital nº 26/2019, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, por conseguinte, momentaneamente, manifesta-se por considerar habilitados os Promotores de Justiça/ Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima e Renato Vieira Dantas Bernardes. Após ampla discussão, o Conselheiro Relator, que alterou seu posicionamento inicial, habilitando também Doutora Tatiana Souto Quirino, manifestou-se por considerar habilitados os Promotores de Justiça/Candidatos **Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes**. Constatou, o Relator, que com a inversão da Pauta essa Promoção não tem Remanescente. Assim, concluída a exposição do relatório pelo Conselheiro Relator, o Conselho Superior aprovou, por

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

unanimidade, a correlata manifestação. Ato contínuo, a Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral, Doutora **Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg**, fez a leitura de seu Relatório. Em seguida, iniciou-se a votação pela análise dos candidatos habilitados e que integra o quinto mais elevado da lista de antiguidade, conforme se infere das normas inscritas no artigo 18, caput, da Resolução nº 04/2011 do CSMP, consoante justificativas de votos a seguir: **1) Conselheiro “Josenias França do Nascimento”**: A análise do requerimento do candidato pleiteante a promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, associada aos termos do Relatório de lavra do eminente Conselheiro Relator do Processo, Procurador de Justiça Josenias França do Nascimento, pertinente a remoção objeto do Edital nº 26/2019, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que o mesmo: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removido por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificado na segunda quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicado a formação da lista tríplex com vista a promoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, três candidatos da 1ª quinta parte da lista de antiguidade, manifestaram interesse em requerer a promoção por merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça. Então, os três candidatos pleiteantes integrantes do 1º quinto mantiveram suas inscrições e foram considerados habilitados. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a “promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplex” (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: “a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago” (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de Promoção objeto do Edital nº 26/2019-CSMP, porque os três candidatos puderam ser indicados a concorrerem a vaga, em virtude de serem todos classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral informou que o candidato concorrente não apresentava pendências nos Sistemas : SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES. O Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento do candidato acima indigitado os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento do candidato: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento do candidato, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação.

DESEMPENHO: O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade.

OPEROSIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a esse critério objetivo, o candidato demonstrou sua operosidade, juntando Relatório da última Correição levada a efeito pela Corregedoria Geral na Promotoria de Justiça de Riachuelo em 23 de abril de 2019, da qual é titular o candidato postulante, onde restou consignado o fato de que no dia da correição constatou-se não haver nenhum processo judicial e inquérito policial com carga ou vista à Promotoria de Justiça, a mais de 30 dias em Gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação.

ASSIDUIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. O candidato comprovou este critério objetivo com a juntada, de igual modo, do Relatório de Correição Ordinária de lavra da Corregedoria Geral, o qual testifica a assiduidade do candidato no seu local de trabalho, atendendo a população, despachando processos, realizando audiências públicas e instruindo reclamações, procedimentos preparatórios a inquéritos civis e inquéritos civis. Ainda, com relação ao critério objetivo assiduidade, deve ser salientado que, conforme demonstra a Planilha de Ocorrências Funcionais, extraída do Portal do Servidor do MPSE e juntada ao presente, o ora postulante é muito assíduo ao trabalho, não registrando faltas injustificadas ao serviço e nem deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 6 (seis) meses anteriores ao presente pedido.

DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CARGO: Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. No que concerne à esfera extrajudicial, que confere maior visibilidade à atuação do Ministério Público, o requerente tem se dedicado à defesa de interesses difusos e coletivos com significativo alcance social nos municípios integrantes da Promotoria de Justiça da qual é titular atualmente. Insta salientar, no mais, que a dedicação do postulante foi reconhecida por ocasião das Correições Ordinárias da Corregedoria Geral e das Inspeções da Coordenadoria Geral, realizadas na

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotoria de Justiça de Riachuelo em 2019. Com efeito, conforme se infere do relatório elaborado após a Correição Ordinária realizada pela Corregedoria Geral do MPSE em 23/04/2019 (vide relatório anexo com o seu requerimento), a atuação do ora postulante na Promotoria de Justiça de Riachuelo foi considerada ótima. PRODUTIVIDADE: Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério objetivo o candidato comprovou pelos mapas estatísticos oriundos do ARQUIMEDES uma boa produtividade no período de 30/05/2018 a 30/05/2019, observando-se o princípio da razoabilidade, uma movimentação processual tendo como registro de entrada 1.649 e de saída 1357, com um resíduo de 292 processos. Os registros dizem respeito a atuação do candidato em procedimentos judiciais de natureza cível e criminal. Com relação aos procedimentos extrajudiciais, a Corregedoria Geral em seu Relatório Preliminar registra movimentos no Sistema PROEJ no período de 30/05/2018 a 30/05/2019, apenas de 1.226 (total de trâmites por Promotor) Neste aspecto o candidato é um Promotor de Justiça com regularidade propositiva boa, a par da apresentação de denúncias, alegações finais, contrarrazões recursais, manifestações em processos de natureza cível e criminal, tudo realizado em prol da defesa da ordem jurídica, das vítimas e da sociedade. Registre-se que, analisadas as peças processuais pelo candidato produzidas, todas revelaram boa fundamentação jurídica, com redação de qualidade, segurança e refinado conhecimento jurídico, tudo conforme relatado no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público, na fase complementar do processo de promoção, ora em apreciação. No âmbito judicial, nas áreas penal e cível, vale registrar em sua regular produção a seguinte atuação: 31 Denúncias, 29 Alegações Finais, 882 Manifestações; 01 Razão de Recurso; 19 Contrarrazões; 20 Audiências Judiciais e 01 Interposição de Recurso, totalizando a movimentação no período em 1.553. Registro excelente atuação na área extrajudicial, ou seja, aquela que maior visibilidade se dá a sociedade da atuação social do Ministério Público, identificando as seguintes ações: AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CAMPO DO BRITO – Escola Municipal José Fonseca Lima; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ESGOTAMENTO SANITÁRIO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – FALTA DE PROFESSORES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – IMPROBIDADE – CONTRATAÇÃO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – INTERDIÇÃO DE ESTÁDIO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – MEDICAMENTOS – CÉSAR SILVA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – PROIBIÇÃO DE FESTA – 4º NATAL NO POVOADO TABULEIRINHO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REVITALIZAÇÃO DE BARRAGEM; ACP – AMBIENTAL – LIXÃO SANTA ROSA; ACP – AMBIENTAL – PADARIAS – RIACHUELO; ACP – IMPROBIDADE – CONTRATOS TEMPORÁRIOS – DIVINA PASTORA; ACP – IMPROBIDADE – REGISTRO DE PREÇOS – RIACHUELO; ACP – IMPROBIDADE – TRANSPORTE SERVIDORES – DIVINA PASTORA; ACP – NULIDADE DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL – RIACHUELO; ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CAPS – DIVINA PASTORA; ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CREAS – RIACHUELO e RECOMENDAÇÃO – INDISCIPLINA ESCOLAR. No âmbito da esfera judicial de natureza penal e civil registro as seguintes ações e manifestações judiciais: AGRAVO DE

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

INSTRUMENTO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – EFEITOS DA APELAÇÃO; APELAÇÃO – ACP DESO; CONTRARRAZÕES – EMBARGOS – EXECUÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS; CONTRARRAZÕES APELAÇÃO – ACP IMPROBIDADE; CONTRARRAZÕES APELAÇÃO – ACP SAÚDE; CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO – ROUBO MAJORADO – LEONARDO DE JESUS; DENÚNCIA – ROUBO – ART. 157, §2, I e II, COM PREVENTIVA; EXECUÇÃO – OBRIGAÇÃO DE FAZER – TAC; IMPUGNAÇÃO – EMBARGOS – EXECUÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS; PARECER – BPC – DEFERIMENTO; PARECER – USUCAPIÃO ESPECIAL – INDEFERIMENTO INICIAL; RAZÕES DE APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE DE ARMA DE FOGO; RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – REJEIÇÃO DE DENÚNCIA e REPRESENTAÇÃO MEDIDA PROTETIVA. PRESTEZA: Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. Ainda segundo os Relatórios da Corregedoria-Geral do MPSE, o candidato quanto às atividades judiciais registra conduta zelosa e exemplar, com as manifestações processuais absolutamente atualizadas. No tocante às atividades extrajudiciais, disse ter detectado a diligência e o cuidado necessários à defesa dos direitos do cidadão, sendo constatada a regularidade na condução das rotinas extrajudiciais. NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA – Anote-se que o candidato requerente figurou na lista tríplice formada para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, após a sua última movimentação em 13/06/2019, a título de promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final. FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS - Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, o candidato apresentou com o seu requerimento Certificados de Participação em alguns Cursos promovidos pela ESMP: CERTIFICADO ESMP – COMBATE À CORRUPÇÃO; CERTIFICADO ESMP – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE; CERTIFICADO ESMP – CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE; CERTIFICADO ESMP – CURSO DE DIREITO ELEITORAL; CERTIFICADO ESMP – LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; CERTIFICADO ESMP – O MP E O NOVO CPC; CERTIFICADO ESMP – PALESTRA RAÇA E GÊNERO; CERTIFICADO ESMP – PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS e CERTIFICADO ESMP – TREINAMENTO SIMBA. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no ano de 2018, o Candidato participou de Cursos de Aperfeiçoamento, e por conta disso pontuou neste requisito objetivo, tendo alcançado 19 horas no período de 16/05/2018 a 16/05/2019. OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL: Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo o candidato nada comprovou com seu requerimento. APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS: Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral veio aos Autos informação de que o candidato vem comunicando regularmente o início de suas férias e

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

respectivo retorno às atividades funcionais, assim como vem alimentando em dia os Relatórios dos Sistemas a que está submetido. PROATIVIDADE – Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito objetivo, o candidato nada comprovou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS – Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, constata-se sua atuação: Exerceu as funções do cargo de Diretor do Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais, materializado pelo Ato nº 471/2018, de 20 de novembro de 2018. CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Quanto a este requisito, o candidato nada apresentou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO – Quanto a este requisito o candidato nada comprovou com o seu requerimento contribuições para o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico do MPSE. DA REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Quanto a este aspecto, o candidato apresentou com o seu pedido, registro de ações que tiveram repercussão social relevante, que transformaram o meio social. A título de exemplo registro: ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CREAS – RIACHUELO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ESGOTAMENTO SANITÁRIO; ACP – AMBIENTAL – LIXÃO SANTA ROSA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA; ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CAPS – DIVINA PASTORA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REVITALIZAÇÃO DE BARRAGEM; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – FALTA DE PROFESSORES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO etc. Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro que foi feita sobre a atuação funcional do candidato inscrito, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista tríplice para a promoção objeto deste Edital. **2) Conselheira “Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça”**: Trata o presente processo de promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Laranjeiras, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 26/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público em 16 de maio de 2019 (edição nº 0824), com inscrição dos seguintes candidatos: LÚCIO JOSÉ BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO, RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, ALESSANDRA PEDRAL DE SANTANA SUZART, MÔNICA ANTUNES ROCHA RIGO DA SILVA, IÚRI MARCEL MENEZES BORGES, RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI. Os requerimentos dos candidatos foram instruídos através do Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, e em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os mesmos declararam, expressamente, estar com os serviços a seu cargo atualizados e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, apresentou Relatório com informações necessárias à

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

aferição da habilitação dos Candidatos. O Conselheiro Josenias França do Nascimento, designado como Relator, após examinar os documentos insertos no SERP e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório Conclusivo, onde, inicialmente, registrou a inexistência de remanescentes de listas e efetuou o controle de consecutividade e alternância, verificando que não ocorreu nenhuma das causas de remoção/promoção obrigatória previstas no art. 72 da Lei Complementar 02/90, que reza: Art. 72. É obrigatória a promoção ou remoção do membro do Ministério Público que figurar 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas nas respectivas listas de merecimento. Ao final, depois examinar o preenchimento de requisitos objetivos por parte dos candidatos e de apresentar questão de ordem em relação à candidata Tatiana Souto Quirino, que se encontra em gozo de licença para curso de mestrado em Portugal, o digno Relator considerou habilitados os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, que se encontram posicionados no primeiro quinto da lista de antiguidade. Em síntese, o relatório. Apreciada a questão de ordem com a manutenção da habilitação da candidata Tatiana Souto Quirino, passo a emitir o meu primeiro voto para a formação da lista tríplice. 1º VOTO O Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes ingressou na carreira do Ministério Público em 31 de agosto de 2004, como Promotor de Justiça Substituto, titularizando-se na Promotoria de Justiça de Neópolis em 25 de setembro de 2007. Atuou, também, nas Promotorias de Umbaúba, Gararu, 1ª e 2ª Promotorias de Nossa Senhora das Dores. É titular da 1ª Promotoria de Nossa Senhora das Dores. O Relatório da Corregedoria aponta que o Promotor Renato Vieira Dantas Bernardes, ao longo do último ano, cumpriu suas obrigações funcionais relativas às comunicações obrigatórias, encontrava-se com os trabalhos atualizados, não sofreu qualquer punição disciplinar no último ano anterior ao requerimento de remoção, e foi submetida a Correição Ordinária em 14 de maio de 2019, onde obteve o conceito Ótimo. A análise dos documentos inclusos no SERP permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apto para fins de promoção por merecimento. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça requerente, foram analisados os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, em especial os relacionados no art. 1º da Resolução nº 05/2011 do CSMP, dos quais destacamos: 1) - desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial. (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Há de se considerar o volume de trabalho comprovado nos relatórios funcionais, bem como a qualidade das peças judiciais e extrajudiciais desenvolvidas, cuja mensuração se fará mediante a plausibilidade da fundamentação jurídica, a boa redação e a estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. São aferidos no caso concreto através da atual circunstância de ter o candidato movimentado, no período de 28 de maio de 2018 a 28 de maio de 2019, 3477 processos judiciais, bem como realizou 937 trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo o Relatório da Corregedoria Geral. O Relatório de Correição inserido nos autos também traz uma ótima avaliação qualitativa da atuação funcional do promotor, atento à efetividade de seu trabalho junto à comunidade. 2) - frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. Os documentos anexados pelo candidato, através do SERP, indicam cursos anteriores ao período válido para inscrição no Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da ESMP. Não há registros no seu Banco de Horas. 3)- aprimoramento da cultura jurídica

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em áreas de interesse institucional. O candidato não apresentou informações sobre eventual pós-graduação. 4) – publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste de sua ficha funcional. No caso, o candidato reportou no SERP a publicação de artigo na plataforma digital Jus Navigandi e apresentou manuais e formulários elaborados com o objetivo de aprimorar e uniformizar o atendimento e a atuação de técnicos e analistas do Ministério Público. Diante do exposto, por estar amplamente identificado e justificado o mérito do candidato, não só pelo que aqui se mencionou, mas também pelo que consta nos autos, voto pela Promoção do Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes para a 2ª Promotoria de Laranjeiras. 3) *Conselheira “Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg”*: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de entrância final, regido pelo Edital n.º 26/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE- DOFe, n.º 0824, de 16 de maio de 2019. Inscreveram-se os Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), Alessandra Pedral de Santana Suzart (2º quinto), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (2º quinto), Iuri Marcel Menezes Borges (3º quinto) e Rafael Schwez Kurkowski (3º quinto). Os requerimentos dos Candidatos foram instruídos mediante cópias de peças Processuais, certidões e documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas respectivas Promotorias onde atuam (documentos visualizados pelo Sistema eletrônico de remoção e promoção - SERP), em atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução n.º 005/2011-CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar n.º 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que estão em dia com os serviços e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição de habilitação dos Candidatos. O Conselheiro-Relator, após examinar os documentos insertos nos autos e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório, concluindo pela HABILITAÇÃO dos Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), e Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), mantendo-se os mesmos no pleito. O Relatório também analisou a questão da lista anterior de Remanescentes, onde no último procedimento de movimentação da carreira não houve lista de remanescente. Em síntese, este é o RELATÓRIO. Passo a proferir o VOTO: Para a formação da lista tríplice de merecimento a indicação do meu primeiro voto é para o Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto de Lima, levando-se em consideração a confirmação do seu nome por ter preenchido os requisitos objetivos e subjetivos conforme Relatório da Corregedoria, bem como constatado um desempenho de excelência no desenvolvimento de suas atribuições junto à Promotoria de Justiça a qual titulariza, sempre envidando esforços para o melhor cumprimento de suas funções e deveres institucionais ao longo da carreira. O Promotor de Justiça que ora recebe o meu voto ingressou na carreira do Ministério Público em 15/09/2003, ocupando a 4ª posição no quadro de antiguidade da entrância inicial, integrando seu primeiro quinto. A análise do requerimento que ora se faz, permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar n.º 02/90, encontrando-se apto para integrar a lista tríplice

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

formulada, para fins de Promoção por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça indicado, foram analisados, como dito, os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, quais sejam: a) art. 66, § 5º, da Lei de regência (LC n.º 02/90) – desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento b) art. 1º, incisos I a VI e art. 2º, incisos I a IV, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Foram observados, também, os critérios previstos no art. 7º da Resolução n.º 005/2011: repercussão, alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades no exercício da função, experiências exitosas e o histórico funcional do interessado. Feitas tais considerações, passo a apreciar resumidamente os parâmetros utilizados: DESEMPENHO, PRODUTIVIDADE e PRESTEZA (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Deve ser considerada a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido pelo Candidato na área judicial e extrajudicial, devidamente avaliada e comprovada nos relatórios funcionais e que devem se fundamentar na clareza, objetividade e plausibilidade da fundamentação jurídica, além da estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. O desempenho, a produtividade e a presteza do Candidato referentes à atividade judicial são aferidos no caso concreto através de relatórios, acompanhamentos e avaliações da Corregedoria do Ministério Público, encontrando-se, pelas informações que constam nos autos, regular quanto ao envio dos Relatórios, bem como quanto à movimentação processual do último ano, de 30/05/2018 a 30/05/2019 constatou-se um total de 1649 Processos recebidos pelo Promotor de Justiça, sendo devolvidos 1357. Em relação a análise do número de vezes de participação em listas de escolhas, conforme determina o art. 1º, II, Resolução n.º 005/2011 – CSMP, constatou-se que o Promotor de Justiça Postulante figurou por duas vezes não consecutivas em listas pretéritas, conforme informado no Relatório da Corregedoria. Quanto ao aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos, verificou-se a participação do candidato através do Relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público. Pelo exposto, encontrando-se, em linhas gerais, aqui definido e fundamentado o merecimento do Candidato, além das informações valiosas que constam nos autos e dos documentos ali ilustrados, VOTO pela inclusão do Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto de Lima na lista triplíce de merecimento para Promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. A escolha final do Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto de Lima para a Promoção por merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, se faz no meu Voto levando-se em consideração que o candidato preenche os requisitos objetivos, além dos demais requisitos subjetivos, conforme argumentos acima especificados, os quais reitero para fins de justificar a escolha ora efetivada. **4) Conselheiro “Eduardo Barreto d'Ávila Fontes”**: O candidato é Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Riachuelo, conforme Ato de 05 de novembro de 2015, exercendo, a partir de 09/11/2015, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que o referido candidato formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade vertical, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital nº 04/2019, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar nº 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução nº 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação do candidato, cumpre realçar que este figura na 4ª posição (1º quinto) do quadro de antiguidade da entrância final. Assim, encontra-se o Promotor de Justiça Postulante HABILITADO a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar nº 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-se promover a avaliação da atuação funcional individualizada do candidato, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar nº 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução nº 05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução nº 05/2011-CSMP. I - Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, o Promotor de Justiça, ora Candidato à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 15 de setembro de 2003, tendo se titularizado em 21 de março de 2006. Ressaltamos que o Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias unidades ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pelo candidato, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Recursos, Pareceres, dentre outras promoções, que denotam a dedicação e presteza com que o Promotor de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na defesa de direitos difusos e coletivos. Com efeito, cumpre observar que o referido candidato movimentou, no período de 09 de maio de 2018 a 09 de maio de 2019, o quantitativo de 1.516 (mil quinhentos e dezesseis) processos, bem como realizou 1.096 (mil e noventa e seis) trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais. É dizer, o Requerente vem apresentando reconhecida dedicação, presteza e operosidade no exercício do cargo, cuja atuação proativa pode ser constatada, ante o exercício de suas atribuições junto à Promotoria de Justiça de Riachuelo, desde o ano de 2015 e ao Centro de Apoio de Atividades Cíveis e Criminais ao longo de 2018 e deste ano. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo da Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora, temos que o candidato figurou em lista pretérita de processo de Remoção por Merecimento. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, o candidato participou, no período de 24.04.2018 a 23.04.2019, de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior, com um total de 4 (quatro) horas acumuladas. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: O candidato não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, mas participou de diversos Congressos Regionais e Nacionais de interesse do Ministério Público. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: O candidato não colacionou ao presente procedimento comprovante de publicações relacionadas com a atividade funcional e não há registros na ficha de ocorrências funcionais de elogios e prêmios. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, o Requerente enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a respectiva atuação. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que o Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 05/2011, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim cumpre as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, o Postulante se apresenta legalmente credenciado à almejada promoção por merecimento, motivo pelo qual VOTO neste candidato para integrar a lista, por merecimento, à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. Assim, por maioria, Doutor **Lúcio José Cardoso Barreto Lima** (1º quinto), com 03 (três) votos, passa a ser o primeiro candidato a compor a lista tríplice, vez que a Conselheira Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça indicou o nome do Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes como seu primeiro candidato. Dando continuidade à votação para a composição da referida lista passou-se à análise da votação ocorrida entre os requerentes do mesmo quinto e que estão habilitados a concorrer, conforme determina o artigo 5º, §1º, da Resolução nº 04/2011, em consonância com as justificativas de votos a seguir discriminadas: **1) Conselheiro “Josenias França do Nascimento”**: A análise do requerimento do candidato pleiteante a promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, associada aos termos do Relatório de lavra do eminente Conselheiro Relator do Processo, Procurador Josenias França do Nascimento, pertinente a remoção objeto do Edital nº 26/2019, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que o mesmo: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removido por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificado na primeira quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicado a formação da lista tríplice com vista a promoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, três candidatos da 1ª quinta parte da lista de antiguidade, manifestaram interesse em requerer a promoção por merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça, inclusive o candidato pleiteante. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a “promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplice” (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: “a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago” (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de promoção objeto do Edital nº 23/2019-CSMP, porque os três candidatos concorrentes puderam ser indicados a concorrer a vaga, em virtude de serem todos classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade, estando aptos a formação da lista tríplice por estarem classificados no 1º quinto na lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral informou que o candidato concorrente não apresentava pendências nos Sistemas: SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES. O Procurador Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento do candidato acima indigitada, os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento do candidato: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento do candidato, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação. **DESEMPENHO:** O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados, para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade. **OPEROSIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a esse critério objetivo, o candidato demonstrou sua operosidade, juntando Relatório da última Correição levada a efeito pela Corregedoria Geral na 1ª Promotoria de Justiça de Dores em 14 de março de 2017, da qual é titular o candidato postulante, onde restou consignado o fato de que no dia da correição constatou-se não haver nenhum processo judicial e inquérito policial com carga ou vista à Promotoria de Justiça, a mais de 30 dias em Gabinete, nem fora do prazo

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

estimado para manifestação. ASSIDUIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. O candidato comprovou este critério objetivo com a juntada, de igual modo, do Relatório de Correição Ordinária de lavra da Corregedoria Geral, o qual testifica a assiduidade do candidato no seu local de trabalho, atendendo a população, despachando processos, realizando audiências públicas e instruindo reclamações, procedimentos preparatórios a inquéritos civis e inquéritos civis. Ainda, com relação ao critério objetivo assiduidade, deve ser salientado que, conforme demonstra a Planilha de Ocorrências Funcionais, extraída do Portal do Servidor do MPSE e juntada ao presente, o ora postulante é muito assíduo ao trabalho, não registrando faltas injustificadas ao serviço e nem deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 6 (seis) meses anteriores ao presente pedido DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CARGO: Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. No que concerne à esfera extrajudicial, que confere maior visibilidade à atuação do Ministério Público, o requerente tem se dedicado à defesa de interesses difusos e coletivos com significativo alcance social nos municípios integrantes da Promotoria de Justiça da qual é titular atualmente (Nossa Senhora das Dores e Cumbe). Neste particular, deve ser destacado que, em 04 (anos) anos e 10 (dez)mês de efetiva atuação na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores (dividida e denominada de 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores a partir da Resolução nº 012/2018 – CPJ, de 16/08/2018), o postulante registra elevado número de Ações Cíveis Públicas ajuizadas, de Termos de Ajustamento de Conduta, firmados e de audiências extrajudiciais realizadas, bem como de registro e finalização de feitos extrajudiciais. Insta salientar, no mais, que a dedicação do postulante foi reconhecida por ocasião das Correições Ordinárias da Corregedoria Geral e das Inspeções da Coordenadoria Geral, realizadas na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores em 2014 e 2017. Com efeito, conforme se infere dos relatórios elaborados após as Correições Ordinárias realizadas pela Corregedoria Geral do MPSE em 2014 e 2017 (vide relatórios anexos com o seu requerimento), a atuação do ora postulante na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores foi considerada ótima. PRODUTIVIDADE: Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério o candidato comprovou pelos mapas estatísticos oriundos do PROEJ uma produtividade excelente observando-se o princípio da razoabilidade. Com efeito, de acordo com os mapas estatísticos juntados ao presente procedimento de movimentação na carreira, extraídos do sistema PROEJ, o signatário demonstra boa produtividade no exercício das atividades extrajudiciais na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, tendo em vista que, no período de 18/06/2014 (data em que passou a officiar no órgão promotorial em questão) até a presente data: a) registrou 3.685 trâmites no sistema PROEJ; b) realizou 348 (trezentas e quarenta e oito) audiências extrajudiciais; c) ajuizou 76 (setenta e seis) Ações Cíveis Públicas, sendo 07 (sete) delas por atos de improbidade administrativa; d) propôs 09 (nove) Ações Cíveis Públicas de Execução; e) firmou 20 (vinte) Termos de Ajustamento de Conduta; f) atingiu recorde estatístico na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores no ano de 2017, quando registrou 231 (duzentos e trinta e um) novos procedimentos extrajudiciais, bem

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

como no ano de 2018, quando registrou 196 (cento e noventa e cinco) novos feitos extrajudiciais; h) promoveu 714 (setecentos e catorze) arquivamentos de feitos extrajudiciais, sendo 75 (setenta e cinco) deles por acordo entre as partes. Todas as providências acima destacadas impediram o acúmulo do número de feitos pendentes, tanto que, a despeito da grande demanda extrajudicial, a 1ª Promotoria de Justiça de Dorés: a) só possui procedimentos extrajudiciais em andamento, instaurados a partir de 2017, não havendo feitos extrajudiciais em trâmite, anteriores ao reportado ano; b) apesar de ter registrado elevado número de feitos extrajudiciais em 2017 e 2018, conforme salientado acima, só possui atualmente em andamento 09 (nove) Notícias de Fato, 20 (vinte) Inquéritos Cíveis e 03 (dois) Procedimentos Administrativos, consoante painel geral do PROEJ juntado com o seu requerimento. Os registros dizem respeito a atuação do candidato em procedimentos extrajudiciais, e esta atuação dá visibilidade a Instituição para a sociedade em toda a sua pujança. Neste aspecto o candidato é um Promotor de Justiça eminentemente propositivo, a par dos 1.096 trâmites no PROEJ; 348 Atas de Audiências, 76 Ações Cíveis Públicas; 714 arquivamentos com remessa ao Conselho Superior e 75 arquivamentos por acordo entre as partes. Registre-se que, analisadas as peças processuais (penais e cíveis) pelo candidato produzidas, todas revelaram boa fundamentação jurídica, com redação de qualidade, segurança e refinado conhecimento jurídico, tudo conforme relatado no relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação. Registro excelente atuação na área extrajudicial, ou seja, aquela que maior visibilidade se dá a sociedade da atuação social do Ministério Público, identificando as seguintes ações: ACP 201976300170 – Condenação da DESO na obrigação de manter, de forma contínua, eficiente e adequada, o abastecimento de água nos Povoados Cruzes e Campo Grande, ambos do município de Nossa Senhora das Dores/SE; ACP-201976300175 – ACP por ato de Improbidade Administrativa deflagrada em face de ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, por ter violado a ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso no município; ACP – 201976300411 – Recuperação de área de vegetação nativa do Bioma Caatinga, com cobertura vegetal classificada como Caatinga Hipoxerófila, que sofreu desmatamento; ACP'S – 201876300451 e 201876300078 - Regularização de loteamentos clandestinos no município de Nossa Senhora das Dores, que não observaram às exigências legais quando de sua implantação, notadamente por não terem sido executadas as obras de infraestrutura básicas necessárias nos empreendimentos; ACP-201876300453-Preservação da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, existente em Fazenda localizada no município de Nossa Senhora das Dores, bem como a imposição ao seu proprietário da obrigação de recuperar área com meio ambiente degradado; ACP-201776001390 – Garantir ao Conselho Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores (CMS) a infraestrutura física e os recursos materiais necessários para o desempenho adequado e eficaz de suas atribuições, assegurar a capacitação dos Conselheiros do CMS e regularizar os procedimentos de prestações de contas relativos ao uso de recursos financeiros da saúde; ACP – 201676001951 – Assegurar, durante a transição do governo municipal de Nossa Senhora das Dores, aos membros da Comissão de Transição do Prefeito eleito, o acesso a todos os documentos e informações indispensáveis à elaboração e implementação do programa do novo governo, evitando a descontinuidade de ações, serviços e programas de interesse público (“Operação Antidesmonte”); ACP – 201776001010 – Regularizar o abastecimento de água, pela Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, aos moradores dos Povoados

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ascenso e Volta, ambos do município de Nossa Senhora das Dores; ACP – 201676000752 – Fornecimento adequado e contínuo de água pela DESO no município de Cumbe e nos Povoados Boa Vista, Cruzes, Carro Quebrado e Gado Bravo Norte, todos de Nossa Senhora das Dores; ACP – 201776001469 – ACP por ato de Improbidade Administrativa ajuizada em face de ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores e dos membros da Comissão de Transição de Governo de sua gestão, em virtude do descumprimento das normas regentes da transição do governo municipal, da Resolução nº 301/2016 do TCE/SE e de Recomendação expedida pelo MP; ACP-201776001524 – ACP por ato de Improbidade Administrativa deflagrada em face de ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, por ter realizado evento festivo com o uso de verbas públicas para promover e impulsionar a sua campanha à reeleição; ACP-201776001434 – ACP por ato de Improbidade Administrativa intentada em face de ex-Prefeitos Municipais de Nossa Senhora das Dores, por terem promovido a contratação ilegal de diversos servidores municipais e por manterem a contratação de vários deles, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público; ACP – 201776001432 – ACP por ato de Improbidade Administrativa deflagrada em face do ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, por ter no ano eleitoral de 2016, promovido a distribuição gratuita de benefícios pela administração municipal, mediante a concessão do direito real de uso de espaços públicos a munícipes/eleitores para a construção de quiosques/lanchonetes, sem prévio procedimento licitatório ou adoção de qualquer outro procedimento objetivo de escolha dos beneficiários; ACP – 201676200050 – Reforma do matadouro municipal de Siriri ou a construção de um novo matadouro que possua estrutura física e condições higiênico-sanitárias e ambientais básicas e adequadas para o abate de animais, em observância à legislação aplicável à espécie; ACP – 201676000090 – Suspensão imediata de qualquer obra ou atividade nas áreas próximas à Área de Preservação Permanente (APP) da nascente do Riacho Pedrinhas, no Povoado Ascenso, em Nossa Senhora das Dores e obtenção do devido licenciamento ambiental da obra ou atividade; ACP – 201576001260 – Correção de inadequações/irregularidades nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde de Nossa Senhora das Dores; ACP 201576001291 – Obrigar o município de Nossa Senhora das Dores a promover a inscrição na dívida ativa municipal dos contribuintes que não efetuaram o pagamento dos débitos de IPTU e ajuizar, através da Procuradoria do Município, as competentes ações de execução fiscal contra os devedores inadimplentes, visando a cobrança da dívida ativa decorrente da falta de pagamento do tributo sob enfoque; ACP – 201576100054 – Obrigar o Estado de Sergipe a realizar as obras de reforma necessárias no prédio da Delegacia de Polícia de Cumbe/SE; ACP-201476002035 – Implantação do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Nossa Senhora das Dores e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico; ACP-201576200289-Obrigar o Estado de Sergipe a promover a contratação de um intérprete de línguas ou de profissional habilitado para compreender a linguagem de sinais (libras) para atendimento de alunos na Rede Estadual de Ensino do município de Siriri. e ACP – 201476001151 – ACP por ato de Improbidade Administrativa ajuizada em face do ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, Aldon Luiz, em virtude da contratação temporária de servidores públicos, sem prévio concurso público. Quanto à produtividade e dedicação na esfera judicial, deve ser salientado que, consoante se infere dos mapas estatísticos do sistema Arquimedes e relatórios de Correições Ordinárias realizadas pela Corregedoria Geral do MP (cópias anexas ao requerimento), a Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores tem produção mensal elevada de manifestações

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

processuais, o que é fruto de intensa dedicação do signatário. Neste sentido, há de ser observado que, nos anos de 2017 e 2018, a Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores atingiu recorde estatístico de processos recebidos e devolvidos com manifestação do MP, mas, ainda assim, o ora Requerente manteve em dia os serviços em dia, consoante se infere dos ofícios de comunicações de férias acostados ao presente, chegando a se dedicar ao trabalho em diversos finais de semana e feriados, esforço que perdura até a presente data. Consoante se infere dos mapas estatísticos do Sistema Arquimedes juntados com o seu requerimento: a) no ano de 2017, o órgão promotorial em questão recebeu e devolveu com manifestação 4.365 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco) processos, ou seja, uma média mensal de 364 (trezentos e sessenta e quatro) feitos judiciais, com destaque para os meses de setembro de 2017 (552 processos) e outubro de 2017 (580 processos); b) no ano de 2018, recebeu e devolveu com manifestação 4.057 (quatro mil e cinquenta e sete processos), o que representa uma média mensal de 338 (trezentos e trinta e oito) feitos judiciais, com destaque para os meses de maio/2018 (498 processos), julho de 2018 (520 processos) e agosto de 2018 (566 processos). No âmbito da esfera judicial de natureza penal, civil e eleitoral registro as seguintes ações e manifestações judiciais: Razões de Apelação – ACP Ambiental Campo Lindo; Contrarrazões – ACP – Reforma Delegacia Cumbe; Contrarrazões – Apelação – Roubo e Corrupção de menores; Contrarrazões – Apelação – Porte Arma e Receptação; Contrarrazões – Apelação – Pena e Tráfico Privilegiado; Contrarrazões – Apelação – Homicídio qualificado; Contrarrazões – Apelação – Homicídio – nulidades Dosimetria; Contrarrazões – AIJE – Eleitoral; Alegações Finais – Lesão Corporal – Violência Doméstica; Contrarrazões – ACP – Concurso – Dores; Contrarrazões – ACP – Agravo Instrumento Reforma Escola; e Contrarrazões – ACP – Improbidade Administrativa. PRESTEZA: Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. Ainda segundo os Relatórios da Corregedoria-Geral do MPSE, o candidato quanto às atividades judiciais registra conduta zelosa e exemplar, com as manifestações processuais absolutamente atualizadas. No tocante às atividades extrajudiciais, disse ter detectado a diligência e o cuidado necessários à defesa dos direitos do cidadão, sendo constatada a regularidade na condução das rotinas extrajudiciais. Neste diapasão, diante da considerável demanda judicial, somada a grande demanda extrajudicial, tem sido grande a dedicação do requerente para manter em dia os serviços da Promotoria, na forma constatada nas Correções Ordinárias e Inspeções realizadas em 2014 e 2017 (vide relatórios anexos ao requerimento), bem como, devidamente declarada e comprovada em suas comunicações de férias (vide ofícios anexados ao requerimento), perdurando tal situação (serviços em dia) até a presente data, conforme se depreende dos extratos de consulta do PROEJ e do Sistema do TJSE e do Relatório Gerencial do Arquimedes juntados com o requerimento. Relevante, ainda, pontuar que toda a produção no campo extrajudicial foi obtida com muito esforço do signatário, já que a sua atuação sempre abrangeu (antes da divisão da Promotoria de Dores a partir de agosto de 2018) as áreas das Curadorias de 03 (três) municípios (Nossa Senhora das Dores, Siriri e Cumbe), assim como toda demanda judicial existente na Comarca de Nossa Senhora das Dores (manifestações processuais, participação em audiências judiciais, júris, etc.), sem prejuízo da alimentação regular e periódica de todos os sistemas informatizados do MPSE. NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA – Anote-

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

se que o candidato requerente figurou na lista tríplice formada para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância final, após a sua última movimentação em 13/06/2019 a título de promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final. **FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS** - Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, o candidato apresentou com o seu requerimento Certificados de Participação em alguns Cursos promovidos pela ESMP, assim como publicação de Artigos: ESMP – Certificado – Encontro Novo Planejamento Estratégico; ESMP – Certificado – Seminário Combate à Corrupção e ESMP – Certificado – Treinamento sobre o SIMBA. De igual modo juntou com seu requerimento comprovação de publicação de artigo na Revista Jus Navegandi assim identificado: Transição de Governo: Teoria e Prática, publicado em 19/01/2019. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no ano de 2018, o Candidato não participou de Cursos de Aperfeiçoamento, e por conta disso não pontuou neste requisito objetivo. **OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL**: Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo o candidato nada comprovou com seu requerimento. **APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS**: Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral veio aos Autos informação de que o candidato vem comunicando regularmente o início de suas férias e respectivo retorno às atividades funcionais, assim como vem alimentando em dia os Relatórios dos Sistemas a que está submetido. **PROATIVIDADE** – Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito, o candidato comprovou com o seu requerimento as seguintes ações proativas: Participação efetiva no Projeto MP de Portas Abertas e no Projeto MP Itinerante. **CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS** – Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, constata-se na sua atuação em duas frentes: Membro do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa – GCIA e Membro Participante do Grupo Para a Criação do Kit de Atuação – Contratação Advogados. **CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO** – Quanto a este requisito, o candidato tem a seu favor a participação deste na produção de kits manuais para aprimoramento dos serviços na Administração do MPSE: Formulário – Registro – Atendimento; Manual Prático – Técnicos do MP; Manual – Analistas e Estagiários do MP – Cível; Manual – Analistas e Estagiários do MP – Criminal 1; Manual – Analistas e Estagiários do MP – Criminal 2 e Manual de Rotinas. **CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO – Quanto a este requisito o candidato comprovou com ações em várias frentes o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico do MPSE: Execução do Projeto “Ministério Público pela Educação –MPEduc” na Promotoria onde atua, com a sua participação na audiência pública do projeto realizada no município de Nossa Senhora das Dores (vide notícia jornalística anexa), bem como instauração do Inquérito Civil nº 66.18.01.0139 – PROEJ para dar continuidade à sua concretização do projeto no órgão promotorial em tela e com vistas a atingir os objetivos/metras do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020, em especial a universalização do acesso à alimentação escolar de qualidade e a fiscalização da segurança e transporte escolar; Execução da “Operação Antidesmonte” nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Siriri, em parceria com o CAOp de Defesa do Patrimônio Público, Grupo de Combate à Improbidade Administrativa – GCIA e TCE/SE, do que resultou a instauração dos Inquéritos Cíveis nº 66.18.01.0005 – PROEJ, 66.18.01.0006 – PROEJ, 66.17.01.0231 – PROEJ, 66.17.01.0120 – PROEJ e 66.17.01.0038 – PROEJ, nos quais foram e estão sendo adotadas medidas com o objetivo de prevenir e combater a corrupção/improbidade administrativa na administração municipal, defender o patrimônio público e assegurar a probidade e moralidade na gestão pública, em atendimento aos objetivos traçados no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020; Participação na execução da “Operação Abate” no município de Nossa Senhora das Dores, coordenada pelo Ministério Público de Sergipe e pelo Ministério Público Federal, em parceria com as Promotorias de Justiça de cada município e o apoio da Vigilância Sanitária de Sergipe, da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), do Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia (CREA-SE), do Conselho Regional de Medicina Veterinária, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar do Estado (COE), da qual resultou a interdição do matadouro municipal, bem como celebração de TAC com o município para manter interditado tal estabelecimento, até que o ente municipal obtenha o devido licenciamento junto aos órgãos competentes (ADEMA, EMDAGRO e Vigilância Sanitária), bem como para realizar as obras de reforma e adequações necessárias no Mercado Municipal da Carne de Nossa Senhora das Dores para o regular funcionamento do local (cópia do TAC anexo ao seu requerimento); Participação em diversas audiências públicas realizadas na sede do Ministério Público, em parceria com o CAOp da Infância e Juventude e outros Promotores de Justiça, com o objetivo de implantar o Abrigo Regionalizado com sede na cidade de Nossa Senhora das Dores, conforme procedimento extrajudicial nº 66.17.01.0184 – PROEJ (vide termos de audiência juntados ao seu requerimento), resultando dessa atuação a criação da entidade de acolhimento institucional antes apontada em setembro de 2018, concretizando, assim, um dos objetivos do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020 no sentido de fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em relação ao sistema de garantia dos direitos da Criança e do Adolescente; Instauração e adoção de diversas providências no Inquérito Civil nº 66.15.01.0034 – PROEJ para estruturar os Órgãos Ambientais nos municípios de Nossa Senhora das Dores, Siriri e Cumbe (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal do Meio Ambiente e Fundo Municipal do Meio Ambiente), o que resultou na implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente nos reportados municípios e atende a das metas definidas no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020 e Adoção de providências no campo extrajudicial para assegurar aos membros do Conselho Tutelar de Cumbe a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

estrutura física e os equipamentos necessários para o desempenho de suas funções, bem como os seus direitos sociais (cobertura previdenciária, férias anuais remuneradas, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina), o que foi objeto dos feitos extrajudiciais nº66.18.01.0043 – PROEJ (vide termo de audiência anexo ao requerimento) e 66.17.01.0223 – PROEJ (vide TAC anexo ao seu requerimento), atendendo, dessa forma, a um dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020 no sentido de proteger os direitos e garantias da criança e adolescente, mediante o fortalecimento dos Conselhos Tutelares DA REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Quanto a este aspecto, o candidato apresentou com o seu pedido, registro de ações que tiveram repercussão social relevante, que transformaram o meio social. A título de exemplo registro: Criação Abrigo Regionalizado Dores; Estruturação do CT de Cumbe; TAC – Cumbe Lixão; TAC – Matadouro e Mercado Dores; TAC – Matadouro e Mercado Dores; TAC – Abuso Sonoro – Bares – Dores; TAC – Concurso – Cumbe; TAC – Reforma Estádio Ariston Azevedo; TAC – Regularização Táxis – Dores; TAC – Supermercados – Produtos fora prazo validade; TAC – Direitos Sociais – CT – Cumbe; TAC – Avaliação – Imóveis – ITBI; ACP DESO – Água – Povoados Cruzes e Campo Grande; ACP – Consultórios Odontológicos – Dores; ACP – Transporte Escolar e Contratação Profissional Libras e Audiência Pública. Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro que foi feita sobre a atuação funcional do candidato inscrito, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista tríplice para a promoção objeto deste Edital. 2) **Conselheira “Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça”**: Trata o presente processo de promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Laranjeiras, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 26/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público em 16 de maio de 2019 (edição nº 0824), com inscrição dos seguintes candidatos: LÚCIO JOSÉ BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO, RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, ALESSANDRA PEDRAL DE SANTANA SUZART, MÔNICA ANTUNES ROCHA RIGO DA SILVA, IÚRI MARCEL MENEZES BORGES, RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI. Os requerimentos dos candidatos foram instruídos através do Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, e em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os mesmos declararam, expressamente, estar com os serviços a seu cargo atualizados e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, apresentou Relatório com informações necessárias à aferição da habilitação dos Candidatos. O Conselheiro Josenias França do Nascimento, designado como Relator, após examinar os documentos inseridos no SERP e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório Conclusivo, onde, inicialmente, registrou a inexistência de remanescentes de listas e efetuou o controle de consecutividade e alternância, verificando que não ocorreu nenhuma das causas de remoção/promoção obrigatória previstas no art. 72 da Lei Complementar 02/90, que reza: Art. 72. É obrigatória a promoção ou remoção do membro do Ministério Público que figurar 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas nas respectivas listas de merecimento. Ao final, depois examinar o preenchimento de requisitos objetivos por parte dos candidatos e de apresentar questão de ordem em relação à candidata Tatiana Souto Quirino, que se encontra em gozo de licença para curso de mestrado em Portugal, o

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

digno Relator considerou habilitados os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, que se encontram posicionados no primeiro quinto da lista de antiguidade. Em síntese, o relatório. Apreciada a questão de ordem com a manutenção da habilitação da candidata Tatiana Souto Quirino, passo a emitir o meu SEGUNDO voto para a formação da lista tríplex. 2º VOTO O Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima ingressou na carreira do Ministério Público em 15 de setembro de 2003, como Promotor de Justiça Substituto, sendo removido em 30 de abril de 2008 para a Promotoria de Poço Verde. Atuou, também, nas Promotorias de Campo do Brito, Ribeirópolis, e no CAOP de Atividades Cíveis e Criminais. É titular da 1ª Promotoria de Riachuelo. O Relatório da Corregedoria aponta que o Promotor Lúcio José Cardoso Barreto Lima, ao longo do último ano, cumpriu suas obrigações funcionais relativas às comunicações, encontrava-se com os trabalhos atualizados, não sofreu qualquer punição disciplinar no último ano anterior ao requerimento de remoção, e foi submetida a Correição Ordinária em 23 de abril de 2019, onde obteve o conceito Ótimo. A análise dos documentos inclusos no SERP permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apto para fins de promoção por merecimento. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça requerente, foram analisados os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, em especial os relacionados no art. 1º da Resolução nº 05/2011 do CSMP, dos quais destacamos: 1) -desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial. (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Há de se considerar o volume de trabalho comprovado nos relatórios funcionais, bem como a qualidade das peças judiciais e extrajudiciais desenvolvidas, cuja mensuração se fará mediante a plausibilidade da fundamentação jurídica, a boa redação e a estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. São aferidos no caso concreto através da atual circunstância de ter o candidato movimentado, no período de 28 de maio de 2018 a 28 de maio de 2019, 1533 trâmites judiciais, bem como realizou 1226 trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo o Relatório da Corregedoria Geral. O Relatório de Correição inserido nos autos também traz uma ótima avaliação qualitativa da atuação funcional do promotor, atento à efetividade de seu trabalho junto à comunidade (fls. 70). 2) - frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. Os documentos anexados pelo candidato, através do SERP, indicam cursos anteriores ao período válido para inscrição no Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da ESMP. Seu Banco de Horas registra 19 horas de capacitação pela Escola Superior do Ministério Público no período de 16 de maio de 2018 a 15 de maio de 2019. 3)- aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em áreas de interesse institucional. O candidato não apresentou informações sobre eventual pós-graduação. 4) – publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste de sua ficha funcional. O candidato não apresentou informações sobre eventual publicação ou prêmio. Diante do exposto, por estar amplamente identificado e justificado o mérito do candidato, não só pelo que aqui se mencionou, mas também pelo que consta nos autos, voto pela Promoção do Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima para a 2ª Promotoria de Laranjeiras. 3) **Conselheira “Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg”**: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECEMENTO,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de entrância final, regido pelo Edital n.º 26/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE- DOFe, n.º. 0824, de 16 de maio de 2019. Inscreveram-se os Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), Alessandra Pedral de Santana Suzart (2º quinto), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (2º quinto), Iuri Marcel Menezes Borges (3º quinto) e Rafael Schwez Kurkowski (3º quinto). Os requerimentos dos Candidatos foram instruídos mediante cópias de peças Processuais, certidões e documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas respectivas Promotorias onde atuam (documentos visualizados pelo Sistema eletrônico de remoção e promoção - SERP), em atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução n.º 005/2011-CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar n.º 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que estão em dia com os serviços e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição de habilitação dos Candidatos. O Conselheiro-Relator, após examinar os documentos insertos nos autos e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório, concluindo pela HABILITAÇÃO dos Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), e Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), mantendo-se os mesmos no pleito. O Relatório também analisou a questão da lista anterior de Remanescentes, onde no último procedimento de movimentação da carreira não houve lista de remanescente. Em síntese, este é o RELATÓRIO. Passo a proferir o VOTO: Para a formação da lista tríplex de merecimento a indicação do meu segundo voto é para o Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes, levando-se em consideração a confirmação do seu nome por ter preenchido os requisitos objetivos e subjetivos conforme Relatório da Corregedoria, bem como pela constatação do seu excelente desempenho, produtividade e presteza no cumprimento de suas atribuições ao longo de sua trajetória institucional. Além do mais, o Promotor de Justiça que ora recebe o meu voto ingressou na carreira do Ministério Público em 31/08/2004, ocupando a 7ª posição no quadro de antiguidade da entrância inicial, integrando seu primeiro quinto. A análise do requerimento que ora se faz, permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar n.º 02/90, encontrando-se apto para integrar a lista tríplex formulada, para fins de Promoção por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça indicado, foram analisados, como dito, os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, quais sejam: a) art. 66, § 5º, da Lei de regência (LC n.º 02/90) – desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento b) art. 1º, incisos I a VI e art. 2º, incisos I a IV, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Foram observados, também, os critérios previstos no art. 7º da Resolução n.º 005/2011: repercussão, alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades no exercício da função, experiências exitosas e o histórico funcional do interessado. Feitas tais considerações, passo a apreciar resumidamente os parâmetros utilizados: DESEMPENHO, PRODUTIVIDADE e PRESTEZA (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

candidato. Deve ser considerada a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido pelo Candidato na área judicial e extrajudicial, devidamente avaliada e comprovada nos relatórios funcionais e que devem se fundamentar na clareza, objetividade e plausibilidade da fundamentação jurídica, além da estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. O desempenho, a produtividade e a presteza do Candidato referentes à atividade judicial são aferidos no caso concreto através de relatórios, acompanhamentos e avaliações da Corregedoria do Ministério Público, encontrando-se, pelas informações que constam nos autos, regular quanto ao envio dos Relatórios, bem como quanto à movimentação processual do último ano, de 28/05/2018 a 28/05/2019 constatou-se um total de 3477 Processos recebidos pelo Promotor de Justiça, sendo devolvidos 3477. Em relação a análise do número de vezes de participação em listas de escolhas, conforme determina o art. 1º, II, Resolução n.º 005/2011 – CSMP, constatou-se que o Promotor de Justiça Postulante não figurou em listas pretéritas, conforme informado no Relatório da Corregedoria. Quanto ao aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos, verificou-se a participação do candidato através do Relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público. Pelo exposto, encontrando-se, em linhas gerais, aqui definido e fundamentado o merecimento do Candidato, além das informações valiosas que constam nos autos e dos documentos ali ilustrados, VOTO pela inclusão do Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes na lista tríplice de merecimento para Promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. **4) Conselheiro “Eduardo Barreto d’Ávila Fontes”**: O candidato é Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, conforme Ato de 18 de junho de 2014, exercendo, a partir de 18/06/2014, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que o referido candidato formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade vertical, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital n.º 04/2019, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução n.º 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação do candidato, cumpre realçar que este figura na 7ª posição (1º quinto) do quadro de antiguidade da entrância final. Assim, encontra-se o Promotor de Justiça Postulante HABILITADO a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar n.º 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-se promover a avaliação da atuação funcional individualizada do candidato, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução n.º 05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução n.º 05/2011-CSMP. I- Desempenho, produtividade e presteza nas

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, o Promotor de Justiça, ora Candidato à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 31 de agosto de 2004, tendo se titularizado em 25 de setembro de 2007, na Promotoria de Justiça de Neópolis. Ressaltamos que o Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias unidades ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pelo candidato, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Recursos, Pareceres, dentre outras promoções, que denotam a dedicação e presteza com que o Promotor de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na defesa de direitos difusos e coletivos. Com efeito, cumpre observar que o referido candidato movimentou, no período de 28 de maio de 2018 a 28 de maio de 2019, o quantitativo de 3.510 (três mil quinhentos e dez) processos, bem como realizou 1.096 (mil e noventa e seis) trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais. É dizer, o Requerente vem apresentando reconhecida dedicação, presteza e operosidade no exercício do cargo, cuja atuação proativa pode ser constatada, ante o exercício de suas atribuições junto à 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, desde o ano de 2014 e à 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores ao longo deste ano de 2019. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo da Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora, temos que o candidato não figurou em listas pretéritas de processo de Remoção por Merecimento. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, o candidato não participou de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: O candidato não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, mas participou de alguns eventos de interesse institucional, a exemplo do Seminário de Combate à Corrupção e do Treinamento sobre o SIMBA, ambos promovidos pela Escola Superior deste Ministério Público. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: O candidato colacionou ao presente procedimento comprovante de publicação de dois artigos na Revista Virtual Jus Navigandi, ambos relacionados com a atividade funcional. Quanto aos elogios e aos prêmios, não há registros na ficha de ocorrências funcionais. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, o Requerente enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a respectiva atuação. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que o Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 05/2011, na medida em que contribuiu para o aperfeiçoamento dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim cumpre as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, o Postulante se apresenta

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

legalmente credenciado à almejada promoção por merecimento, motivo pelo qual VOTO neste candidato para integrar a lista, por merecimento, à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. Assim, por maioria, Doutor **Renato Vieira Dantas Bernardes** (1º quinto), com 03 (três) votos, passa a ser o segundo candidato a compor a lista, vez que a Conselheira Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça indicou o nome do Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima como seu segundo candidato. Dando continuidade à votação para a composição da referida lista passou-se à análise da votação ocorrida entre os requerentes do mesmo quinto e que estão habilitados a concorrer, conforme determina o artigo 5º, §1º, da Resolução nº 04/2011, em consonância com as justificativas de votos a seguir discriminadas: **1) Conselheiro “Josenias França do Nascimento”**: A análise do requerimento da candidata pleiteante a promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, associada aos termos do Relatório de lavra do eminente Conselheiro Relator do Processo, Procurador de Justiça Josenias França do Nascimento, pertinente a remoção objeto do Edital nº 26/2019, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que a mesma: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removida por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificada na primeira quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicada a formação da lista tríplex com vista a promoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, três candidatos da 1ª quinta parte da lista de antiguidade, manifestaram interesse em requerer a promoção por merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça. Então, os três candidatos pleiteantes integrantes do 1º quinto mantiveram suas inscrições e foram considerados habilitados. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a “promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplex” (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: “a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago” (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de Promoção objeto do Edital nº 26/2019-CSMP, porque os três candidatos puderam ser indicados a concorrerem a vaga, em virtude de serem todos classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral declarou como prejudicada a verificação das atividades da candidata concorrente nos Sistemas SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES, por motivo de se encontrar em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.448/2017. O Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento da candidata acima indigitada os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento da candidata: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento da candidata, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação. **DESEMPENHO:** O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade. **OPEROSIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a este critério objetivo, resultou prejudicada a aferição porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **ASSIDUIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. De igual modo, com relação a este critério objetivo, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CARGO:** Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. Insta salientar, no momento, que a dedicação da postulante não foi reconhecida por ocasião da Correição Ordinária da Corregedoria Geral realizada na 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Adolescência de Aracaju em 2016. Com efeito, conforme se infere do relatório elaborado após a Correição Ordinária realizada pela Corregedoria Geral do MPSE em 15/06/2016 (vide relatório anexo da Corregedoria), a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

atuação da ora postulante naquela Promotoria de Justiça foi considerada insuficiente. **PRODUTIVIDADE:** Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério objetivo, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **PRESTEZA:** Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. De idêntica maneira, com relação a aferição deste critério objetivo, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA –** Anote-se que a candidata requerente figurou na lista tríplice formada para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, após a sua última movimentação em 13/06/2019, a título de promoção pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça de Propriá, de Entrância Final. **FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS –** Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, a candidata nada apresentou com o seu requerimento. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de Promoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no ano de 2018, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL:** Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo a candidata nada comprovou com seu requerimento. **APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS:** Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral veio aos Autos informação de que a aferição deste requisito objetivo restou prejudicada, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **PROATIVIDADE –** Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito objetivo, a candidata nada comprovou com o seu

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS – Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, a candidata nada juntou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Quanto a este requisito, a candidata nada apresentou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO – Quanto a este requisito a candidata nada comprovou com o seu requerimento. DA REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Com referência a este requisito objetivo a candidata nada juntou com o seu requerimento. Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro, que foi feita sobre a atuação funcional da candidata inscrita, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista tríplice para a promoção objeto deste Edital. **2) Conselheira “[Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça](#)”**: Trata o presente processo de promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Laranjeiras, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 26/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público em 16 de maio de 2019 (edição nº 0824), com inscrição dos seguintes candidatos: LÚCIO JOSÉ BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO, RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, ALESSANDRA PEDRAL DE SANTANA SUZART, MÔNICA ANTUNES ROCHA RIGO DA SILVA, IÚRI MARCEL MENEZES BORGES, RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI. Os requerimentos dos candidatos foram instruídos através do Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, e em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os mesmos declararam, expressamente, estar com os serviços a seu cargo atualizados e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, apresentou Relatório com informações necessárias à aferição da habilitação dos Candidatos. O Conselheiro Josenias França do Nascimento, designado como Relator, após examinar os documentos insertos no SERP e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório Conclusivo, onde, inicialmente, registrou a inexistência de remanescentes de listas e efetuou o controle de consecutividade e alternância, verificando que não ocorreu nenhuma das causas de remoção/promoção obrigatória previstas no art. 72 da Lei Complementar 02/90, que reza: Art. 72. É obrigatória a promoção ou remoção do membro do Ministério Público que figurar 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas nas respectivas listas de merecimento. Ao final, depois examinar o preenchimento de requisitos objetivos por parte dos candidatos e de apresentar questão de ordem em relação à candidata Tatiana Souto Quirino, que se encontra em gozo de licença para curso de mestrado em Portugal, o digno Relator considerou habilitados os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, que se encontram posicionados no primeiro quinto da lista de antiguidade. Em síntese, o relatório. Apreciada a questão de ordem com a manutenção da habilitação da candidata Tatiana Souto Quirino, por ausência de vedação legal à promoção durante o gozo de licença para frequência de curso, passo a emitir o

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

meu TERCEIRO voto para a formação da lista tríplice. 3º VOTO A Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino ingressou na carreira do Ministério Público em 16 de dezembro de 2003, como Promotor de Justiça Substituto, sendo removida em 26 de abril de 2014 para a Promotoria de Ribeirópolis. Atuou, durante aproximadamente 10 anos, como Promotora Substituta, e titulariza atualmente a Promotoria de Japarutuba. No momento, a Promotora Tatiana Souto Quirino encontra-se em gozo de licença para concluir curso de Mestrado no exterior, na Universidade de Lisboa, Portugal, pelo prazo de dois anos. Por essa razão, o Relatório da Corregedoria não elencou dados objetivos de produtividade e a última Correição a que foi submetida data de 15 de junho de 2016, tendo obtido o conceito Insuficiente. A análise dos documentos inclusos no SERP permite concluir que a Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apta para fins de promoção por merecimento. No tocante à aferição do merecimento da Promotora de Justiça requerente, foram analisados os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, em especial os relacionados no art. 1º da Resolução nº 05/2011 do CSMP, dos quais destacamos: 1) -desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial. (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Há de se considerar o volume de trabalho comprovado nos relatórios funcionais, bem como a qualidade das peças judiciais e extrajudiciais desenvolvidas, cuja mensuração se fará mediante a plausibilidade da fundamentação jurídica, a boa redação e a estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. No caso concreto, devido ao afastamento da candidata das atividades em Promotoria, não existem parâmetros para aferição. 2) - frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. O Banco de Horas da Escola Superior do Ministério Público não registra cursos no período de 16 de maio de 2018 a 15 de maio de 2019. 3)- aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em áreas de interesse institucional. Os documentos anexados pela candidata, através do SERP, indicam que a mesma está cursando Mestrado em Direitos Fundamentais na Universidade de Lisboa. 4) – publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste de sua ficha funcional. A candidata não apresentou informações sobre eventual publicação ou prêmio. Diante do exposto, por estar a candidata entre os três únicos integrantes do primeiro quinto da lista de antiguidade que formularam requerimento, voto pela inserção em lista tríplice da Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino para Promoção para a 2ª Promotoria de Laranjeiras. 3) **Conselheira “Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg”**: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MEREcimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de entrância final, regido pelo Edital n.º 26/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE- DOFe, n.º. 0824, de 16 de maio de 2019. Inscreveram-se os Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), Alessandra Pedral de Santana Suzart (2º quinto), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (2º quinto), Iuri Marcel Menezes Borges (3º quinto) e Rafael Schwez Kurkowski (3º quinto). Os requerimentos dos Candidatos foram instruídos mediante cópias de peças Processuais, certidões e documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas respectivas Promotorias onde atuam (documentos visualizados pelo Sistema eletrônico de remoção e promoção - SERP), em

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução nº 005/2011-CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que estão em dia com os serviços e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição de habilitação dos Candidatos. O Conselheiro-Relator, após examinar os documentos insertos nos autos e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório, concluindo pela **HABILITAÇÃO** dos Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), e Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), mantendo-se os mesmos no pleito. O Relatório também analisou a questão da lista anterior de Remanescentes, onde no último procedimento de movimentação da carreira não houve lista de remanescente. Em síntese, este é o **RELATÓRIO**. Passo a proferir o VOTO: Para a formação da lista tríplice de merecimento a indicação do meu terceiro voto é para Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino, levando-se em consideração a confirmação do seu nome por ter preenchido os requisitos objetivos e subjetivos conforme Relatório da Corregedoria, bem como constatado e ratificado através de ofício encaminhado pela própria Promotora de justiça de seu bom desempenho no cumprimento de suas atribuições ao longo da carreira na Instituição. Além do mais, a Promotora de Justiça que ora recebe o meu voto ingressou na carreira do Ministério Público em 16/12/2003, ocupando a 5ª posição no quadro de antiguidade da entrância inicial, integrando seu primeiro quinto. A análise do requerimento que ora se faz, permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apta para integrar a lista tríplice formulada, para fins de Promoção por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. No tocante à aferição do merecimento da Promotora de Justiça indicada, foram analisados, como dito, os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, quais sejam: a) art. 66, § 5º, da Lei de regência (LC n.º 02/90) – desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento b) art. 1º, incisos I a VI e art. 2º, incisos I a IV, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Foram observados, também, os critérios previstos no art. 7º da Resolução n.º 005/2011: repercussão, alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades no exercício da função, experiências exitosas e o histórico funcional do interessado. Feitas tais considerações, passo a apreciar resumidamente os parâmetros utilizados: **DESEMPENHO**, **PRODUTIVIDADE** e **PRESTEZA** (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Deve ser considerada a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido pelo Candidato na área judicial e extrajudicial, devidamente avaliada e comprovada nos relatórios funcionais e que devem se fundamentar na clareza, objetividade e plausibilidade da fundamentação jurídica, além da estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. O desempenho, a produtividade e a presteza do Candidato referentes à atividade judicial são aferidos no caso concreto através de relatórios, acompanhamentos e avaliações da Corregedoria do Ministério Público, entretanto não houve a possibilidade de aferir as atividades em razão da Promotora de Justiça em questão encontrar-se gozando da Licença Especial prevista no art. 112, I da Lei Complementar nº. 02/90, não havendo vedação legal que a impeça de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

concorrer às vagas de Promoção e Remoção. Em relação a análise do número de vezes de participação em listas de escolhas, conforme determina o art. 1º, II, Resolução n.º 005/2011 – CSMP, constatou-se que a Promotora de Justiça Postulante não figurou em listas pretéritas, conforme informado no Relatório da Corregedoria. Quanto ao aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos, verificou-se a participação do candidato através do Relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público. Pelo exposto, encontrando-se, em linhas gerais, aqui definido e fundamentado o merecimento do Candidato, além das informações valiosas que constam nos autos e dos documentos ali ilustrados, VOTO pela inclusão da Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino na lista tríplice de merecimento para Promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. **4) Conselheiro “Eduardo Barreto d’Ávila Fontes”**: A candidata é Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Japarutuba, conforme Ato de 12 de maio de 2017, exercendo, a partir de 12/05/2017, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que a referida candidata formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade vertical, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital n.º 04/2019, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução n.º 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação da candidata, cumpre realçar que esta figura na 5ª posição (1º quinto) do quadro de antiguidade da entrância final. Assim, encontra-se a Promotora de Justiça Postulante HABILITADA a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar n.º 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-se promover a avaliação da atuação funcional individualizada da candidata, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução n.º 05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução n.º 05/2011-CSMP. I-Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, a Promotora de Justiça, ora Candidata à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 16 de dezembro de 2003, tendo se titularizado em 20 de abril de 2006. Ressaltamos que a Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias unidades ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pela candidata, em atendimento ao art. 3º da Resolução n.º 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Recursos, Pareceres, dentre outras promoções, que denotam a dedicação e presteza com que a Promotora de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na seara penal. Com relação a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, tal item restou prejudicado, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais, em razão da Promotora de Justiça encontrar-se afastada de suas atividades funcionais desde 01 de dezembro de 2017, para cursar mestrado em Direito na Universidade da Lisboa. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo do Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora, temos que a candidata não figurou em listas pretéritas de processo de Remoção por Merecimento. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, a candidata não participou de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: A candidata não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: A candidata não colacionou ao presente procedimento comprovante de publicações relacionadas com a atividade funcional, não havendo registro de elogios ou prêmios na ficha de ocorrências funcionais. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, tal item restou prejudicado, em razão da Promotora de Justiça encontrar-se afastada de suas atividades funcional desde 01 de dezembro de 2017, para cursar mestrado em Direito na Universidade da Lisboa. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que a Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 05/2011, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim vinha cumprindo as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, a Postulante se apresenta legalmente credenciada à almejada promoção por merecimento, motivo pelo qual VOTO nesta candidata para integrar a lista, por merecimento, à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. Assim, por unanimidade, Doutora **Tatiana Souto Quirino** (1º quinto), com 04 (quatro) votos, passa a ser a terceira candidata a compor a lista. Ultimada a votação, a lista passou a ser composta pelos seguintes candidatos: 1ª candidato: **Lúcio José Cardoso Barreto Lima** (1º quinto), com 04 (quatro) votos, 2ª candidato: **Renato Vieira Dantas Bernardes** (1º quinto), com 04 (quatro) votos e 3ª candidata: **Tatiana Souto Quirino** (1º quinto), com 04 (quatro) votos. Encerrada a votação, e atendendo-se ao mandamento legal do artigo 18, caput, da Resolução nº 04/2011-CSMP e do artigo 5º, caput, da Resolução nº 05/2011-CSMP, foi escolhido pelo Conselho Superior, **por unanimidade**, com 04 (quatro) votos, o Promotor de Justiça Doutor **Lúcio José Cardoso Barreto Lima** para ser promovido, pelo critério de merecimento, para preenchimento da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Laranjeiras. Assim, foi determinado pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público que fosse lavrado o ato de promoção. **1. APRECIACÃO** do pedido de **PROMOÇÃO**, pelo critério de **MERECIMENTO**, da vaga alusiva ao cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, objeto do **Edital 23/2019**, firmado pelos Promotores de Justiça: **Lúcio José Cardoso**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Barreto Lima (03), Tatiana Souto Quirino (04), Adson Alberto Cardoso de Carvalho (DESISTÊNCIA), Renato Vieira Dantas Bernardes (06), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (10), Cláudia Virgínia Oliver de Sá (11), Luciana Duarte Sobral (16) e Rafael Schwez Kurkowski (18)*. Conselheira Relatora Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça**. **Número de Ordem na Lista de Antiguidade*. Inicialmente o Presidente do Conselho Superior solicitou a Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça** que procedesse à leitura do seu relatório, tendo este feito as seguintes observações: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de ENTRÂNCIA FINAL, regido pelo Edital n.º 23/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE – DOFe, n.º0809, de 24 de abril de 2019. Inscreveram-se os seguintes Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino, Adson Alberto Cardoso de Carvalho, Renato Vieira Dantas Bernardes, Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva, Cláudia Virgínia Oliver de Sá, Luciana Duarte Sobral, Rafael Schwez Kurkowski. Os Candidatos instruíram seus pleitos com cópias de peças processuais e outros documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas Promotorias de Justiça onde atuam, atendendo às disposições previstas no art. 3º, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar n.º 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, estar com os serviços em dia, além de não ter dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anteriores ao pleito. Devidamente publicada a relação de candidatos inscritos no Diário Oficial Eletrônico do MPSE – DOFe, não foram apresentadas impugnações, nem reclamações contra a lista de Candidatos inscritos, conforme certidões averbadas. A Escola Superior do Ministério Público apresentou as planilhas do seu Banco de Horas referente à participação e frequência dos candidatos em cursos oficiais organizados pela ESMP, referentes ao período de um ano, anterior à data da publicação do Edital n.º 23/2019. Presente nos autos Certidão da Secretaria-Geral do MP, datada de 06 de maio de 2019, comprovando que o Candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de DESISTÊNCIA, datado do mesmo dia. Presente também a Lista de Remanescentes. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição do merecimento dos dois candidatos integrantes do primeiro quinto da lista de antiguidade. Em síntese, o RELATÓRIO. DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL. No aspecto formal, o procedimento de remoção ora analisado obedeceu, plenamente, às exigências e ao rito procedimental contidos nas leis de regência e, em especial, na Resolução n.º 004/2011 – CSMP, de 18 de outubro de 2011, que sistematizou o processo administrativo de formação da lista tríplice para promoção e remoção pelo critério de merecimento, disciplinou as fases procedimentais e padronizou os requerimentos e a forma de apresentação dos documentos voltados à comprovação do preenchimento dos critérios objetivos, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe. DA LISTA ANTERIOR DE REMANESCENTES Consoante comando expresso no § 2º, do art. 4º, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP, in verbis: “Art. 4º - (...) §1º - (...) §2º - A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida a maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas forem necessárias, examinando-se, em primeiro lugar, os nomes dos remanescentes de lista anterior.”(Destaquei) No último processo de Promoção pelo critério de Merecimento,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ocorrido em 30 de março de 2017, ficaram remanescentes de lista os Promotores ANA PAULA SOUZA VIANA E LÚCIO JOSÉ CARDOSO BARRETO LIMA. Destes, apenas o Dr. Lúcio José Cardoso Barreto Lima concorre no atual Edital, portanto, é o único remanescente. DO CONTROLE DE CONSECUTIVIDADE E ALTERNÂNCIA Preceitua o artigo 4º da Resolução n.º 005/2011 – CSMP que “é obrigatória a promoção de Membro do Ministério Público que figure por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, em listas de merecimento”, cujo controle, consoante disposição contida em seu parágrafo único, será aferido em listas diversas de promoção e remoção. Nesses termos, analisando a lista de figurações pretéritas nos processos de PROMOÇÃO por MERECIMENTO, verifica-se que o único candidato que figurou em Lista de Merecimento, após a última movimentação na carreira, foi o Dr. Lúcio José Cardoso Barreto Lima, por uma única vez, em março de 2017. DAS INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL De acordo com os relatórios fornecidos pela Corregedoria-Geral, o candidato JOSÉ LÚCIO CARDOSO BARRETO LIMA, TITULARIZA A Promotoria de Riachuelo desde 05 de novembro de 2015, e desde 01/12/2018 atua, cumulativamente, no CAOP das Atividades Cíveis e Criminais. Reporta o relatório que esse Promotor encontra-se com os serviços sob sua responsabilidade atualizados, no sentido em que, embora existissem processos em gabinete com vista para o mesmo, não se constataram processos/inquéritos há mais de trinta dias no gabinete. O sistema Proej não reportou qualquer procedimento fora do prazo, ou sem movimentação há mais de 90 dias, e nenhum procedimento fora instaurado anteriormente a 2016. Relatadas como cumpridas as obrigações relativas à alimentação de bancos de dados e prestação de informações à Corregedoria, não havendo qualquer procedimento disciplinar e tampouco tendo sido penalizado por esta Instituição, no último ano anterior à elaboração da lista de candidatos. Com relação à candidata TATIANA SOUTO QUIRINO, que titulariza a Promotoria de Japarutuba desde 12 de maio de 2017, encontra-se em gozo de LICENÇA ESPECIAL desde 01 de setembro de 2017, para cursar Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, razão pela qual restou prejudicada a verificação de atividade junto aos sistemas do Ministério Público. O candidato RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, de acordo com o relatório da Corregedoria, titulariza a 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores. Desde 18 de junho de 2014, e teve sua Promotora recentemente submetida a Correição Ordinária, em 14 de maio de 2019. O Relatório da Corregedoria e o Relatório da Correição apontam que A promotoria titularizada pelo Dr. Renato Viera Dantas Bernardes encontrava-se com todos os serviços devidamente atualizados, e tanto o Sistema SCP do Tribunal de Justiça como o Sistema PROEJ, que registra a movimentação da atuação extrajudicial não apontaram qualquer atraso. O Sistema Arquimedes não indicou nenhum processo no gabinete da Promotoria na data da Correição. Relatadas como cumpridas as obrigações relativas à alimentação de bancos de dados e prestação de informações à Corregedoria, não havendo qualquer procedimento disciplinar e tampouco tendo sido penalizado por esta Instituição, no último ano anterior à elaboração da lista de candidatas. DA HABILITAÇÃO Dispõe o art. 68, incisos III, IV, V, VI, da Lei Complementar n.º 02/90, in verbis: “Art. 68. Somente poderão ser indicados os candidatos que: I - (...) II - (...) III – não tenham sofrido pena disciplinar, no período de 1 (um) ano, anterior à elaboração da lista; IV – não tenha sido removido (sic) por permuta, no período de 2 (dois) anos, anteriores à elaboração da lista; V – estejam classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se nenhum candidato o tiver e o interesse do serviço exigir o imediato provimento do cargo; VI –

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

tenham completado 2 (dois) anos de exercício na entrância anterior, salvo se nenhum candidato o tiver e o interesse do serviço exigir o imediato preenchimento.” Verifica-se que, na hipótese em exame, entre os candidatos à presente PROMOÇÃO por MERECIMENTO, poderão ser indicados, em tese, os candidatos LÚCIO JOSÉ CARDOSO BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO e RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES por preencherem os requisitos objetivos, previstos no art. 68, incisos III, IV, VI, da Lei Complementar n.º 02/90 e figurarem na primeira quinta parte de lista de antiguidade (art. 68,V). Nesse ponto, entendo que encontram-se HABILITADOS o candidato Lúcio José Cardoso Barreto Lima, a candidata Tatiana Souto Quirino e o candidato Renato Vieira Dantas Bernardes, para concorrer à PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. DA INABILITAÇÃO Temos então, que os candidatos Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva, Cláudia Virgínia Oliver de Sá, Luciana Duarte Sobral e Rafael Schwetz Kurkowski encontram-se INABILITADOS por não integrarem o primeiro quinto da lista de antiguidade. CONCLUSÃO Por todo o exposto, com fulcro no art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar n.º 02/90 c/c art. 51, incisos I a VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e, ainda, em obediência ao disposto no art. 15 da Resolução nº 04/2011 – CSMP, esta Relatoria manifesta-se pela HABILITAÇÃO dos candidatos LÚCIO JOSÉ BARRETO CARDOSO LIMA (1º Quinto), TATIANA SOUTO QUIRINO (1º Quinto) e RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES (1º Quinto), no processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, REFERIDO NO Edital nº 23/2019. Antes de encerrar constatou, a Relatora, que com a inversão da Pauta essa Promoção passa a ter como Remanescentes **Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Renato Vieira Dantas Bernardes e Tatiana Souto Quirino** que figuraram na lista tríplice da Promoção, por merecimento da 2ª Promotoria de Laranjeiras. Concluída a exposição do relatório pela Conselheira Relatora, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a correlata manifestação. Ato contínuo, a Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral, Doutora **Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg**, fez a leitura de seu Relatório. Em seguida, iniciou-se a votação pela análise dos candidatos habilitados e que integra o quinto mais elevado da lista de antiguidade, conforme se infere das normas inscritas no artigo 18, caput, da Resolução nº 04/2011 do CSMP, consoante justificativas de votos a seguir: **1) Conselheiro “Josenias França do Nascimento”**: A análise do requerimento do candidato pleiteante a promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, associada aos termos do Relatório de lavra do eminente Conselheiro Relatora do Processo, Procuradora de Justiça Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, pertinente a remoção objeto do Edital nº 23/2019, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que o mesmo: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removido por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificado na segunda quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicado a formação da lista tríplice com vista a promoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, quatro candidatos da 1ª quinta parte da lista de antiguidade, manifestaram interesse em requerer a promoção por

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça, todavia, durante o trâmite do processo um dos candidatos postulantes requereu expressamente sua desistência em concorrer a esta vaga. Então somente três candidatos integrantes do 1º quinto mantiveram suas inscrições, inclusive o candidato pleiteante. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a “promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplex” (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: “a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago” (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de promoção objeto do Edital nº 23/2019-CSMP, porque os quatro candidatos concorrentes puderam ser indicados a concorrer a vaga, em virtude de serem todos classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade, sendo que o candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho desistiu de forma expressa a não concorrer ao certame, logo, restando apenas três candidatos concorrentes aptos a formação da lista tríplex por estarem classificados no 1º quinto na lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral informou que o candidato concorrente não apresentava pendências nos Sistemas: SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES. O Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento do candidato acima indigitado os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento do candidato: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento do candidato, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação. DESEMPENHO: O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade. OPEROSIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a esse critério objetivo, o candidato demonstrou sua operosidade, juntando Relatório da última Correição levada a efeito pela Corregedoria Geral na Promotoria de Justiça de Riachuelo em 23 de abril de 2019, da qual é titular o candidato postulante, onde restou consignado o fato de que no dia da correição constatou-se não haver nenhum processo judicial e inquérito policial com carga ou vista à Promotoria de Justiça, a mais de 30 dias em Gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação. ASSIDUIDADE: O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. O candidato comprovou este critério objetivo com a juntada, de igual modo, do Relatório de Correição Ordinária de lavra da Corregedoria Geral, o qual testifica a assiduidade do candidato no seu local de trabalho, atendendo a população, despachando processos, realizando audiências públicas e instruindo reclamações, procedimentos preparatórios a inquéritos civis e inquéritos civis. Ainda, com relação ao critério objetivo assiduidade, deve ser salientado que, conforme demonstra a Planilha de Ocorrências Funcionais, extraída do Portal do Servidor do MPSE e juntada ao presente, o ora postulante é muito assíduo ao trabalho, não registrando faltas injustificadas ao serviço e nem deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 6 (seis) meses anteriores ao presente pedido DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CARGO: Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. No que concerne à esfera extrajudicial, que confere maior visibilidade à atuação do Ministério Público, o requerente tem se dedicado à defesa de interesses difusos e coletivos com significativo alcance social nos municípios integrantes da Promotoria de Justiça da qual é titular atualmente. Insta salientar, no mais, que a dedicação do postulante foi reconhecida por ocasião das Correições Ordinárias da Corregedoria Geral e das Inspeções da Coordenadoria Geral, realizadas na Promotoria de Justiça de Riachuelo em 2019. Com efeito, conforme se infere do relatório elaborado após a Correição Ordinária realizada pela Corregedoria Geral do MPSE em 23/04/2019 (vide relatório anexo com o seu requerimento), a atuação do ora postulante na Promotoria de Justiça de Riachuelo foi considerada ótima. PRODUTIVIDADE: Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério objetivo o candidato comprovou pelos mapas estatísticos oriundos do ARQUIMEDES uma boa produtividade no período de 30/05/2018 a 30/05/2019, observando-se o princípio da razoabilidade, uma movimentação processual tendo como registro de entrada 1.649 e de saída 1357, com um resíduo de 292 processos. Os registros dizem respeito a atuação do candidato em procedimentos judiciais de natureza cível e criminal. Com relação aos procedimentos extrajudiciais, a Corregedoria Geral em seu Relatório Preliminar registra movimentos no Sistema PROEJ no período de 30/05/2018 a 30/05/2019, apenas de 1.226 (total de trâmites por Promotor) Neste aspecto o candidato é um Promotor de Justiça com

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

regularidade propositiva boa, a par da apresentação de denúncias, alegações finais, contrarrazões recursais, manifestações em processos de natureza cível e criminal, tudo realizado em prol da defesa da ordem jurídica, das vítimas e da sociedade. Registre-se que, analisadas as peças processuais pelo candidato produzidas, todas revelaram boa fundamentação jurídica, com redação de qualidade, segurança e refinado conhecimento jurídico, tudo conforme relatado no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público, na fase complementar do processo de promoção, ora em apreciação. No âmbito judicial, nas áreas penal e cível, vale registrar em sua regular produção a seguinte atuação: 31 Denúncias, 29 Alegações Finais, 882 Manifestações; 01 Razão de Recurso; 19 Contrarrazões; 20 Audiências Judiciais e 01 Interposição de Recurso, totalizando a movimentação no período em 1.553. Registro excelente atuação na área extrajudicial, ou seja, aquela que maior visibilidade se dá a sociedade da atuação social do Ministério Público, identificando as seguintes ações: AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CAMPO DO BRITO – Escola Municipal José Fonseca Lima; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ESGOTAMENTO SANITÁRIO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – FALTA DE PROFESSORES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – IMPROBIDADE – CONTRATAÇÃO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – INTERDIÇÃO DE ESTÁDIO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – MEDICAMENTOS – CÉSAR SILVA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – PROIBIÇÃO DE FESTA – 4º NATAL NO POVOADO TABULEIRINHO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REVITALIZAÇÃO DE BARRAGEM; ACP – AMBIENTAL – LIXÃO SANTA ROSA; ACP – AMBIENTAL – PADARIAS – RIACHUELO; ACP – IMPROBIDADE – CONTRATOS TEMPORÁRIOS – DIVINA PASTORA; ACP – IMPROBIDADE – REGISTRO DE PREÇOS – RIACHUELO; ACP – IMPROBIDADE – TRANSPORTE SERVIDORES – DIVINA PASTORA; ACP – NULIDADE DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL – RIACHUELO; ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CAPS – DIVINA PASTORA; ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CREAS – RIACHUELO e RECOMENDAÇÃO – INDISCIPLINA ESCOLAR. No âmbito da esfera judicial de natureza penal e civil registro as seguintes ações e manifestações judiciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – EFEITOS DA APELAÇÃO; APELAÇÃO – ACP DESO; CONTRARRAZÕES – EMBARGOS – EXECUÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS; CONTRARRAZÕES APELAÇÃO – ACP IMPROBIDADE; CONTRARRAZÕES APELAÇÃO – ACP SAÚDE; CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO – ROUBO MAJORADO – LEONARDO DE JESUS; DENÚNCIA – ROUBO – ART. 157, §2, I e II, COM PREVENTIVA; EXECUÇÃO – OBRIGAÇÃO DE FAZER – TAC; IMPUGNAÇÃO – EMBARGOS – EXECUÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS; PARECER – BPC – DEFERIMENTO; PARECER – USUCAPIÃO ESPECIAL – INDEFERIMENTO INICIAL; RAZÕES DE APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE DE ARMA DE FOGO; RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – REJEIÇÃO DE DENÚNCIA e REPRESENTAÇÃO MEDIDA PROTETIVA. PRESTEZA: Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. Ainda segundo os Relatórios da Corregedoria-Geral do MPSE, o candidato quanto às atividades judiciais registra conduta zelosa e exemplar,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

com as manifestações processuais absolutamente atualizadas. No tocante às atividades extrajudiciais, disse ter detectado a diligência e o cuidado necessários à defesa dos direitos do cidadão, sendo constatada a regularidade na condução das rotinas extrajudiciais. NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA – Anote-se que o candidato requerente figurou na lista tríplice formada para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, após a sua última movimentação em 13/06/2019, a título de promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final. FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS - Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, o candidato apresentou com o seu requerimento Certificados de Participação em alguns Cursos promovidos pela ESMP: CERTIFICADO ESMP – COMBATE À CORRUPÇÃO; CERTIFICADO ESMP – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE; CERTIFICADO ESMP – CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE; CERTIFICADO ESMP – CURSO DE DIREITO ELEITORAL; CERTIFICADO ESMP – LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; CERTIFICADO ESMP – O MP E O NOVO CPC; CERTIFICADO ESMP – PALESTRA RAÇA E GÊNERO; CERTIFICADO ESMP – PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS e CERTIFICADO ESMP – TREINAMENTO SIMBA. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no ano de 2018, o Candidato participou de Cursos de Aperfeiçoamento, e por conta disso pontuou neste requisito objetivo, tendo alcançado 19 horas no período de 16/05/2018 a 16/05/2019. OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL: Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo o candidato nada comprovou com seu requerimento. APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS: Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral veio aos Autos informação de que o candidato vem comunicando regularmente o início de suas férias e respectivo retorno às atividades funcionais, assim como vem alimentando em dia os Relatórios dos Sistemas a que está submetido. PROATIVIDADE – Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito objetivo, o candidato nada comprovou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS – Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, constata-se sua atuação: Exerceu as funções do cargo de Diretor do Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais, materializado pelo Ato nº 471/2018, de 20 de novembro de 2018. CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO – Quanto a este requisito, o candidato nada apresentou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO – Quanto a este requisito o candidato nada comprovou com o seu requerimento contribuições para o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico do MPSE. DA REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Quanto a este aspecto, o candidato apresentou com o seu pedido, registro de ações que tiveram repercussão social relevante, que transformaram o meio social. A título de exemplo registro: ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CREAS- RIACHUELO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ESGOTAMENTO SANITÁRIO; ACP – AMBIENTAL – LIXÃO SANTA ROSA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA; ACP – OBRIGAÇÃO DE FAZER – CAPS – DIVINA PASTORA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – REVITALIZAÇÃO DE BARRAGEM; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POÇO VERDE – FALTA DE PROFESSORES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO etc. Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro que foi feita sobre a atuação funcional do candidato inscrito, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista tríplice para a promoção objeto deste Edital. 2) *Conselheira “Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça”:*

Trata o presente processo de promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 23/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público em 24 de abril de 2019 (edição nº 0809), com inscrição dos seguintes candidatos: LÚCIO JOSÉ BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO, ADSON ALBERTO CARDOSO DE CARVALHO, RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, MÔNICA ANTUNES ROCHA RIGO DA SILVA, CLÁUDIA VIRGÍNIA OLIVER DE SÁ, LUCIANA DUARTE SOBRAL e RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI. Os requerimentos dos candidatos foram instruídos através do Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, e em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os mesmos declararam, expressamente, estar com os serviços a seu cargo atualizados e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. O CANDIDATO Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de desistência em 06 de maio de 2019, conforme certidão da Secretaria Geral da mesma data. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, apresentou Relatório com informações necessárias à aferição da habilitação dos Candidatos. A Escola Superior do Ministério Público Apresentou as planilhas de seu Banco de Horas referente à participação e frequência dos candidatos aos cursos oficiais organizados pela ESMP no período de um ano anterior à data da publicação do Edital nº 23/19. A Conselheira Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, designada como Relatora, após examinar os documentos insertos no SERP e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório Conclusivo, onde, inicialmente, registrou que o Dr. Lúcio José Cardoso Barreto Lima foi remanescente de lista anterior; também efetuou o controle de consecutividade e alternância, verificando que não ocorreu nenhuma das causas de remoção/promoção obrigatória previstas no art. 72 da Lei Complementar 02/90, que reza: Art. 72. É obrigatória a promoção ou remoção do membro do Ministério Público que figurar 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas nas respectivas listas de merecimento.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ao final, depois examinar o preenchimento de requisitos objetivos por parte dos candidatos, a Relatora considerou habilitados os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, que se encontram posicionados no primeiro quinto da lista de antiguidade, restando inabilitados os demais inscritos. Em síntese, o relatório. Passo a emitir o meu Primeiro voto para a formação da lista tríplex. 1º VOTO O Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima ingressou na carreira do Ministério Público em 15 de setembro de 2003, como Promotor de Justiça Substituto, sendo removido em 30 de abril de 2008 para a Promotoria de Poço Verde. Atuou, também, nas Promotorias de Campo do Brito, Ribeirópolis, e no CAOP de Atividades Cíveis e Criminais. É titular da 1ª Promotoria de Riachuelo. O Relatório da Corregedoria aponta que o Promotor Lúcio José Cardoso Barreto Lima, ao longo do último ano, cumpriu suas obrigações funcionais relativas às comunicações, encontrava-se com os trabalhos atualizados, não sofreu qualquer punição disciplinar no último ano anterior ao requerimento de remoção, e foi submetida a Correição Ordinária em 23 de abril de 2019, onde obteve o conceito Ótimo. A análise dos documentos inclusos no SERP permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apto para fins de promoção por merecimento. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça requerente, foram analisados os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, em especial os relacionados no art. 1º da Resolução nº 05/2011 do CSMP, dos quais destacamos: 1) -desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial. (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Há de se considerar o volume de trabalho comprovado nos relatórios funcionais, bem como a qualidade das peças judiciais e extrajudiciais desenvolvidas, cuja mensuração se fará mediante a plausibilidade da fundamentação jurídica, a boa redação e a estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. São aferidos no caso concreto através da atual circunstância de ter o candidato movimentado, no período de 8 de maio de 2018 a 8 de maio de 2019, 1516 trâmites judiciais, bem como realizou 1096 trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo o Relatório da Corregedoria Geral. O Relatório de Correição inserido nos autos também traz uma ótima avaliação da atuação funcional do promotor, atento à efetividade de seu trabalho junto à comunidade, sendo que no procedimento regido pelo Edital nº 26/2019 tivemos acesso a um relatório de correição mais recente, onde se verifica uma evolução positiva do trabalho do Promotor em tela. 2) - frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. Os documentos anexados pelo candidato, através do SERP, indicam cursos anteriores ao período válido para inscrição no Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da ESMP. Seu Banco de Horas registra 04 horas de capacitação pela Escola Superior do Ministério Público no período de 24 de abril de 2018 a 23 de abril de 2019. 3)-aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em áreas de interesse institucional. O candidato não apresentou informações sobre eventual pós-graduação. 4) – publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste de sua ficha funcional. O candidato não apresentou informações sobre eventual publicação ou prêmio. Diante do exposto, por estar amplamente identificado e justificado o mérito do candidato, não só pelo que aqui se mencionou, mas também pelo que consta nos autos, voto pela Promoção do Promotor de Justiça Lúcio

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

José Cardoso Barreto Lima para a 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória. **3) Conselheira “Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg”**: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de entrância final, regido pelo Edital n.º 23/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE- DOFe, n.º. 0809, de 24 de abril de 2019. Inscreveram-se os Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), Adson Alberto Cardoso de Carvalho (1º quinto), Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (2º quinto), Cláudia Virgínia Oliver de Sá (2º quinto), Luciana Duarte Sobral (3º quinto) e Rafael Schwez Kurkowski (3º quinto). Os requerimentos dos Candidatos foram instruídos mediante cópias de peças Processuais, certidões e documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas respectivas Promotorias onde atuam (documentos visualizados pelo Sistema eletrônico de remoção e promoção - SERP), em atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução n.º 005/2011-CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar n.º 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que estão em dia com os serviços e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição de habilitação dos Candidatos. O Candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de desistência datado de 06 de maio de 2019. O Conselheiro-Relator, após examinar os documentos insertos nos autos e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório, concluindo pela HABILITAÇÃO dos Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), e Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), mantendo-se os mesmos no pleito. O Relatório também analisou a questão da lista anterior de Remanescentes, onde somente o Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Lima integrou a lista. Em síntese, este é o RELATÓRIO. Passo a proferir o VOTO: Para a formação da lista tríplex de merecimento a indicação do meu primeiro voto é para o Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto de Lima, levando-se em consideração a confirmação do seu nome por ter preenchido os requisitos objetivos e subjetivos conforme Relatório da Corregedoria, bem como constatado um desempenho de excelência no desenvolvimento de suas atribuições junto à Promotoria de Justiça a qual titulariza, sempre envidando esforços para o melhor cumprimento de suas funções e deveres institucionais ao longo da carreira. Além do mais, o Promotor de Justiça que ora recebe o meu voto ingressou na carreira do Ministério Público em 15/09/2003, ocupando a 4ª posição no quadro de antiguidade da entrância inicial, integrando seu primeiro quinto. A análise do requerimento que ora se faz, permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar n.º 02/90, encontrando-se apto para integrar a lista tríplex formulada, para fins de Promoção por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça indicado, foram analisados, como dito, os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, quais sejam: a) art. 66, § 5º, da Lei de regência (LC n.º 02/90) – desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento b) art. 1º, incisos I a VI e art. 2º, incisos I a IV, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Foram observados, também, os critérios previstos no

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

art. 7º da Resolução n.º 005/2011: repercussão, alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades no exercício da função, experiências exitosas e o histórico funcional do interessado. Feitas tais considerações, passo a apreciar resumidamente os parâmetros utilizados: DESEMPENHO, PRODUTIVIDADE e PRESTEZA (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Deve ser considerada a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido pelo Candidato na área judicial e extrajudicial, devidamente avaliada e comprovada nos relatórios funcionais e que devem se fundamentar na clareza, objetividade e plausibilidade da fundamentação jurídica, além da estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. O desempenho, a produtividade e a presteza do Candidato referentes à atividade judicial são aferidos no caso concreto através de relatórios, acompanhamentos e avaliações da Corregedoria do Ministério Público, encontrando-se, pelas informações que constam nos autos, regular quanto ao envio dos Relatórios, bem como quanto à movimentação processual do último ano, de 09/05/2018 a 09/05/2019 constatou-se um total de 1591 Processos recebidos pelo Promotor de Justiça, sendo devolvidos 1312 e um total de 1096 Procedimentos Extrajudiciais. Em relação a análise do número de vezes de participação em listas de escolhas, conforme determina o art. 1º, II, Resolução n.º 005/2011 – CSMP, constatou-se que o Promotor de Justiça Postulante figurou por uma única vez em listas pretéritas, conforme informado no Relatório da Corregedoria. Quanto ao aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos, verificou-se a participação do candidato através do Relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público. Pelo exposto, encontrando-se, em linhas gerais, aqui definido e fundamentado o merecimento do Candidato, além das informações valiosas que constam nos autos e dos documentos ali ilustrados, VOTO pela inclusão do Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto de Lima na lista tríplice de merecimento para Promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. **4) Conselheiro “Eduardo Barreto d'Ávila Fontes”**: O candidato é Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Riachuelo, conforme Ato de 05 de novembro de 2015, exercendo, a partir de 09/11/2015, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que o referido candidato formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade vertical, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital n.º 04/2019, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução n.º 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação do candidato, cumpre realçar que este figura na 4ª posição (1º quinto) do quadro de antiguidade da entrância final. Assim, encontra-se o Promotor de Justiça Postulante HABILITADO a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar n.º 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

se promover a avaliação da atuação funcional individualizada do candidato, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar nº 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução nº 05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução nº 05/2011-CSMP. I- Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, o Promotor de Justiça, ora Candidato à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 15 de setembro de 2003, tendo se titularizado em 21 de março de 2006. Ressaltamos que o Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias unidades ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pelo candidato, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Recursos, Pareceres, dentre outras promoções, que denotam a dedicação e presteza com que o Promotor de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na defesa de direitos difusos e coletivos. Com efeito, cumpre observar que o referido candidato movimentou, no período de 09 de maio de 2018 a 09 de maio de 2019, o quantitativo de 1.516 (mil quinhentos e dezesseis) processos, bem como realizou 1.096 (mil e noventa e seis) trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais. É dizer, o Requerente vem apresentando reconhecida dedicação, presteza e operosidade no exercício do cargo, cuja atuação proativa pode ser constatada, ante o exercício de suas atribuições junto à Promotoria de Justiça de Riachuelo, desde o ano de 2015 e ao Centro de Apoio de Atividades Cíveis e Criminais ao longo de 2018 e deste ano. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo da Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora, temos que o candidato figurou em lista pretérita de processo de Remoção por Merecimento. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, o candidato participou, no período de 24.04.2018 a 23.04.2019, de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior, com um total de 4 (quatro) horas acumuladas. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: O candidato não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, mas participou de diversos Congressos Regionais e Nacionais de interesse do Ministério Público. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: O candidato não colacionou ao presente procedimento comprovante de publicações relacionadas com a atividade funcional e não há registros na ficha de ocorrências funcionais de elogios e prêmios. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, o Requerente enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a respectiva atuação. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que o Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Resolução nº 05/2011, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim cumpre as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, o Postulante se apresenta legalmente credenciado à almejada promoção por merecimento, motivo pelo qual VOTO neste candidato para integrar a lista, por merecimento, à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. Assim, por unanimidade, Doutor **Lúcio José Cardoso Barreto Lima** (1º quinto), com 04 (quatro) votos, passa a ser o primeiro candidato a compor a lista tríplice, apesar do mesmo já ter sido promovido para a 2ª Promotoria de Laranjeiras, ele ainda não assumiu a referida Promotoria de Justiça podendo, assim, compor a lista. Dando continuidade à votação para a composição da referida lista passou-se à análise da votação ocorrida entre os requerentes do mesmo quinto e que estão habilitados a concorrer, conforme determina o artigo 5º, §1º, da Resolução nº 04/2011, em consonância com as justificativas de votos a seguir discriminadas: **1) Conselheiro “Josenias Franca do Nascimento”**: A análise do requerimento do candidato pleiteante a promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, associada aos termos do Relatório de lavra da eminente Conselheira Relatora do Processo, Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça pertinente a remoção objeto do Edital nº 23/2019, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que o mesmo: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removido por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificado na primeira quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicado a formação da lista tríplice com vista a promoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, quatro candidatos da 1ª quinta parte da lista de antiguidade, manifestaram interesse em requerer a promoção por merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça, todavia, durante o trâmite do processo um dos candidatos postulantes requereu expressamente sua desistência em concorrer a esta vaga. Então somente três candidatos integrantes do 1º quinto mantiveram suas inscrições, inclusive o candidato pleiteante. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a “promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplice” (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: “a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago” (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de promoção objeto do Edital nº 23/2019-CSMP, porque os quatro candidatos concorrentes puderam ser indicados a concorrer a vaga, em virtude de serem todos classificados na primeira quinta

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

parte da lista de antiguidade, sendo que o candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho desistiu de forma expressa a não concorrer ao certame, logo, restando apenas três candidatos concorrentes aptos a formação da lista tríplice por estarem classificados no 1º quinto na lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral informou que o candidato concorrente não apresentava pendências nos Sistemas : SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES. O Procurador Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento do candidato acima indigitada, os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento do candidato: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento do candidato, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação. **DESEMPENHO:** O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados, para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade. **OPEROSIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a esse critério objetivo, o candidato demonstrou sua operosidade, juntando Relatório da última Correição levada a efeito pela Corregedoria Geral na 1ª Promotoria de Justiça de Dores em 14 de março de 2017, da qual é titular o candidato postulante, onde restou consignado o fato de que no dia da correição constatou-se não haver nenhum processo judicial e inquérito policial com carga ou vista à Promotoria de Justiça, a mais de 30 dias em Gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação. **ASSIDUIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. O candidato comprovou este critério objetivo com a juntada, de igual modo, do Relatório de Correição Ordinária de lavra da Corregedoria Geral, o qual testifica a assiduidade do candidato no seu local de trabalho, atendendo a população, despachando processos, realizando audiências públicas e instruindo reclamações, procedimentos preparatórios a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

inquéritos civis e inquéritos civis. Ainda, com relação ao critério objetivo assiduidade, deve ser salientado que, conforme demonstra a Planilha de Ocorrências Funcionais, extraída do Portal do Servidor do MPSE e juntada ao presente, o ora postulante é muito assíduo ao trabalho, não registrando faltas injustificadas ao serviço e nem deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 6 (seis) meses anteriores ao presente pedido DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CARGO: Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. No que concerne à esfera extrajudicial, que confere maior visibilidade à atuação do Ministério Público, o requerente tem se dedicado à defesa de interesses difusos e coletivos com significativo alcance social nos municípios integrantes da Promotoria de Justiça da qual é titular atualmente (Nossa Senhora das Dores e Cumbe). Neste particular, deve ser destacado que, em 04 (anos) anos e 10 (dez)mês de efetiva atuação na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores (dividida e denominada de 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores a partir da Resolução nº 012/2018 – CPJ, de 16/08/2018), o postulante registra elevado número de Ações Civis Públicas ajuizadas, de Termos de Ajustamento de Conduta, firmados e de audiências extrajudiciais realizadas, bem como de registro e finalização de feitos extrajudiciais. Insta salientar, no mais, que a dedicação do postulante foi reconhecida por ocasião das Correções Ordinárias da Corregedoria Geral e das Inspeções da Coordenadoria Geral, realizadas na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores em 2014 e 2017. Com efeito, conforme se infere dos relatórios elaborados após as Correções Ordinárias realizadas pela Corregedoria Geral do MPSE em 2014 e 2017 (vide relatórios anexos com o seu requerimento), a atuação do ora postulante na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores foi considerada ótima. PRODUTIVIDADE: Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério o candidato comprovou pelos mapas estatísticos oriundos do PROEJ uma produtividade excelente observando-se o princípio da razoabilidade. Com efeito, de acordo com os mapas estatísticos juntados ao presente procedimento de movimentação na carreira, extraídos do sistema PROEJ, o signatário demonstra boa produtividade no exercício das atividades extrajudiciais na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, tendo em vista que, no período de 18/06/2014 (data em que passou a officiar no órgão promotorial em questão) até a presente data: a) registrou 3.685 trâmites no sistema PROEJ; b) realizou 348 (trezentas e quarenta e oito) audiências extrajudiciais; c) ajuizou 76 (setenta e seis) Ações Civis Públicas, sendo 07 (sete) delas por atos de improbidade administrativa; d) propôs 09 (nove) Ações Civis Públicas de Execução; e) firmou 20 (vinte) Termos de Ajustamento de Conduta; f) atingiu recorde estatístico na Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores no ano de 2017, quando registrou 231 (duzentos e trinta e um) novos procedimentos extrajudiciais, bem como no ano de 2018, quando registrou 196 (cento e noventa e cinco) novos feitos extrajudiciais; h) promoveu 714 (setecentos e catorze) arquivamentos de feitos extrajudiciais, sendo 75 (setenta e cinco) deles por acordo entre as partes. Todas as providências acima destacadas impediram o acúmulo do número de feitos pendentes, tanto que, a despeito da grande demanda extrajudicial, a 1ª Promotoria de Justiça de Dores: a) só possui procedimentos extrajudiciais em andamento, instaurados a partir de 2017, não havendo feitos extrajudiciais em trâmite, anteriores ao reportado ano; b)

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

apesar de ter registrado elevado número de feitos extrajudiciais em 2017 e 2018, conforme salientado acima, só possui atualmente em andamento 08 (oito) Notícias de Fato, 20 (vinte) Inquéritos Cíveis e 02 (dois) Procedimentos Administrativos, consoante painel geral do PROEJ juntado com o seu requerimento. Os registros dizem respeito a atuação do candidato em procedimentos extrajudiciais, e esta atuação dá visibilidade a Instituição para a sociedade em toda a sua pujança. Neste aspecto o candidato é um Promotor de Justiça eminentemente propositivo, a par dos 1.096 trâmites no PROEJ; 348 Atas de Audiências, 76 Ações Cíveis Públicas; 714 arquivamentos com remessa ao Conselho Superior e 75 arquivamentos por acordo entre as partes. Registre-se que, analisadas as peças processuais (penais e cíveis) pelo candidato produzidas, todas revelaram boa fundamentação jurídica, com redação de qualidade, segurança e refinado conhecimento jurídico, tudo conforme relatado no relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação. Registro excelente atuação na área extrajudicial, ou seja, aquela que maior visibilidade se dá a sociedade da atuação social do Ministério Público, identificando as seguintes ações: ACP 201976300170 – Condenação da DESO na obrigação de manter, de forma contínua, eficiente e adequada, o abastecimento de água nos Povoados Cruzes e Campo Grande, ambos do município de Nossa Senhora das Dores/SE; ACP-201976300175 – ACP por ato de Improbidade Administrativa deflagrada em face de ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, por ter violado a ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso no município; ACP – 201976300411 – Recuperação de área de vegetação nativa do Bioma Caatinga, com cobertura vegetal classificada como Caatinga Hipoxerófila, que sofreu desmatamento; ACP'S – 201876300451 e 201876300078 - Regularização de loteamentos clandestinos no município de Nossa Senhora das Dores, que não observaram às exigências legais quando de sua implantação, notadamente por não terem sido executadas as obras de infraestrutura básicas necessárias nos empreendimentos; ACP-201876300453- Preservação da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, existente em Fazenda localizada no município de Nossa Senhora das Dores, bem como a imposição ao seu proprietário da obrigação de recuperar área com meio ambiente degradado; ACP-201776001390 – Garantir ao Conselho Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores (CMS) a infraestrutura física e os recursos materiais necessários para o desempenho adequado e eficaz de suas atribuições, assegurar a capacitação dos Conselheiros do CMS e regularizar os procedimentos de prestações de contas relativos ao uso de recursos financeiros da saúde; ACP – 201676001951 – Assegurar, durante a transição do governo municipal de Nossa Senhora das Dores, aos membros da Comissão de Transição do Prefeito eleito, o acesso a todos os documentos e informações indispensáveis à elaboração e implementação do programa do novo governo, evitando a descontinuidade de ações, serviços e programas de interesse público (“Operação Antidesmonte”); ACP – 201776001010 – Regularizar o abastecimento de água, pela Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, aos moradores dos Povoados Ascenso e Volta, ambos do município de Nossa Senhora das Dores; ACP – 201676000752 – Fornecimento adequado e contínuo de água pela DESO no município de Cumbe e nos Povoados Boa Vista, Cruzes, Carro Quebrado e Gado Bravo Norte, todos de Nossa Senhora das Dores; ACP – 201776001469 – ACP por ato de Improbidade Administrativa ajuizada em face de ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores e dos membros da Comissão de Transição de Governo de sua gestão, em virtude do descumprimento das normas regentes da transição do governo municipal, da Resolução nº 301/2016 do

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TCE/SE e de Recomendação expedida pelo MP; ACP-201776001524 – ACP por ato de Improbidade Administrativa deflagrada em face de ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, por ter realizado evento festivo com o uso de verbas públicas para promover e impulsionar a sua campanha à reeleição; ACP-201776001434 – ACP por ato de Improbidade Administrativa intentada em face de ex-Prefeitos Municipais de Nossa Senhora das Dores, por terem promovido a contratação ilegal de diversos servidores municipais e por manterem a contratação de vários deles, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público; ACP – 201776001432 – ACP por ato de Improbidade Administrativa deflagrada em face do ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, por ter no ano eleitoral de 2016, promovido a distribuição gratuita de benefícios pela administração municipal, mediante a concessão do direito real de uso de espaços públicos a munícipes/eleitores para a construção de quiosques/lanchonetes, sem prévio procedimento licitatório ou adoção de qualquer outro procedimento objetivo de escolha dos beneficiários; ACP – 201676200050 – Reforma do matadouro municipal de Siriri ou a construção de um novo matadouro que possua estrutura física e condições higiênico-sanitárias e ambientais básicas e adequadas para o abate de animais, em observância à legislação aplicável à espécie; ACP – 201676000090 – Suspensão imediata de qualquer obra ou atividade nas áreas próximas à Área de Preservação Permanente (APP) da nascente do Riacho Pedrinhas, no Povoado Ascenso, em Nossa Senhora das Dores e obtenção do devido licenciamento ambiental da obra ou atividade; ACP – 201576001260 – Correção de inadequações/irregularidades nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde de Nossa Senhora das Dores; ACP 201576001291 – Obrigar o município de Nossa Senhora das Dores a promover a inscrição na dívida ativa municipal dos contribuintes que não efetuaram o pagamento dos débitos de IPTU e ajuizar, através da Procuradoria do Município, as competentes ações de execução fiscal contra os devedores inadimplentes, visando a cobrança da dívida ativa decorrente da falta de pagamento do tributo sob enfoque; ACP – 201576100054 – Obrigar o Estado de Sergipe a realizar as obras de reforma necessárias no prédio da Delegacia de Polícia de Cumbe/SE; ACP-201476002035 – Implantação do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Nossa Senhora das Dores e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico; ACP-201576200289-Obrigar o Estado de Sergipe a promover a contratação de um intérprete de línguas ou de profissional habilitado para compreender a linguagem de sinais (libras) para atendimento de alunos na Rede Estadual de Ensino do município de Siriri. e ACP – 201476001151 – ACP por ato de Improbidade Administrativa ajuizada em face do ex-Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, Aldon Luiz, em virtude da contratação temporária de servidores públicos, sem prévio concurso público. Quanto à produtividade e dedicação na esfera judicial, deve ser salientado que, consoante se infere dos mapas estatísticos do sistema Arquimedes e relatórios de Correições Ordinárias realizadas pela Corregedoria Geral do MP (cópias anexas ao requerimento), a Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores tem produção mensal elevada de manifestações processuais, o que é fruto de intensa dedicação do signatário. Neste sentido, há de ser observado que, nos anos de 2017 e 2018, a Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores atingiu recorde estatístico de processos recebidos e devolvidos com manifestação do MP, mas, ainda assim, o ora requerente manteve em dia os serviços em dia, consoante se infere dos ofícios de comunicações de férias acostados ao presente, chegando a se dedicar ao trabalho em diversos finais de semana e feriados, esforço que perdura até a presente data. Consoante se infere dos mapas estatísticos do Sistema Arquimedes

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

juntados ao presente: a) no ano de 2017, o órgão promotorial em questão recebeu e devolveu com manifestação 4.365 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco) processos, ou seja, uma média mensal de 364 (trezentos e sessenta e quatro) feitos judiciais, com destaque para os meses de setembro de 2017 (552 processos) e outubro de 2017 (580 processos); b) no ano de 2018, recebeu e devolveu com manifestação 4.057 (quatro mil e cinquenta e sete processos), o que representa uma média mensal de 338 (trezentos e trinta e oito) feitos judiciais, com destaque para os meses de maio/2018 (498 processos), julho de 2018 (520 processos) e agosto de 2018 (566 processos). No âmbito da esfera judicial natureza penal, civil e eleitoral registro as seguintes ações e manifestações judiciais: Razões de Apelação – ACP Ambiental Campo Lindo; Contrarrazões – ACP – Reforma Delegacia Cumbe; Contrarrazões – Apelação - Roubo e Corrupção de menores; Contrarrazões – Apelação – Porte Arma e Recepção; Contrarrazões – Apelação – Pena e Tráfico Privilegiado; Contrarrazões – Apelação – Homicídio qualificado; Contrarrazões – Apelação – Homicídio – nulidades Dosimetria; Contrarrazões – AIJE – Eleitoral; Alegações Finais – Lesão Corporal – Violência Doméstica; Contrarrazões – ACP – Concurso – Dores; Contrarrazões – ACP – Agravo Instrumento Reforma Escola; e Contrarrazões – ACP – Improbidade Administrativa. PRESTEZA: Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. Ainda segundo os Relatórios da Corregedoria-Geral do MPSE, o candidato quanto às atividades judiciais registra conduta zelosa e exemplar, com as manifestações processuais absolutamente atualizadas. No tocante às atividades extrajudiciais, disse ter detectado a diligência e o cuidado necessários à defesa dos direitos do cidadão, sendo constatada a regularidade na condução das rotinas extrajudiciais. Neste diapasão, diante da considerável demanda judicial, somada a grande demanda extrajudicial, tem sido grande a dedicação do requerente para manter em dia os serviços da Promotoria, na forma constatada nas Correições Ordinárias e Inspeções realizadas em 2014 e 2017 (vide relatórios anexos ao requerimento), bem como, devidamente declarada e comprovada em suas comunicações de férias (vide ofícios anexados ao requerimento), perdurando tal situação (serviços em dia) até a presente data, conforme se depreende dos extratos de consulta do PROEJ e do Sistema do TJSE e do Relatório Gerencial do Arquimedes juntados com o requerimento. Relevante, ainda, pontuar que toda a produção no campo extrajudicial foi obtida com muito esforço do signatário, já que a sua atuação sempre abrangeu (antes da divisão da Promotoria de Dores a partir de agosto de 2018) as áreas das Curadorias de 03 (três) municípios (Nossa Senhora das Dores, Siriri e Cumbe), assim como toda demanda judicial existente na Comarca de Nossa Senhora das Dores (manifestações processuais, participação em audiências judiciais, júris, etc.), sem prejuízo da alimentação regular e periódica de todos os sistemas informatizados do MPSE. NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA – Anote-se que o candidato requerente figurou na lista tríplice formada para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras, de Entrância Final, objeto do Edital nº 26/2019. FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS - Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, o candidato apresentou com o seu requerimento Certificados de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Participação em alguns Cursos promovidos pela ESMP, assim como publicação de Artigos: ESMP – Certificado – Encontro Novo Planejamento Estratégico; ESMP – Certificado – Seminário Combate à Corrupção e ESMP – Certificado – Treinamento sobre o SIMBA. De igual modo juntou com seu requerimento comprovação de publicação de artigo na Revista Jus Navegandi assim identificado: Transição de Governo: Teoria e Prática, publicado em 19/01/2019. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de remoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no ano de 2018, o Candidato não participou de Cursos de Aperfeiçoamento, e por conta disso não pontuou neste requisito objetivo. **OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL:** Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo o candidato nada comprovou com seu requerimento. **APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS:** Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral veio aos Autos informação de que o candidato vem comunicando regularmente o início de suas férias e respectivo retorno às atividades funcionais, assim como vem alimentando em dia os Relatórios dos Sistemas a que está submetido. **PROATIVIDADE –** Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito, o candidato comprovou com o seu requerimento as seguintes ações proativas: Participação efetiva no Projeto MP de Portas Abertas e no Projeto MP Itinerante. **CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS –** Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, constata-se na sua atuação em duas frentes: Membro do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa – GCIA, Membro Participante do Grupo Para a Criação do Kit de Atuação – Contratação Advogados. **CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO –** Quanto a este requisito, o candidato tem a seu favor a participação deste na produção de kits manuais para aprimoramento dos serviços na Administração do MPSE: Formulário – Registro – Atendimento; Manual Prático – Técnicos do MP; Manual – Analistas e Estagiários do MP – Cível; Manual – Analistas e Estagiários do MP – Criminal 1; Manual – Analistas e Estagiários do MP – Criminal 2 e Manual de Rotinas. **CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICOS DA INSTITUIÇÃO –** Quanto a este requisito o candidato comprovou com ações em várias frentes o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico do MPSE: Execução do Projeto “Ministério Público pela Educação –MPEduc” na Promotoria onde atua, com a sua participação na audiência pública do projeto realizada no município de Nossa Senhora das Dores (vide notícia jornalística anexa), bem como instauração do Inquérito Civil nº 66.18.01.0139 – PROEJ para dar continuidade à sua concretização do projeto no órgão promotorial em tela e com vistas a atingir os objetivos/metasp do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020, em especial a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

universalização do acesso à alimentação escolar de qualidade e a fiscalização da segurança e transporte escolar; Execução da “Operação Antidesmonte” nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Siriri, em parceria com o CAOp de Defesa do Patrimônio Público, Grupo de Combate à Improbidade Administrativa – GCIA e TCE/SE, do que resultou a instauração dos Inquéritos Cíveis nº 66.18.01.0005 – PROEJ, 66.18.01.0006 – PROEJ, 66.17.01.0231 – PROEJ, 66.17.01.0120 – PROEJ e 66.17.01.0038 – PROEJ, nos quais foram e estão sendo adotadas medidas com o objetivo de prevenir e combater a corrupção/improbidade administrativa na administração municipal, defender o patrimônio público e assegurar a probidade e moralidade na gestão pública, em atendimento aos objetivos traçados no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020; Participação na execução da “Operação Abate” no município de Nossa Senhora das Dores, coordenada pelo Ministério Público de Sergipe e pelo Ministério Público Federal, em parceria com as Promotorias de Justiça de cada município e o apoio da Vigilância Sanitária de Sergipe, da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), do Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia (CREA-SE), do Conselho Regional de Medicina Veterinária, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar do Estado (COE), da qual resultou a interdição do matadouro municipal, bem como celebração de TAC com o município para manter interdito tal estabelecimento, até que o ente municipal obtenha o devido licenciamento junto aos órgãos competentes (ADEMA, EMDAGRO e Vigilância Sanitária), bem como para realizar as obras de reforma e adequações necessárias no Mercado Municipal da Carne de Nossa Senhora das Dores para o regular funcionamento do local (cópia do TAC anexo ao seu requerimento); Participação em diversas audiências públicas realizadas na sede do Ministério Público, em parceria com o CAOp da Infância e Juventude e outros Promotores de Justiça, com o objetivo de implantar o Abrigo Regionalizado com sede na cidade de Nossa Senhora das Dores, conforme procedimento extrajudicial nº 66.17.01.0184 – PROEJ (vide termos de audiência juntados ao seu requerimento), resultando dessa atuação a criação da entidade de acolhimento institucional antes apontada em setembro de 2018, concretizando, assim, um dos objetivos do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020 no sentido de fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em relação ao sistema de garantia dos direitos da Criança e do Adolescente; Instauração e adoção de diversas providências no Inquérito Civil nº 66.15.01.0034 – PROEJ para estruturar os Órgãos Ambientais nos municípios de Nossa Senhora das Dores, Siriri e Cumbe (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal do Meio Ambiente e Fundo Municipal do Meio Ambiente), o que resultou na implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente nos reportados municípios e atende a das metas definidas no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020 e Adoção de providências no campo extrajudicial para assegurar aos membros do Conselho Tutelar de Cumbe a estrutura física e os equipamentos necessários para o desempenho de suas funções, bem como os seus direitos sociais (cobertura previdenciária, férias anuais remuneradas, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina), o que foi objeto dos feitos extrajudiciais nº 66.18.01.0043 – PROEJ (vide termo de audiência anexo ao requerimento) e 66.17.01.0223 – PROEJ (vide TAC anexo ao seu requerimento), atendendo, dessa forma, a um dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2020 no sentido de proteger os direitos e garantias da criança e adolescente, mediante o fortalecimento dos Conselhos Tutelares DA

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Quanto a este aspecto, o candidato apresentou com o seu pedido, registro de ações que tiveram repercussão social relevante, que transformaram o meio social. A título de exemplo registro: Criação Abrigo Regionalizado Dores; Estruturação do CT de Cumbe; TAC – Cumbe Lixão; TAC – Matadouro e Mercado Dores; TAC – Matadouro e Mercado Dores; TAC – Abuso Sonoro – Bares – Dores; TAC – Concurso – Cumbe; TAC – Reforma Estádio Ariston Azevedo; TAC – Regularização Táxis – Dores; TAC – Supermercados – Produtos fora prazo validade; TAC – Direitos Sociais – CT – Cumbe; TAC – Avaliação – Imóveis – ITBI; ACP DESO – Água – Povoados Cruzes e Campo Grande; ACP – Consultórios Odontológicos – Dores; ACP – Transporte Escolar e Contratação Profissional Libras e Audiência Pública Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro que foi feita sobre a atuação funcional do candidato inscrito, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista tríplice para a promoção objeto deste Edital. 2) *Conselheira “Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça”*: Trata o presente processo de promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 23/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público em 24 de abril de 2019 (edição nº 0809), com inscrição dos seguintes candidatos: LÚCIO JOSÉ BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO, ADSON ALBERTO CARDOSO DE CARVALHO, RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, MÔNICA ANTUNES ROCHA RIGO DA SILVA, CLÁUDIA VIRGÍNIA OLIVER DE SÁ, LUCIANA DUARTE SOBRAL e RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI. Os requerimentos dos candidatos foram instruídos através do Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, e em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os mesmos declararam, expressamente, estar com os serviços a seu cargo atualizados e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. O CANDIDATO Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de desistência em 06 de maio de 2019, conforme certidão da Secretaria Geral da mesma data. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, apresentou Relatório com informações necessárias à aferição da habilitação dos Candidatos. A Escola Superior do Ministério Público Apresentou as planilhas de seu Banco de Horas referente à participação e frequência dos candidatos aos cursos oficiais organizados pela ESMP no período de um ano anterior à data da publicação do Edital nº 23/19. A Conselheira Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, designada como Relatora, após examinar os documentos insertos no SERP e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório Conclusivo, onde, inicialmente, registrou que o Dr. Lúcio José Cardoso Barreto Lima foi remanescente de lista anterior; também efetuou o controle de consecutividade e alternância, verificando que não ocorreu nenhuma das causas de remoção/promoção obrigatória previstas no art. 72 da Lei Complementar 02/90, que reza: Art. 72. É obrigatória a promoção ou remoção do membro do Ministério Público que figurar 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas nas respectivas listas de merecimento. Ao final, depois examinar o preenchimento de requisitos objetivos por parte dos candidatos, a Relatora considerou habilitados os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, que se encontram posicionados no primeiro quinto da lista de antiguidade, restando inabilitados os demais inscritos. Em síntese, o relatório. Passo a emitir o meu Segundo voto para a

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

formação da lista tríplex. 2º VOTO O Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes ingressou na carreira do Ministério Público em 31 de agosto de 2004, como Promotor de Justiça Substituto, titularizando-se na Promotoria de Justiça de Neópolis em 25 de setembro de 2007. Atuou, também, nas Promotorias de Umbaúba, Gararu, 1ª e 2ª Promotorias de Nossa Senhora das Dores. É titular da 1ª Promotoria de Nossa Senhora das Dores. O Relatório da Corregedoria aponta que o Promotor Renato Vieira Dantas Bernardes, ao longo do último ano, cumpriu suas obrigações funcionais relativas às comunicações obrigatórias, encontrava-se com os trabalhos atualizados, não sofreu qualquer punição disciplinar no último ano anterior ao requerimento de remoção, e foi submetida a Correição Ordinária em 14 de maio de 2019, onde obteve o conceito Ótimo. A análise dos documentos inclusos no SERP permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apto para fins de promoção por merecimento. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça requerente, foram analisados os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, em especial os relacionados no art. 1º da Resolução nº 05/2011 do CSMP, dos quais destacamos: 1) - desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial. (art. 66, §5º, LC nº 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Há de se considerar o volume de trabalho comprovado nos relatórios funcionais, bem como a qualidade das peças judiciais e extrajudiciais desenvolvidas, cuja mensuração se fará mediante a plausibilidade da fundamentação jurídica, a boa redação e a estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. São aferidos no caso concreto através da atual circunstância de ter o candidato movimentado, no período de 09 de maio de 2018 a 09 de maio de 2019, 3971 processos judiciais, bem como realizou 1096 trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo o Relatório da Corregedoria Geral. O Relatório de Correição inserido nos autos também traz uma ótima avaliação qualitativa da atuação funcional do promotor, atento à efetividade de seu trabalho junto à comunidade. 2) - frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. Os documentos anexados pelo candidato, através do SERP, indicam cursos anteriores ao período válido para inscrição no Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da ESMP. Não há registros no seu Banco de Horas. 3)- aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em áreas de interesse institucional. O candidato não apresentou informações sobre eventual pós-graduação. 4) – publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste de sua ficha funcional. No caso, o candidato reportou no SERP a publicação de artigo na plataforma digital Jus Navigandi e apresentou manuais e formulários elaborados com o objetivo de aprimorar e uniformizar o atendimento e a atuação de técnicos e analistas do Ministério Público. Diante do exposto, por estar amplamente identificado e justificado o mérito do candidato, não só pelo que aqui se mencionou, mas também pelo que consta nos autos, voto pela Promoção do Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes para a 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória. 3) **Conselheira “Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg”**: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de entrância final, regido pelo Edital nº 23/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE- DOFe, nº. 0809, de 24 de abril de 2019. Inscreveram-se os Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), Adson Alberto Cardoso de Carvalho (1º quinto), Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (2º quinto), Cláudia Virgínia Oliver de Sá (2º quinto), Luciana Duarte Sobral (3º quinto) e Rafael Schwez Kurkowski (3º quinto). Os requerimentos dos Candidatos foram instruídos mediante cópias de peças Processuais, certidões e documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas respectivas Promotorias onde atuam (documentos visualizados pelo Sistema eletrônico de remoção e promoção - SERP), em atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução nº 005/2011-CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que estão em dia com os serviços e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição de habilitação dos Candidatos. O Candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de desistência datado de 06 de maio de 2019. O Conselheiro-Relator, após examinar os documentos insertos nos autos e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório, concluindo pela HABILITAÇÃO dos Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), e Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), mantendo-se os mesmos no pleito. O Relatório também analisou a questão da lista anterior de Remanescentes, onde somente o Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Lima integrou a lista. Em síntese, este é o RELATÓRIO. Passo a proferir o VOTO: Para a formação da lista tríplice de merecimento a indicação do meu terceiro voto é para o Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes, levando-se em consideração a confirmação do seu nome por ter preenchido os requisitos objetivos e subjetivos conforme Relatório da Corregedoria, bem como pela constatação do seu excelente desempenho, produtividade e presteza no cumprimento de suas atribuições ao longo de sua trajetória institucional. Além do mais, o Promotor de Justiça que ora recebe o meu voto ingressou na carreira do Ministério Público em 31/08/2004, ocupando a 7ª posição no quadro de antiguidade da entrância inicial, integrando seu primeiro quinto. A análise do requerimento que ora se faz, permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apto para integrar a lista tríplice formulada, para fins de Promoção por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça indicado, foram analisados, como dito, os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, quais sejam: a) art. 66, § 5º, da Lei de regência (LC n.º 02/90) – desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento b) art. 1º, incisos I a VI e art. 2º, incisos I a IV, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Foram observados, também, os critérios previstos no art. 7º da Resolução n.º 005/2011: repercussão, alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades no exercício da função, experiências exitosas e o histórico funcional do interessado. Feitas tais considerações, passo a apreciar resumidamente os parâmetros utilizados: DESEMPENHO, PRODUTIVIDADE e PRESTEZA (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Deve ser considerada a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido pelo Candidato na área judicial e

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

extrajudicial, devidamente avaliada e comprovada nos relatórios funcionais e que devem se fundamentar na clareza, objetividade e plausibilidade da fundamentação jurídica, além da estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. O desempenho, a produtividade e a presteza do Candidato referentes à atividade judicial são aferidos no caso concreto através de relatórios, acompanhamentos e avaliações da Corregedoria do Ministério Público, encontrando-se, pelas informações que constam nos autos, regular quanto ao envio dos Relatórios, bem como quanto à movimentação processual do último ano, de 28/05/2018 a 28/05/2019 constatou-se um total de 3510 Processos recebidos pelo Promotor de Justiça, sendo devolvidos 3510 e um total de 914 Procedimentos Extrajudiciais. Em relação a análise do número de vezes de participação em listas de escolhas, conforme determina o art. 1º, II, Resolução n.º 005/2011 – CSMP, constatou-se que o Promotor de Justiça Postulante nunca figurou em listas pretéritas, conforme informado no Relatório da Corregedoria. Quanto ao aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos, verificou-se a participação do candidato através do Relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público. Pelo exposto, encontrando-se, em linhas gerais, aqui definido e fundamentado o merecimento do Candidato, além das informações valiosas que constam nos autos e dos documentos ali ilustrados, VOTO pela inclusão do Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes na lista triplíce de merecimento para Promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. A escolha final do Promotor de Justiça Renato Vieira Dantas Bernardes para a remoção por merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, se faz no meu Voto levando-se em consideração que o candidato preenche os requisitos objetivos, além dos demais requisitos subjetivos, conforme argumentos acima especificados, os quais reitero para fins de justificar a escolha ora efetivada. 4) **Conselheiro “Eduardo Barreto d'Ávila Fontes”**: O candidato é Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, conforme Ato de 18 de junho de 2014, exercendo, a partir de 18/06/2014, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que o referido candidato formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade vertical, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital n.º 04/2019, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução n.º 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação do candidato, cumpre realçar que este figura na 7ª posição (1º quinto) do quadro de antiguidade da entrância final. Assim, encontra-se o Promotor de Justiça Postulante HABILITADO a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar n.º 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-se promover a avaliação da atuação funcional individualizada do candidato, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução n.º

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução nº 05/2011-CSMP. I- Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, o Promotor de Justiça, ora Candidato à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 31 de agosto de 2004, tendo se titularizado em 25 de setembro de 2007, na Promotoria de Justiça de Neópolis. Ressaltamos que o Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias unidades ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pelo candidato, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Recursos, Pareceres, dentre outras promoções, que denotam a dedicação e presteza com que o Promotor de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na defesa de direitos difusos e coletivos. Com efeito, cumpre observar que o referido candidato movimentou, no período de 28 de maio de 2018 a 28 de maio de 2019, o quantitativo de 3.510 (três mil quinhentos e dez) processos, bem como realizou 1.096 (mil e noventa e seis) trâmites em procedimentos extrajudiciais, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais. É dizer, o Requerente vem apresentando reconhecida dedicação, presteza e operosidade no exercício do cargo, cuja atuação proativa pode ser constatada, ante o exercício de suas atribuições junto à 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, desde o ano de 2014 e à 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores ao longo deste ano de 2019. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo da Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora, temos que o candidato não figurou em listas pretéritas de processo de Remoção por Merecimento. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, o candidato não participou de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: O candidato não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, mas participou de alguns eventos de interesse institucional, a exemplo do Seminário de Combate à Corrupção e do Treinamento sobre o SIMBA, ambos promovidos pela Escola Superior deste Ministério Público. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: O candidato colacionou ao presente procedimento comprovante de publicação de dois artigos na Revista Virtual Jus Navigandi, ambos relacionados com a atividade funcional. Quanto aos elogios e aos prêmios, não há registros na ficha de ocorrências funcionais. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, o Requerente enviou todos os relatórios obrigatórios que tenham pertinência com a respectiva atuação. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que o Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 05/2011, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim cumpre as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, o Postulante se apresenta legalmente credenciado à almejada promoção por merecimento, motivo pelo qual VOTO neste candidato para integrar a lista, por merecimento, à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. Assim, por unanimidade, Doutor **Renato Vieira Dantas Bernardes** (1º quinto), com 04 (quatro) votos, passa a ser o segundo candidato a compor a lista. Dando continuidade à votação para a composição da referida lista passou-se à análise da votação ocorrida entre os requerentes do mesmo quinto e que estão habilitados a concorrer, conforme determina o artigo 5º, §1º, da Resolução nº 04/2011, em consonância com as justificativas de votos a seguir discriminadas: **1) Conselheiro “Josenias França do Nascimento”**: A análise do requerimento da candidata pleiteante a promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, de Entrância Final, associada aos termos do Relatório de lavra da eminente Conselheira Relatora do Processo, Procuradora de Justiça Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, pertinente a remoção objeto do Edital nº 23/2019, que concluiu na fase de habilitação por pronunciar-se por sua habilitação, revela que a mesma: a) está com os serviços em dia; b) não deu causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de seis meses antes do pedido; c) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar, no período de um ano, anterior à elaboração da lista; d) não foi removida por permuta, no período de dois anos, anteriores a elaboração da lista; e) está classificada na primeira quinta parte da lista de antiguidade; f) já tem completado dois anos no exercício na entrância, logo, poderá ser indicada a formação da lista tríplice com vista a promoção por merecimento, tendo em vista preencher os requisitos legais previstos em o art. 68, incisos I a VI da Lei Complementar nº 02/90. Anote-se que, quatro candidatos da 1ª quinta parte da lista de antiguidade, manifestaram interesse em requerer a promoção por merecimento para a indigitada Promotoria de Justiça, todavia, durante o trâmite do processo um dos candidatos postulantes requereu expressamente sua desistência em concorrer a esta vaga. Então somente três candidatos integrantes do 1º quinto mantiveram suas inscrições, inclusive a candidata pleiteante. Como é sabido, a previsão legal para a forma de ascensão por merecimento, está posta nos dispositivos legais em vigor, tanto a nível constitucional como infraconstitucional, como é o caso do artigo 61 da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que em seu inciso IV, dispõe que a “promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplice” (grifo nosso). De forma assemelhada é o caso do art. 66, § 4º de nossa Lei de Regência que assim dispõe: “a promoção e a remoção por merecimento pressupõe 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago” (grifo nosso). Foi o que ocorreu com o procedimento de promoção objeto do Edital nº 23/2019-CSMP, porque os quatro candidatos concorrentes puderam ser indicados a concorrer a vaga, em virtude de serem todos classificados na primeira quinta parte da lista de antiguidade, sendo que o candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho desistiu de forma expressa a não concorrer ao certame, logo, restando apenas três candidatos

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

concorrentes aptos a formação da lista tríplice por estarem classificados no 1º quinto na lista de antiguidade. Na fase da instrução complementar do processo, a Corregedoria-Geral declarou como prejudicada a verificação das atividades da candidata concorrente nos Sistemas SCPV do Tribunal de Justiça, PROEJ e ARQUIMEDES, por motivo de se encontrar em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. O Conselheiro que a esta justificativa de voto subscreve, levou em consideração para a aferição do merecimento da candidata acima indigitada os requisitos objetivos elencados no § 5º do art. 66 da Lei de Regência, e nos artigos 1º, 2º, e incisos da Resolução nº 05/2011-CSMP, quais sejam: a) o seu desempenho; b) a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial; c) a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamentos. Além destes requisitos, considerou-se ainda, os seguintes critérios: a) dedicação e proatividade no exercício do cargo, avaliados pelo trabalho desenvolvido com destaque para as medidas inovadoras na resolução dos problemas, levando-se em conta o uso eficiente dos recursos administrativos a seu dispor; b) publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses e artigos de relevância institucional; c) obtenção de prêmios de relevância social ou institucional; d) apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios; e) o número de vezes que já tenha participado de listas de escolha. Registre-se que, foi levado ainda em consideração para a aferição do merecimento da candidata: a) a repercussão, o alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades extraordinárias no exercício da função; b) Contribuições para o aperfeiçoamento dos serviços dos órgãos ministeriais; c) Contribuições para o aprimoramento da legislação, organização e administração do Ministério Público; d) Contribuições para o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição. Estabelecidas as premissas que servirão como suporte a aferição do merecimento da candidata, passo a apreciar cada um dos critérios estabelecidos como valor de mérito, e se encontrados na sua atuação. **DESEMPENHO:** O merecimento será aferido considerando-se o desempenho do candidato em toda a carreira, tendo em vista os critérios objetivos de operosidade, assiduidade, dedicação no exercício do cargo, produtividade e presteza no exercício das atribuições, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, observados para efeito de participação nesses cursos, critérios de isonomia e razoabilidade. **OPEROSIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a atuação diligente do candidato no exercício das atividades ministeriais. Com relação a este critério objetivo, resultou prejudicada a aferição porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **ASSIDUIDADE:** O merecimento será aferido considerando-se a presença atuante do candidato no seu dia a dia em suas atividades ministeriais, como fator essencial de ajuda para um bom crescimento na vida profissional. De igual modo, com relação a este critério objetivo, também resultou prejudicada a aferição porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. **DEDICAÇÃO NO EXERCÍCIO**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DO CARGO: Significa devoção ao labor ministerial por amor a profissão que abraçou. A comprovação deste critério resulta do atendimento a demandas de relevância social e institucional. Insta salientar, no momento, que a dedicação da postulante não foi reconhecida por ocasião da Correição Ordinária da Corregedoria Geral realizada na 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Adolescência de Aracaju em 2016. Com efeito, conforme se infere do relatório elaborado após a Correição Ordinária realizada pela Corregedoria Geral do MPSE em 15/06/2016 (vide relatório anexo da Corregedoria), a atuação da ora postulante naquela Promotoria de Justiça foi considerada insuficiente.

PRODUTIVIDADE: Significa volume de trabalho comprovado nos mapas estatísticos, dentro do princípio da razoabilidade, com boa fundamentação jurídica, boa redação, estética e zelo, aferíveis através da constatação de que houve pesquisa cuidadosa para conclusão do trabalho. No tocante a este critério objetivo, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017.

PRESTEZA: Significa cumprimento dos prazos processuais e rapidez na solução dos problemas, levando-se em consideração o volume dos procedimentos e processos, a complexidade, a urgência das questões envolvidas e as condições gerais de trabalho. De idêntica maneira, com relação a aferição deste critério objetivo, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017.

NÚMERO DE VEZES QUE JÁ PARTICIPOU DE LISTAS DE ESCOLHA – Anote-se que a candidata requerente figurou na lista tríplice formada para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Laranjeiras, de Entrância Final, após a sua última movimentação em 13/06/2019, a título de promoção pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça de Propriá, de Entrância Final.

FREQUÊNCIA A CURSOS OFICIAIS, PUBLICAÇÕES E PRÊMIOS - Consiste na busca da qualificação profissional no decorrer da carreira, por meio de titulações, cursos de aperfeiçoamento, além da projeção da instituição no meio científico e acadêmico, com a publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Quanto a este requisito objetivo, a candidata nada apresentou com o seu requerimento. Segundo o Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público na fase complementar do processo de Promoção, ora em apreciação, relatou que no tocante ao Banco de Horas (Cursos de Aperfeiçoamento) instituído pela nova redação dada ao art. 6º, inciso IV, § 2º da Resolução 05/2011, no ano de 2018, também resultou prejudicada a aferição, porque a candidata se encontra em gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017.

OBTENÇÃO DE PRÊMIOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL OU INSTITUCIONAL: Consiste no recebimento de prêmios, devido ao reconhecimento por órgãos da sociedade organizada, da atuação profissional com relevância social ou institucional. Quanto a este requisito objetivo a candidata nada comprovou com seu requerimento.

APRESENTAÇÃO EM DIA DE RELATÓRIOS FUNCIONAIS: Com a instrução complementar pela Corregedoria-Geral veio aos Autos informação de que a aferição deste requisito objetivo restou prejudicada, porque a candidata se encontra em

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

gozo de licença especial pelo prazo de dois anos, autorizada pelo Conselho Superior do Ministério de Sergipe, para participar do Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, a partir de 01/09/2017, concedida pela Portaria PGJ nº 2.448/2017. PROATIVIDADE – Significa inovação, criatividade, praticidade, superação de obstáculos para criar mudanças sociais significativas com resultados de impacto social positivo no local onde atua, com estratégias concretas para disseminação da ideia regional e nacionalmente. Quanto a este requisito objetivo, a candidata nada comprovou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS MINISTERIAIS – Consiste na participação em comissão e em grupo de estudos e/ou de trabalho de interesse da instituição, em mutirões, no exercício de cargo ou função da estrutura organizacional, em comissão de concurso público de ingresso na carreira de membros ou servidores, em comissão de processo administrativo. No tocante a materialização deste critério, a candidata nada juntou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Quanto a este requisito, a candidata nada apresentou com o seu requerimento. CONTRIBUIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO – Quanto a este requisito a candidata nada comprovou com o seu requerimento. DA REPERCUSSÃO, O ALCANCE E O INTERESSE SOCIAL DA ATUAÇÃO DO CANDIDATO INSCRITO: Com referência a este requisito objetivo a candidata nada juntou com o seu requerimento. Eis o resultado da avaliação pessoal deste Conselheiro, que foi feita sobre a atuação funcional da candidata inscrita, pelo que voto de forma favorável por sua indicação a integrar a lista tríplice para a promoção objeto deste Edital. 2) **Conselheira “Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça”**: Trata o presente processo de promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Laranjeiras, de Entrância Final, regido pelo Edital nº 26/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público em 16 de maio de 2019 (edição nº 0824), com inscrição dos seguintes candidatos: LÚCIO JOSÉ BARRETO LIMA, TATIANA SOUTO QUIRINO, ADSON ALBERTO CARDOSO DE CARVALHO, RENATO VIEIRA DANTAS BERNARDES, MÔNICA ANTUNES ROCHA RIGO DA SILVA, CLÁUDIA VIRGÍNIA OLIVER DE SÁ, LUCIANA DUARTE SOBRAL e RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI. Os requerimentos dos candidatos foram instruídos através do Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção – SERP, e em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar nº 02/90, os mesmos declararam, expressamente, estar com os serviços a seu cargo atualizados e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. O CANDIDATO Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de desistência em 06 de maio de 2019, conforme certidão da Secretaria Geral da mesma data. A Corregedoria-Geral deste Parquet, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, apresentou Relatório com informações necessárias à aferição da habilitação dos Candidatos. A Escola Superior do Ministério Público Apresentou as planilhas de seu Banco de Horas referente à participação e frequência dos candidatos aos cursos oficiais organizados pela ESMP no período de um ano anterior à data da publicação do Edital nº 23/19. A Conselheira Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, designada como Relatora, após examinar os documentos insertos no SERP e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório Conclusivo, onde, inicialmente, registrou que o Dr. Lúcio José Cardoso Barreto Lima foi remanescente de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

lista anterior; também efetuou o controle de consecutividade e alternância, verificando que não ocorreu nenhuma das causas de remoção/promoção obrigatória previstas no art. 72 da Lei Complementar 02/90, que reza: Art. 72. É obrigatória a promoção ou remoção do membro do Ministério Público que figurar 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas nas respectivas listas de merecimento. Ao final, depois examinar o preenchimento de requisitos objetivos por parte dos candidatos, a Relatora considerou habilitados os candidatos Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Tatiana Souto Quirino e Renato Vieira Dantas Bernardes, que se encontram posicionados no primeiro quinto da lista de antiguidade, restando inabilitados os demais inscritos. Em síntese, o relatório. Passo a emitir o meu Terceiro Voto para a formação da lista tríplex. 3º VOTO A Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino ingressou na carreira do Ministério Público em 16 de dezembro de 2003, como Promotor de Justiça Substituto, sendo removida em 26 de abril de 2014 para a Promotoria de Ribeirópolis. Atuou, durante aproximadamente 10 anos, como Promotora Substituta, e titulariza atualmente a Promotoria de Japarutuba. No momento, a Promotora Tatiana Souto Quirino encontra-se em gozo de licença para concluir curso de Mestrado no exterior, na Universidade de Lisboa, Portugal, pelo prazo de dois anos. Por essa razão, o Relatório da Corregedoria não elencou dados objetivos de produtividade e a última Correição a que foi submetida data de 15 de junho de 2016, tendo obtido o conceito Insuficiente. A análise dos documentos inclusos no SERP permite concluir que a Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar nº 02/90, encontrando-se apta para fins de promoção por merecimento. No tocante à aferição do merecimento da Promotora de Justiça requerente, foram analisados os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, em especial os relacionados no art. 1º da Resolução nº 05/2011 do CSMP, dos quais destacamos: 1) -desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial. (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Há de se considerar o volume de trabalho comprovado nos relatórios funcionais, bem como a qualidade das peças judiciais e extrajudiciais desenvolvidas, cuja mensuração se fará mediante a plausibilidade da fundamentação jurídica, a boa redação e a estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. No caso concreto, devido ao afastamento da candidata das atividades em Promotoria, não existem parâmetros para aferição, em data recente, sendo utilizados os documentos mais antigos anexados pela mesma ao seu requerimento no SERP, que se encontram satisfatórios. 2) - frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. O Banco de Horas da Escola Superior do Ministério Público não registra cursos no período de 24 de abril de 2018 a 23 de abril de 2019. 3)- aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em áreas de interesse institucional. A candidata está cursando Mestrado em Direitos Fundamentais na Universidade de Lisboa. 4) – publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste de sua ficha funcional. A candidata não apresentou informações sobre eventual publicação ou prêmio. Diante do exposto, por estar a candidata entre os três únicos integrantes do primeiro quinto da lista de antiguidade que formularam requerimento, voto pela inserção em lista tríplex da Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino para Promoção para a 2ª Promotoria de Laranjeiras. 3) **Conselheira “Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg”**: Trata-se de processo de PROMOÇÃO, pelo critério de MERECEMENTO, para a 2ª Promotoria de

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Justiça de Nossa Senhora da Glória, de entrância final, regido pelo Edital n.º 23/2019, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPSE- DOFe, n.º. 0809, de 24 de abril de 2019. Inscreveram-se os Promotores de Justiça: Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), Adson Alberto Cardoso de Carvalho (1º quinto), Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (2º quinto), Cláudia Virgínia Oliver de Sá (2º quinto), Luciana Duarte Sobral (3º quinto) e Rafael Schwez Kurkowski (3º quinto). Os requerimentos dos Candidatos foram instruídos mediante cópias de peças Processuais, certidões e documentos concernentes às atividades judiciais e extrajudiciais desenvolvidas nas respectivas Promotorias onde atuam (documentos visualizados pelo Sistema eletrônico de remoção e promoção - SERP), em atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução n.º 005/2011-CSMP. Em atenção ao disposto nos incisos I e II, do artigo 68, da Lei Complementar n.º 02/90, os Candidatos declararam, expressamente, que estão em dia com os serviços e que não deram causa, injustificadamente, a adiamento de audiência no período de 06 (seis) meses anterior ao pleito. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em cumprimento ao contido no art. 12, da Resolução n.º 004/2011 – CSMP, juntou informações necessárias à aferição de habilitação dos Candidatos. O Candidato Adson Alberto Cardoso de Carvalho formalizou requerimento de desistência datado de 06 de maio de 2019. O Conselheiro-Relator, após examinar os documentos insertos nos autos e analisar a regularidade procedimental de todos os atos praticados, apresentou Relatório, concluindo pela HABILITAÇÃO dos Candidatos Lúcio José Cardoso Barreto de Lima (1º quinto), Tatiana Souto Quirino (1º quinto), e Renato Vieira Dantas Bernardes (1º quinto), mantendo-se os mesmos no pleito. O Relatório também analisou a questão da lista anterior de Remanescentes, onde somente o Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Lima integrou a lista. Em síntese, este é o RELATÓRIO. Passo a proferir o VOTO: Para a formação da lista tríplice de merecimento a indicação do meu segundo voto é para a Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino, levando-se em consideração a confirmação do seu nome por ter preenchido os requisitos objetivos e subjetivos conforme Relatório da Corregedoria, bem como constatado e ratificado através de ofício encaminhado pela própria Promotora de justiça de seu bom desempenho no cumprimento de suas atribuições ao longo da carreira na Instituição. Além do mais, a Promotora de Justiça que ora recebe o meu voto ingressou na carreira do Ministério Público em 16/12/2003, ocupando a 5ª posição no quadro de antiguidade da entrância inicial, integrando seu primeiro quinto. A análise do requerimento que ora se faz, permite concluir que o Postulante satisfaz os requisitos legais previstos no art. 68, incisos I a VI, da Lei Complementar n.º 02/90, encontrando-se apto para integrar a lista tríplice formulada, para fins de Promoção por merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. No tocante à aferição do merecimento do Promotor de Justiça indicado, foram analisados, como dito, os requisitos objetivos elencados nos dispositivos legais que regem a matéria, quais sejam: a) art. 66, § 5º, da Lei de regência (LC n.º 02/90) – desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento b) art. 1º, incisos I a VI e art. 2º, incisos I a IV, da Resolução n.º 005/2011 – CSMP. Foram observados, também, os critérios previstos no art. 7º da Resolução n.º 005/2011: repercussão, alcance e o interesse social da atuação do candidato inscrito, bem como o enfrentamento de dificuldades no exercício da função, experiências exitosas e o histórico funcional do interessado. Feitas tais considerações, passo a apreciar resumidamente os parâmetros utilizados: DESEMPENHO,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PRODUTIVIDADE e PRESTEZA (art. 66, §5º, LC n.º 02/90) – São critérios que devem ser verificados durante toda a trajetória institucional do candidato. Deve ser considerada a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido pelo Candidato na área judicial e extrajudicial, devidamente avaliada e comprovada nos relatórios funcionais e que devem se fundamentar na clareza, objetividade e plausibilidade da fundamentação jurídica, além da estética, denotando todo o zelo empreendido no exercício de suas atribuições. O desempenho, a produtividade e a presteza do Candidato referentes à atividade judicial são aferidos no caso concreto através de relatórios, acompanhamentos e avaliações da Corregedoria do Ministério Público, entretanto não houve a possibilidade de aferir as atividades em razão da Promotora de Justiça em questão encontrar-se gozando da Licença Especial prevista no art. 112, I da Lei Complementar n.º 02/90, não havendo vedação legal que a impeça de concorrer às vagas de Promoção e Remoção. Em relação a análise do número de vezes de participação em listas de escolhas, conforme determina o art. 1º, II, Resolução n.º 005/2011 – CSMP, constatou-se que a Promotora de Justiça Postulante não figurou em listas pretéritas, conforme informado no Relatório da Corregedoria. Quanto ao aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos, verificou-se a participação do candidato através do Relatório de Banco de horas da Escola Superior do Ministério Público. Pelo exposto, encontrando-se, em linhas gerais, aqui definido e fundamentado o merecimento do Candidato, além das informações valiosas que constam nos autos e dos documentos ali ilustrados, **VOTO** pela inclusão da Promotora de Justiça Lúcio Tatiana Souto Quirino na lista tríplice de merecimento para Promoção para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. **4) Conselheiro “Eduardo Barreto d’Ávila Fontes”:** A candidata é Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Japarutuba, conforme Ato de 12 de maio de 2017, exercendo, a partir de 12/05/2017, suas funções perante a referida Unidade Ministerial, consoante revela o Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. Registramos que a referida candidata formulou tempestivo requerimento, objetivando a mobilidade vertical, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, oportunidade em que declara a regularidade das suas atividades funcionais, que não dera causa, injustificadamente, a adiamento de audiências no período de 06 (seis) meses anterior a este pleito, que não sofrera pena disciplinar no período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista, atendendo, assim, aos balizamentos legais contidos no Edital n.º 04/2019, bem como nas normas inscritas nos artigos 67, § 3º, da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe e na Resolução n.º 05/2011. Ainda em sede de exame de habilitação da candidata, cumpre realçar que esta figura na 5ª posição (1º quinto) do quadro de antiguidade da entrância final. Assim, encontra-se a Promotora de Justiça Postulante HABILITADA a participar do aduzido certame interno, em consonância com os preceitos legais insculpidos nos artigos 66, § 4º, e 68, da Lei Complementar n.º 02/90, e nos artigos 38, 44 e 51, todos do Regimento Interno do Conselho Superior, situação inclusive reconhecida no Relatório Conclusivo inserto no procedimento administrativo. Enfrentada a etapa de investigação da admissibilidade da pretensão de mobilidade funcional, impõe-se promover a avaliação da atuação funcional individualizada da candidata, com arrimo nos critérios legais objetivos gizados no artigo 76 da Lei Complementar n.º 02/90, no artigo 47 do multicitado Regimento Interno e na Resolução n.º 05/2011 do Conselho Superior do Ministério Público, que modelam essa espécie de provimento derivado. Destarte, analisaremos o preenchimento dos requisitos objetivos

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

para remoção dispostos no art. 1º, da Resolução nº 05/2011-CSMP. I- Desempenho, produtividade e presteza nas manifestações processuais e atividades extrajudiciais devidamente comprovados: Consoante informado no Relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público, a Promotora de Justiça, ora Candidata à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de Sergipe em 16 de dezembro de 2003, tendo se titularizada em 20 de abril de 2006. Ressaltamos que a Postulante oficiou, em caráter de substituição, em várias unidades ministeriais, como atesta a Planilha de Ocorrências Funcionais. Dos documentos acostados aos autos pela candidata, em atendimento ao art. 3º da Resolução nº 05/2015-CSMP, extraem-se peças processuais, a exemplo de Recursos, Pareceres, dentre outras promoções, que denotam a dedicação e presteza com que a Promotora de Justiça vem desempenhando o seu labor, notadamente na seara penal. Com relação a movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, tal item restou prejudicado, segundo testifica o Relatório da Fase Instrutória, elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, encartado nos autos procedimentais, em razão da Promotora de Justiça encontrar-se afastada de suas atividades funcional desde 01 de dezembro de 2017, para cursar mestrado em Direito na Universidade da Lisboa. II- Número de vezes que já integrou lista de escolha: Analisando o in folio, com destaque para o contido no Relatório Conclusivo da Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora, temos que a candidata não figurou em listas pretéritas de processo de Remoção por Merecimento. III- Frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento: Segundo relatório do Banco de Horas do Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público, a candidata não participou de cursos de aperfeiçoamento organizados pela Escola Superior. IV- Aprimoramento da cultura jurídica pela frequência e aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional, que constem em sua ficha funcional: A candidata não colacionou ao presente procedimento cursos de especialização e pós-graduação em área de interesse institucional. V- Publicação de livros, teses, estudos, trabalhos forenses, artigos e obtenção de prêmios relacionados com a atividade funcional que conste em sua ficha funcional: A candidata não colacionou ao presente procedimento comprovante de publicações relacionadas com a atividade funcional, não havendo registro de elogios ou prêmios na ficha de ocorrências funcionais. VI- Apresentação, em dia, de todos os relatórios funcionais obrigatórios: Conforme se vislumbra no Relatório apresentado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, tal item restou prejudicado, em razão da Promotora de Justiça encontrar-se afastada de suas atividades funcional desde 01 de dezembro de 2017, para cursar mestrado em Direito na Universidade da Lisboa. Ultrapassado este ponto, impende salientarmos que a Requerente preenche os requisitos estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 05/2011, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento dos Órgãos Ministeriais, da legislação, organização e administração do Ministério Público, bem assim vinha cumprindo as metas estabelecidas em Planejamento Estratégico, com dedicação e proatividade no exercício do cargo. Por essas razões, a Postulante se apresenta legalmente credenciada à almejada promoção por merecimento, motivo pelo qual VOTO nesta candidata para integrar a lista, por merecimento, à vaga da 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. Assim, por unanimidade, Doutora **Tatiana Souto Quirino** (1º quinto), com 04 (quatro) votos, passa a ser a terceira candidata a compor a lista. Ultimada a votação, a lista passou a ser composta pelos seguintes candidatos: 1ª candidato: **Lúcio José Cardoso Barreto Lima** (1º quinto), com

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

04 (quatro) votos, 2ª candidato: **Renato Vieira Dantas Bernardes** (1º quinto), com 04 (quatro) votos e 3ª candidata: **Tatiana Souto Quirino** (5º quinto), com 04 (quatro) votos. Encerrada a votação, e atendendo-se ao mandamento legal do artigo 18, caput, da Resolução nº 04/2011-CSMP e do artigo 5º, caput, da Resolução nº 05/2011-CSMP, foi escolhido pelo Conselho Superior, **por unanimidade**, com 04 (quatro) votos, o Promotor de Justiça Doutor **Renato Vieira Dantas Bernardes** para ser promovido, pelo critério de merecimento, para preenchimento da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Nossa Senhora da Glória. Assim, foi determinado pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público que fosse lavrado o ato de promoção. **2. APRECIÇÃO** do pedido de **PROMOÇÃO**, pelo critério de **ANTIGUIDADE**, da vaga alusiva ao cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Propriá, de Entrância Final, objeto do **Edital 25/2019**, firmado pelos Promotores de Justiça: **Lúcio José Cardoso Barreto Lima (03)**, **Tatiana Souto Quirino (04)**, **Renato Vieira Dantas Bernardes (06)**, **Alessandra Pedral de Santana Suzart (07)**, **Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (10)**, **Cláudia Virgínia Oliver de Sá (11)**, **Iuri Marcel Menezes Borges (13)** e **Rafael Schwez Kurkowski (18)***. **Número de Ordem na Lista de Antiquidade*. Inicialmente o Presidente do CSMP pediu para o Promotor de Justiça Doutor **Lúcio José Cardoso Barreto Lima**, que está presente na Reunião, se manifestar quanto ao seu pedido em relação a referida promoção e o mesmo desistiu do pleito. Iniciada a apreciação dos requerimentos, a Excelentíssima Senhora Corregedora Geral do Ministério Público, Doutora **Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg** apresentou o relatório e ressaltou que candidata Doutora **Tatiana Souto Quirino**, que figura na 5ª colocação da Lista de Antiquidade dos Promotores de Justiça, Entrância Inicial, está em gozo de licença especial, desde 01/09/2017, concedida através da Portaria PGJ nº 2.448/2017, para cursar Mestrado em Direito na Universidade de Lisboa, motivo pela qual resta prejudicada a verificação de suas atividades junto ao Sistema Arquimedes, ao PROEJ e ao SCP – TJ/SE. Após, foi escolhida pelo Conselho Superior, **por unanimidade**, com 05 (cinco) votos, a Promotora de Justiça Doutora **Tatiana Souto Quirino** para ser promovida, pelo critério de antiguidade, para preenchimento da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Propriá. Assim, foi determinado pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público que fosse lavrado o ato de promoção. O Presidente do CSMP, também, **informou** que a Promotora de Justiça **Tatiana Souto Quirino** encontra-se em gozo de licença para curso de mestrado no exterior que se estende até o dia 31/08/2019 e pela LC 02/90 ela teria 10 dias para entrar no exercício de suas funções finda a referida licença. Após, e por uma **questão de interesse público** o Conselho Superior, por unanimidade, concedeu um prazo de **20 (vinte) dias** para tomar posse junto à **2ª Promotoria de Justiça de Propriá** e entrar em exercício. Se, findo o qual, assim não acontecer, o Conselho Superior, deliberou, por unanimidade, **pela suspensão da Licença em caráter especial**, para participar de curso de mestrado em Direito pela Universidade de Lisboa, passando assim a contar o prazo legal de 10 (dez) dias para entrar em exercício de suas funções, de acordo com o **art 64 da LC nº 02/90**. **4. APRECIÇÃO**, discussão e julgamento da Promoção de Arquivamento do **Inquérito Civil PROEJ nº 48.14.01.0042 (03 volumes)** - 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana. Interessados: Juizado Especial Cível e Criminal de Itabaiana e Valmir dos Santos Costa. Relatora Doutora Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça (Não Homologação). Pedido de Vista do Procurador-Geral de Justiça Doutor **Eduardo Barreto d'Avila Fontes**. O Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Eduardo Barreto d'Avila Fontes**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

posicionou-se pela homologação da decisão de arquivamento. Após ampla discussão, a Conselheira Relatora, alterou seu posicionamento inicial, se posicionando pela homologação com Recomendação. Assim, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a **promoção de arquivamento** com a **Recomendação** de que o Promotor de Justiça faça as observações necessárias para que o Município mantenha as campanhas previamente articuladas sobre a questão de arrecadação de tributos. **5. APRECIÇÃO, discussão e julgamento da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0150** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Moradores da Rua Boa Vista, Itabi e Município de Itabi. Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça (Não Homologação)**. Pedido de Vista do Procurador-Geral de Justiça Doutor **Eduardo Barreto d’Avila Fontes**. O Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Eduardo Barreto d’Avila Fontes** posicionou-se pela conversão em diligência. Após ampla discussão, a Conselheira Relatora, alterou seu posicionamento inicial, acompanhando o voto do Conselheiro Doutor **Eduardo Barreto d’Avila Fontes**. Assim, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a conversão do julgamento em diligência. **6. APRECIÇÃO, discussão e julgamento da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0013** – Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Departamento de Polícia Federal e Município de Brejo Grande. Relator Doutor **Luiz Valter Ribeiro Rosário (Homologação)**. Pedido de Vista da Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça**. A Excelentíssima Senhora Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça** posicionou-se no mesmo sentido do Conselheiro Relator. Assim, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a homologação da decisão de arquivamento. **7. APRECIÇÃO, discussão e julgamento da promoção de arquivamento Inquérito Civil PROEJ nº 31.12.01.0027** – 1ª Promotoria de Justiça Cível e Criminal de Tobias Barreto. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Município de Tobias Barreto. Relator Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Josenias França do Nascimento (Não Homologação)**. Pedido de Vista do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Doutor **Eduardo Barreto d’Avila Fontes**. O Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Eduardo Barreto d’Avila Fontes** posicionou-se pela homologação da decisão de arquivamento. Após ampla discussão, o Conselheiro Relator, alterou seu posicionamento inicial, posicionou-se no mesmo sentido do Presidente do CSMP. Assim, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a homologação da decisão de arquivamento. **8. APRECIÇÃO** formulada através de parecer jurídico/técnico, datado de 27 de maio de 2019, da lavra do Diretor da Escola Superior do Ministério Público **Doutor Newton Silveira Dias Júnior**, sobre pedido de averbação de horas de curso da Promotora de Justiça **Doutora Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva**. O Conselho Superior acompanhou, **por unanimidade**, o parecer do Diretor da Escola Superior do Ministério Público **Doutor Newton Silveira Dias Júnior**, no sentido de que seja considerada, para os fins de acúmulo de horas necessárias ao atendimento do critério de merecimento, a 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Nordeste – Diálogos Brasil e União Europeia – Perspectivas de Equidade de Gênero no Sistema de Justiça – Ministério Público, computando-se **13 (treze) horas aulas**. **9. COMUNICAÇÃO** formulada através de Ofício do CGMP, datado de 20 de maio de 2019, da lavra do Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral do Ministério Público, em substituição, Doutor **Moacyr Soares da Motta**, referente aos relatórios de Correições Ordinárias realizadas nas Promotorias de Justiça de Carira, Frei Paulo, Boquim, Riachuelo, nas 1ª e 3ª Promotorias de Justiça do

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tribunal do Júri de Aracaju, no Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais, bem como o relatório final da Promotoria de Justiça de Riachão do Dantas, no mês de abril de 2019. O Conselho Superior fora devidamente cientificado. **10.**

COMUNICAÇÕES referentes às prorrogações dos prazos dos Procedimentos relacionados:

106.18.01.0013,	05.19.01.0044,	54.19.01.0092,	54.19.01.0096,
106.19.01.0037,	54.19.01.0098,	106.19.01.0035,	106.19.01.0038,
25.18.01.0024,	05.19.01.0046,	05.19.01.0050,	106.19.01.0036,
15.19.01.0041,	15.19.01.0045,	15.19.01.0048,	37.19.01.0022,
55.18.01.0028,	03.19.01.0016,	03.19.01.0015,	106.18.01.0013,
32.19.01.0015,	32.15.01.0110,	17.18.01.0167,	17.18.01.0035,
12.19.01.0068,	54.19.01.0099,	12.18.01.0263,	12.19.01.0104,
44.19.01.0033,	12.18.01.0269,	24.19.01.0020,	15.19.01.0049,
11.10.01.0097,	44.19.01.0030,	11.17.01.0334,	11.17.01.0306,
11.17.01.0292,	44.19.01.0024,	59.19.01.0011,	12.19.01.0105,
32.19.01.0016,	54.19.01.0094,	17.19.01.0035,	31.19.01.0025,
74.16.01.0029,	31.19.01.0026,	45.19.01.0033,	45.18.01.0028,
36.18.01.0022,	36.18.01.0024,	70.19.01.0003,	70.19.01.0004,
70.19.01.0011,	70.19.01.0013,	70.19.01.0014,	70.19.01.0017,
70.19.01.0022,	70.19.01.0023,	82.19.01.0020,	80.19.01.0012,
71.19.01.0032,	07.19.01.0011,	07.19.01.0013,	07.19.01.0010,
29.19.01.0047,	29.19.01.0042,	29.19.01.0043,	63.19.01.0022,
43.19.01.0006,	57.19.01.0019,	05.19.01.0048,	18.17.09.0011,
44.19.01.0031,	44.19.01.0031,	44.19.01.0028,	27.15.01.0028,
07.18.01.0007,	07.17.01.0001,	74.19.01.0013,	04.15.01.0077,
04.17.01.0012,	32.16.01.0081,	16.19.01.0114,	16.19.01.0106,
16.19.01.0108,	16.19.01.0110,	16.19.01.0111,	16.19.01.0115,
16.19.01.0117,	16.19.01.0118,	16.19.01.0119,	30.18.01.0087,
16.19.01.0109,	44.15.01.0030,	30.19.01.0022,	56.17.01.0012,
18.18.01.0008,	18.17.09.0015,	18.17.09.0014,	97.19.01.0010,
30.19.01.0023,	36.19.01.0016,	105.19.01.0005,	74.19.01.0009,
11.18.01.0030,	76.19.01.0012,	76.19.01.0011,	16.16.01.0146,
50.19.01.0028,	41.19.01.0014,	04.18.01.0050,	41.19.01.0015,
41.19.01.0016,	41.19.01.0021,	05.19.01.0047,	22.15.01.0059,
34.19.01.0016,	34.19.01.0015,	78.19.01.0028,	78.19.01.0032,
74.19.01.0011,	09.19.01.0036,	31.13.01.0038,	71.19.01.0022,
74.19.01.0012,	54.17.01.0064,	30.19.01.0024,	54.18.01.0205,
18.17.09.0020,	18.14.01.0078,	05.19.01.0058,	05.19.01.0062,
102.19.01.0013,	05.16.01.0241,	37.19.01.0024,	46.17.01.0130,
37.19.01.0025,	45.18.01.0031,	34.19.01.0022,	34.19.01.0023,
16.19.01.0029,	82.19.01.0013,	82.18.01.0032,	78.19.01.0029,
18.19.01.0001,	44.18.01.0009,	11.18.01.0024,	81.18.01.0013,
30.19.01.0025,	18.17.09.0024,	12.19.01.0108,	46.19.01.0042,
46.19.01.0041,	73.19.01.0233,	44.18.01.0025,	46.17.01.0130,
107.19.01.0028,	107.19.01.0027,	73.19.01.0229,	05.17.01.0094,
14.18.01.0012,	74.17.01.0027,	04.15.01.0076,	16.19.01.0223,
78.19.01.0031,	42.18.01.0005,	66.19.01.0051,	97.19.01.0022,
46.19.01.0039,	43.18.01.0007,	43.18.01.0007,	05.19.01.0049,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

05.19.01.0065,	05.19.01.0069,	05.19.01.0061,	17.19.01.0041,	44.19.01.0017,
44.19.01.0017,	44.19.01.0025,	44.19.01.0034,	50.19.01.0031,	74.19.01.0017,
15.19.01.0051,	44.19.01.0035,	50.19.01.0034,	22.19.01.0026,	44.19.01.0036,
97.19.01.0011,	22.19.01.0016,	10.19.01.0060,	52.19.01.0042,	12.19.01.0111,
74.18.01.0009,	53.19.01.0029,	45.19.01.0035,	07.17.01.0003,	107.18.01.0016,
22.19.01.0021,	38.19.01.0063,	22.19.01.0024,	22.19.01.0025,	22.16.01.0117,
22.19.01.0019,	35.19.01.0007,	35.19.01.0010,	35.19.01.0015,	35.19.01.0013,
16.19.01.0129,	16.19.01.0130,	16.17.09.0083,	16.19.01.0120,	30.19.01.0026,
16.19.01.0121,	16.19.01.0122,	16.19.01.0123,	16.19.01.0124,	16.19.01.0126,
16.19.01.0127,	16.19.01.0128,	10.19.01.0049,	04.17.01.0011,	04.19.01.0028,
22.16.01.0086,	30.18.01.0086,	106.19.01.0041,	106.19.01.0043,	106.19.01.0042,
30.16.01.0046,	48.17.09.0021,	63.19.01.0026,	30.16.01.0046,	102.19.01.0014,
30.18.01.0022,	74.18.01.0024,	37.19.01.0027,	41.19.01.0022,	30.18.01.0024,
41.19.01.0023,	102.19.01.0015,	41.19.01.0010,	53.19.01.0032,	35.18.01.0027,
41.19.01.0009,	38.19.01.0072,	54.19.01.0102,	38.19.01.0073,	50.19.01.0032,
50.19.01.0033,	38.19.01.0066,	41.19.01.0002,	53.19.01.0025,	41.19.01.0008,
27.18.01.0030,	53.19.01.0028,	53.19.01.0026,	53.19.01.0023,	18.15.01.0047,
53.17.01.0061,	32.19.01.0018,	32.19.01.0019,	53.19.01.0027,	53.19.01.0024,
05.19.01.0070,	05.19.01.0074,	53.19.01.0022,	53.19.01.0021,	53.19.01.0030,
05.19.01.0072,	05.19.01.0078,	30.13.01.0233,	38.19.01.0070,	38.19.01.0071,
57.19.01.0022,	07.17.01.0005,	78.19.01.0034,	21.19.01.0035,	38.17.01.0051,
77.18.01.0006,	41.19.01.0007,	41.19.01.0005,	05.19.01.0077,	05.19.01.0075,
05.19.01.0071,	100.19.01.0001,	37.18.01.0077,	73.19.01.0230,	16.19.01.0133,
16.19.01.0131,	16.19.01.0134,	16.19.01.0135,	16.19.01.0136,	16.19.01.0137,
16.19.01.0138,	16.19.01.0139,	16.19.01.0140,	16.19.01.0141,	16.19.01.0142,
16.19.01.0143,	16.19.01.0144,	16.19.01.0145,	32.19.01.0017,	33.18.01.0041,
33.18.01.0033,	33.18.01.0017,	21.19.01.0032,	58.19.01.0016,	58.19.01.0017,
21.19.01.0034,	31.19.01.0027,	45.19.01.0036,	05.19.01.0073,	05.19.01.0011,
05.16.01.0189,	17.19.01.0045,	17.14.01.0050,	82.19.01.0019,	82.19.01.0018,
72.19.01.0060,	72.19.01.0058,	17.19.01.0042,	50.19.01.0035,	57.19.01.0021,
57.19.01.0023,	73.19.01.0238,	17.14.01.0050,	17.14.01.0050,	67.19.01.0043,
26.18.01.0051,	26.19.01.0025,	108.19.01.0024,	26.19.01.0024,	108.18.01.0025,
26.19.01.0027,	26.19.01.0021,	26.19.01.0028,	50.16.01.0092,	50.16.01.0092,
50.17.01.0032,	78.19.01.0036,	56.19.01.0012,	74.19.01.0020,	33.16.01.0046,
33.16.01.0061,	37.19.01.0028,	37.19.01.0029,	37.19.01.0030,	37.18.01.0108,
65.16.01.0023,	65.16.01.0018,	69.16.01.0064,	46.13.01.0021,	52.18.01.0162,
65.19.01.0015,	59.19.01.0054,	32.17.09.0042,	78.19.01.0037,	65.16.01.0019,
32.19.01.0023,	52.17.01.0105,	58.19.01.0018,	73.19.01.0240,	54.19.01.0105,
54.19.01.0103,	57.19.01.0024,	32.17.09.0043,	32.17.09.0044,	18.16.01.0026,
57.19.01.0026,	57.19.01.0026,	107.18.01.0041,	107.19.01.0030,	107.19.01.0031,
107.19.01.0032,	57.19.01.0028,	107.19.01.0033,	107.19.01.0034,	107.19.01.0035,
107.19.01.0036,	04.18.01.0055,	66.19.01.0059,	66.17.01.0071,	12.15.01.0180,
34.19.01.0031,	12.15.01.0179,	34.19.01.0029,	34.19.01.0028,	12.15.01.0178,
51.19.01.0003,	51.19.01.0001,	68.19.01.0009,	54.18.01.0201,	54.18.01.0202,
06.19.01.0022,	16.19.01.0238,	06.19.01.0021,	06.19.01.0020,	06.19.01.0019,
67.19.01.0044,	06.19.01.0018,	33.19.01.0028,	06.19.01.0017,	06.19.01.0016,
67.19.01.0032,	67.19.01.0042,	05.19.01.0070,	05.19.01.0064,	67.19.01.0047,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

05.19.01.0074,	106.19.01.0048,	106.19.01.0048,	54.18.01.0262,	44.19.01.0038,
81.18.01.0049,	33.19.01.0029,	33.19.01.0042,	33.19.01.0041,	33.19.01.0040,
81.19.01.0041,	74.19.01.0019,	05.17.01.0102,	15.19.01.0040,	15.19.01.0046,
15.19.01.0043,	15.17.01.0053,	106.19.01.0049,	15.19.01.0052,	15.19.01.0053,
15.19.01.0055,	15.19.01.0056,	106.19.01.0051,	106.19.01.0052,	33.19.01.0043,
57.19.01.0025,	57.19.01.0027,	57.19.01.0029,	73.19.01.0239,	12.19.01.0115,
12.19.01.0116,	12.19.01.0117,	67.19.01.0051,	12.19.01.0121,	50.19.01.0037,
01.19.01.0003,	01.18.01.0015,	11.18.01.0119,	11.18.01.0077,	11.16.01.0059,
11.18.01.0089,	12.19.01.0113,	12.19.01.0114,	69.19.01.0022,	12.19.01.0122,
11.18.01.0123,	11.18.01.0107,	11.18.01.0095,	76.19.01.0015,	58.19.01.0019,
76.19.01.0014,	59.18.01.0061,	44.19.01.0040,	11.18.01.0111,	30.19.01.0028,
30.19.01.0027,	45.19.01.0037,	16.19.01.0154,	16.19.01.0157,	16.19.01.0163,
16.19.01.0167,	16.19.01.0168,	16.19.01.0170,	16.19.01.0173,	58.19.01.0020,
16.19.01.0175,	16.19.01.0176,	16.19.01.0179,	16.19.01.0180,	16.19.01.0181,
16.19.01.0184,	16.19.01.0189,	16.19.01.0191,	05.17.01.0104,	16.19.01.0183,
45.19.01.0038,	16.19.01.0043,	16.19.01.0169,	16.19.01.0185,	16.19.01.0186,
16.19.01.0187,	16.19.01.0188,	22.19.01.0035,	22.17.01.0066,	22.19.01.0029,
59.19.01.0023,	22.19.01.0036,	22.19.01.0037,	16.19.01.0151,	16.19.01.0147,
72.19.01.0064,	69.19.01.0023,	16.19.01.0227,	11.18.01.0233,	16.19.01.0177,
12.19.01.0118,	12.18.01.0287,	04.18.01.0058,	16.19.01.0200,	04.18.01.0060,
04.18.01.0056,	28.19.01.0048,	12.19.01.0120,	53.15.01.0029,	53.15.01.0029,
53.17.01.0009,	53.17.01.0010,	53.17.01.0005,	53.17.01.0006,	65.15.01.0019,
38.19.01.0082,	38.19.01.0077,	38.19.01.0083,	38.19.01.0080,	38.19.01.0079,
38.19.01.0075,	97.19.01.0018,	38.13.01.0119,	58.19.01.0020,	102.18.01.0028,
74.19.01.0008,	74.19.01.0008,	11.17.01.0071,	44.19.01.0027,	44.19.01.0039,
44.19.01.0037,	53.17.01.0019,	73.19.01.0242,	73.19.01.0243,	73.19.01.0244,
73.19.01.0245,	38.19.01.0074,	17.18.01.0043,	53.17.01.0065,	44.14.01.0015,
63.19.01.0033,	97.19.01.0019,	63.19.01.0034,	21.19.01.0038,	46.19.01.0043,
46.19.01.0046,	46.19.01.0045,	34.19.01.0032,	20.15.01.0048,	20.15.01.0060,
30.19.01.0029,	44.18.01.0054,	30.18.01.0089,	28.19.01.0047,	22.19.01.0028,
38.19.01.0085,	10.17.01.0158,	10.17.01.0164,	05.18.01.0149,	80.16.01.0059,
28.19.01.0049,	16.19.01.0178,	78.17.01.0056,	33.19.01.0044,	04.19.01.0030,
45.19.01.0041,	16.19.01.0203,	10.19.01.0062,	16.19.01.0206,	46.19.01.0047,
16.19.01.0193,	16.19.01.0194,	16.19.01.0196,	24.19.01.0023,	28.19.01.0050,
24.19.01.0021,	11.16.01.0244,	11.18.01.0060,	11.18.01.0092,	11.16.01.0270,
11.16.01.0252,	38.19.01.0078,	103.19.01.0005,	103.19.01.0004,	28.19.01.0052,
103.19.01.0002,	43.19.01.0007,	54.19.01.0106,	05.16.01.0256,	21.18.01.0117,
10.18.01.0163,	57.19.01.0031,	12.15.01.0191,	12.17.01.0044,	11.18.01.0064,
55.19.01.0030,	63.17.01.0129,	63.17.01.0148,	55.19.01.0031,	12.17.01.0077,
78.19.01.0040,	108.19.01.0025,	78.19.01.0042,	78.19.01.0044,	58.19.01.0021,
52.19.01.0044,	63.19.01.0037,	63.19.01.0038,	10.19.01.0054,	82.18.01.0039,
24.13.01.0008,	30.16.01.0061,	31.19.01.0030,	52.19.01.0043,	17.17.01.0153,
22.19.01.0038,	22.19.01.0039,	22.19.01.0042,	24.18.01.0037,	24.18.01.0038,
50.19.01.0038,	108.18.01.0087,	25.19.01.0010,	45.19.01.0043,	38.17.01.0002,
97.19.01.0021,	97.19.01.0020,	108.18.01.0037,	37.19.01.0034,	108.18.01.0073,
41.19.01.0032,	21.17.01.0082,	41.19.01.0031,	41.19.01.0024,	41.19.01.0026,
85.19.01.0031,	11.18.01.0075,	11.16.01.0123,	11.16.01.0125,	41.19.01.0027,

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41.19.01.0025, 41.19.01.0028, 85.19.01.0038, 41.19.01.0029, 55.19.01.0026,
52.18.01.0192, 05.19.01.0081, 05.15.01.0217, 32.19.01.0024, 85.19.01.0039,
11.18.01.0008, 16.19.01.0202, 32.14.01.0005, 48.18.01.0050, 48.18.01.0054,
38.19.01.0089, 38.15.01.0066, 85.19.01.0032, 16.19.01.0211, 16.19.01.0216,
16.19.01.0215, 16.19.01.0209, 72.19.01.0073, 72.19.01.0075, 72.19.01.0077,
72.19.01.0078, 12.19.01.0125, 04.19.01.0031, 32.14.01.0055, 04.15.01.0080,
72.19.01.0074, 15.19.01.0057, 15.19.01.0059, 54.19.01.0111, 17.18.01.0021,
12.18.01.0297, 42.18.01.0002, 12.19.01.0126, 65.18.01.0016, 106.19.01.0054,
106.19.01.0053, 10.19.01.0066, 10.19.01.0067, 10.19.01.0068, 27.19.01.0014,
27.19.01.0012, 27.19.01.0013, 27.18.01.0038, 37.19.01.0032, 85.19.01.0037,
12.19.01.0128, 58.19.01.0022, 05.19.01.0082, 05.19.01.0085, 65.15.01.0029,
65.17.01.0044, 42.18.01.0023, 72.19.01.0076, 42.18.01.0037, 28.19.01.0053,
28.19.01.0055, 72.19.01.0072, 78.19.01.0041 e 78.19.01.0043. O Conselho

Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, as prorrogações dos prazos para conclusão dos Inquéritos Cíveis por 01 (um) ano e determinou que fosse oficiado aos Promotores de Justiça. **11. COMUNICAÇÃO** formulada através do Ofício nº 174/2019, datado de 10 de maio de 2019, da lavra do Exmo. Promotor de Justiça Doutor **Etélio de Carvalho Prado Júnior**, sobre o **arquivamento da Notícia de Fato Proej nº 31.19.01.0028**. O Conselho Superior fora devidamente cientificado. **12. COMUNICAÇÃO** referente ao arquivamento sumário dos Procedimentos Administrativos, nos termos do art. 46, parágrafo único da Resolução n.º 008/2015 do CPJ/SE, a seguir relacionados: Proej nº 31.18.01.0077, 56.17.01.0020, 46.18.01.0062, 46.18.01.0078, 58.19.01.0046 e 58.19.01.0027. O Conselho Superior fora cientificado. **13. APRECIÇÃO para homologação** da indicação do Promotor de Justiça, com o objetivo de substituir o Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador de Justiça Carlos Augusto Alcântara Machado, no período de 06.05 a 15.05.2019, substituto Doutor **Augusto César Leite de Resende**, para exercer as funções de cargo de Procurador de Justiça. Após análise, o Conselho Superior, por unanimidade, homologou a referida indicação. **14. APRECIÇÃO**, discussão e julgamento das promoções de arquivamento dos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e Inquéritos Cíveis, a seguir discriminados: **1. Procedimento Preparatório PROEJ nº 03.18.01.0008** – 2ª Promotoria de Justiça de Itaporanga D'Ajuda. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Prefeitura Municipal de Salgado. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação)**. **2. Procedimento Preparatório PROEJ nº 04.18.01.0040** – 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros. Interessados: André Luis Dantas Ramos e não identificado. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação)**. **3. Inquérito Civil PROEJ nº 17.18.01.0109** – 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Anônimo e Cristiano de Jesus Santos. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação)**. **4. Inquérito Civil PROEJ nº 22.17.01.0071** – Promotoria de Justiça de Capela. Interessados: Coordenadoria Geral da Divisão de Serviço Social do MP e Câmara Municipal de Capela. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação)**. **5. Inquérito Civil PROEJ nº 24.17.01.0037** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Anônimo e Município de São Cristóvão. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação)**. **6. Inquérito Civil PROEJ nº 34.17.01.0053** – Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Município de Pedra Mole. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação)**. **7. Inquérito Civil PROEJ nº 34.18.01.0006** – Promotoria de Justiça de Frei Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Interessados: Câmara de Vereadores de Pinhão/SE e Município de Pinhão. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 8. Inquérito Civil PROEJ nº 38.14.01.0008** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Sob Sigilo e Prefeito do Município de Gararu. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 9. Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0203** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Marcílio Antônio Santos e Gilzete Dionísia de Matos. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 10. Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0204** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Antônio dos Santos, Damário Belmiro Bispo Oliveira, José de Oliveira, vereador “Buraqueiro”. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 11. Inquérito Civil PROEJ nº 38.18.01.0020** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Marcílio Antônio Santos e Município de Gararu. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 12. Inquérito Civil PROEJ nº 53.17.01.0040** – Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Secretaria de Direitos Humanos (Disque 100), Célia Santos Ferreira e Marcelo Alves Nascimento. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 13. Inquérito Civil PROEJ nº 53.18.01.0043** – Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Conselho Tutelar de Brejo Grande e Diogo Max Viana da Silva. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação) 14. Inquérito Civil PROEJ nº 54.15.01.0249** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Renata Krempser Ptak. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 15. Inquérito Civil PROEJ nº 54.17.01.0114** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Sigiloso através Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Vanessa Soares Alexandre da Costa. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 16. Procedimento Preparatório PROEJ nº 54.18.01.0046** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Arthur Maynard Pereira Oliveira, Fundação Hospitalar de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 17. Inquérito Civil PROEJ nº 54.18.01.0091** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: COREN/SE, Secretaria de Saúde de Aracaju e USF Ministro Costa Cavalcante. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 18. Inquérito Civil PROEJ nº 57.17.01.0046** – Promotoria de Justiça de Indiaroba. Interessados: SINTESE e Estado de Sergipe. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 19. Inquérito Civil PROEJ nº 67.16.01.0065** – Promotoria de Justiça de Poço Redondo. Interessados: Conselho Tutelar de Poço Redondo e Tereza Ferreira Bonifácio. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 20. Inquérito Civil PROEJ nº 68.18.01.0025** – Promotoria de Justiça de Canindé do São Francisco. Interessados: Ministério Público de Sergipe e DESO. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 21. Inquérito Civil PROEJ nº 71.16.01.0012** – Promotoria de Justiça de Cristinápolis. Interessados: Anônimo através da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal de Tomar do Geru. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 22. Inquérito Civil PROEJ nº 72.17.01.0057** – 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da 3 de 17 Glória. Interessados: Sob sigilo através da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe, Marinêz Silva Pereira Lino e Prefeita do Município de Monte Alegre de Sergipe. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação). 23. Inquérito Civil PROEJ nº 68.17.01.0006** – Promotoria de Justiça de Canindé do São Francisco. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Secretaria Municipal da Educação. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação com Recomendação). 24. Inquérito Civil PROEJ nº 22.15.01.0077** – Promotoria de Justiça de Capela. Interessados: Augusto Célio França Cruz e Município de Capela. **Relatoria do Gabinete 1 (Homologação com**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Remessa a Outro Ramo). 25. Inquérito Civil PROEJ nº 106.18.01.0013 – 2ª Promotoria de Justiça de Neópolis. Interessados: Coletividade – Moradores do Povoado Espinheiro e Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO. **Relatoria do Gabinete 1 (Conversão em Diligência).** **26. Inquérito Civil PROEJ nº 04.15.01.0008 – 1ª** Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Município de Barra dos Coqueiros. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação).** **27. Procedimento Preparatório PROEJ nº 05.18.01.0075 – 10ª** Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Ana Maria Conceição Santos e Centro de Controle de Zoonoses – PMA. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **28. Procedimento Preparatório PROEJ nº 05.18.01.0130 – 10ª** Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Ewerton Gonçalves e Espetinho do Biro-Biro. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **29. Inquérito Civil PROEJ nº 10.18.01.0072 –** Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Aracaju. Interessados: Anonimato e Poder Público Municipal. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **30. Inquérito Civil PROEJ nº 11.19.01.0064 (um volume e em anexo o PA nº 11.17.01.0276) - 4ª** Prom. do Cidadão Esp. na Defesa do Acidentado do Trab., do Idoso, da Pessoas com Deficiência, dos Dir. Humanos em Geral e dos Direitos da Mulher. Interessados: Alvino de Matos e Cinemark – Shopping Jardins. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **31. Inquérito Civil PROEJ nº 17.18.01.0145 – 1ª** Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Anônimo e Hospital Veterinário Vicente Borelli. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **32. Inquérito Civil PROEJ nº 24.16.01.0003 –** Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Secretaria Estadual de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de São Cristóvão. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **33. Inquérito Civil PROEJ nº 28.17.01.0083 –** Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Prefeitura de Divina Pastora. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **34. Inquérito Civil PROEJ nº 28.17.01.0146 –** Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Anônimo, Prefeito Sílvio Maurício e Vereador Geraldo Anselmo. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **35. Inquérito Civil PROEJ nº 28.18.01.0043 –** Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Antônio dos Santos e Prefeitura de Santa Rosa de Lima. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **36. Inquérito Civil PROEJ nº 33.17.01.0052 –** Promotoria de Justiça de Ribeirópolis. Interessados: Superintendência Regional da Polícia Federal/SE e Município de Ribeirópolis. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **37. Inquérito Civil PROEJ nº 38.16.01.0044 (02 volumes) -** Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe e Município de Canhoba. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **38. Inquérito Civil PROEJ nº 48.16.01.0036 (01 volume e 02 pastas A/Z em anexo) -** 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana. Interessados: Sigiloso através da Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Município de Itabaiana. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **39. Inquérito Civil PROEJ nº 54.17.01.0065 – 9ª** Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Sônia Cristina Dantas de Melo e HUSE. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação)** **40. Inquérito Civil PROEJ nº 57.18.01.0084 –** Promotoria de Justiça de Indiaroba. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Alícia Santana Salvador Morais. **Relatoria do Gabinete 2**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Homologação) 41. Procedimento Preparatório PROEJ nº 59.18.01.0169 – Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Carlos Henrique de Jesus Figueiredo e Empresa de Transporte coletivo Atalaia. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação) 42. Inquérito Civil PROEJ nº 71.17.01.0066** – Promotoria de Justiça de Cristinápolis. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal de Tomar do Geru. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação) 43. Inquérito Civil PROEJ nº 72.16.01.0074** – 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. Interessados: Sob sigilo através da Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Município de Monte Alegre de Sergipe. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação) 44. Inquérito Civil PROEJ nº 78.17.01.0059** – Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Ministério Público de Alagoas e DEPOL. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação) 45. Inquérito Civil PROEJ nº 10.18.01.0043** – Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Aracaju. Interessados: Ministério Público de Sergipe e ENERGISA. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação com Recomendação) 46. Inquérito Civil PROEJ nº 34.19.01.0001** – Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Interessados: 6 de 17 ADEMA e Município de Frei Paulo. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação com Recomendação) 47. Inquérito Civil PROEJ nº 78.17.01.0101** – Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Conselho Tutelar de Boquim e CREAS Boquim. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação com Recomendação) 48. Inquérito Civil PROEJ nº 38.16.01.0099 (02 volumes)** - Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Moradores do Conjunto Elísio Araújo, em Gararu/SE, Município de Gararu e Mega Construções. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação com Remessa a Outro Ramo) 49. Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0103 (03 volumes)** - Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Anônimo e Município de Gararu. **Relatoria do Gabinete 2 (Homologação com Remessa a Outro Ramo) 50. Inquérito Civil PROEJ nº 31.16.01.0032** – 1ª Promotoria de Justiça de Tobias Barreto. Interessados: Sigiloso através da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe e Município de Tobias Barreto. **Relatoria do Gabinete 2 (Conversão em Diligência) 51. Inquérito Civil PROEJ nº 52.17.01.0072** – Promotoria de Justiça de Aquidabã. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Município de Graccho Cardoso. **Relatoria do Gabinete 2 (Conversão em Diligência) 52. Procedimento Preparatório PROEJ nº 54.18.01.0144** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Conselho Regional de Medicina e Hospital de Cirurgia. **Relatoria do Gabinete 2 (Conversão em Diligência) 53. Inquérito Civil PROEJ nº 65.17.01.0035** – Promotoria de Justiça de Carira. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Motel Luar. **Relatoria do Gabinete 2 (Conversão em Diligência) 54. Procedimento Preparatório PROEJ nº 97.18.01.0016** – 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Interessados: CMDCA e Conselho Tutelar 2º Distrito. **Relatoria do Gabinete 2 (Conversão em Diligência) 55. Procedimento Preparatório PROEJ nº 04.18.01.0010** – 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros. Interessados: Miguel Santana da Silva e Não identificado. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 56. Inquérito Civil PROEJ nº 05.16.01.0103** – 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Sigiloso e Proprietário do Escritório Fernandes Advogado. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 57. Procedimento Preparatório PROEJ nº 05.18.01.0059** – 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Seresta do Oliveira. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 58. Procedimento Preparatório PROEJ nº 12.18.01.0077** – 2ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: IPESAÚDE e COOPANEST/SE. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 59. Inquérito Civil PROEJ nº 17.17.01.0133** – 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Ministério Público Estadual de Sergipe e Norberto Alves Júnior “Zezinho do Bugio”. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 60. Inquérito Civil PROEJ nº 17.17.01.0137** – 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Anônimo e SMTT. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 61. Inquérito Civil PROEJ nº 18.16.01.0021** – 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada no controle e fiscalização do terceiro setor. Interessados: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Hugo Lima França e Outros. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 62. Inquérito Civil PROEJ nº 22.18.01.0020** – Promotoria de Justiça de Capela. Interessados: SINTESE, Estado de Sergipe e Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 63. Procedimento Preparatório PROEJ nº 26.17.01.0173** – Promotoria de Justiça de Carmópolis. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Município de General Maynard. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 64. Inquérito Civil PROEJ nº 28.17.01.0081** – Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Prefeitura de Riachuelo. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 65. Inquérito Civil PROEJ nº 31.16.01.0029** – 1ª Promotoria de Justiça de Tobias Barreto. Interessados: Lenilson José de França e Município de Tobias Barreto. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 66. Inquérito Civil PROEJ nº 34.14.01.0065** – Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Interessados: Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe e Secretaria de Saúde de Pedra Mole. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 67. Inquérito Civil PROEJ nº 37.18.01.0079 (01 volume e 01 anexo)** – Promotoria de Justiça de Cedro de São João. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe, Domingos Santos Neto e Flávio Freire Dias. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 68. Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0074** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Antônio Gomes da Mota Júnior e Município de Canhoba. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 69. Inquérito Civil PROEJ nº 41.13.01.0021** – 2ª Promotoria de Justiça de Lagarto. Interessados: Anônimo e Associação Comunitária e Produtiva São José. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 70. Inquérito Civil PROEJ nº 42.16.01.0001** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Lagarto. Interessados: Zeldia Maria do Nascimento e Município de Lagarto. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 71. Inquérito Civil PROEJ nº 45.17.01.0077** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Estância. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Secretária Municipal de Saúde. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 72. Inquérito Civil PROEJ nº 52.17.01.0107** – Promotoria de Justiça de Aquidabã. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Município de Aquidabã. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 73. Inquérito Civil PROEJ nº 54.15.01.0227** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: HC Alecrim Distribuidora LTDA, Fundação Hospitalar de Saúde e Josiane de Oliveira Costa. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 74. Inquérito Civil PROEJ nº 54.17.01.0198** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Direitos à Saúde. Interessados: Conselho Estadual de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 75. Inquérito Civil PROEJ nº 56.17.01.0008** – 1ª Promotoria de Justiça Distrital de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Clésia de Santana Santos e Município de Nossa Senhora do Socorro. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 76. Inquérito Civil PROEJ nº 57.18.01.0059** – Promotoria de Justiça de Indiaroba. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Danielze Soares Santos Alves. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 77. Inquérito Civil PROEJ nº 63.16.01.0118** – 1ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Renan Oliveira e Prefeitura de Socorro. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 78. Inquérito Civil PROEJ nº 67.15.01.0041** – Promotoria de Justiça de Poço Redondo. Interessados: Moradores do Povoado Ladeira da Onça e Companhia de Saneamento de Sergipe. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 79. Inquérito Civil PROEJ nº 71.17.01.0058** – Promotoria de Justiça de Cristinápolis. Interessados: Lenilton Oliveira Santos e Jefferson da Silva Melo. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 80. Inquérito Civil PROEJ nº 97.17.01.0009 (02 volumes)** - 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos 10 de 17 do Cidadão: especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Interessados: Ministério Público de Sergipe e SEMFAS. **Relatoria do Gabinete 3 (Homologação) 81. Inquérito Civil PROEJ nº 05.14.01.0135 (01 volume e um anexo)** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Ministério Público Estadual e Proprietário do Terreno. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 82. Inquérito Civil PROEJ nº 05.17.01.0051** – 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Associação Comunitária Esportiva Cultural Sol a Sol e Município de Aracaju. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 83. Inquérito Civil PROEJ nº 05.17.01.0117** – 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Anônimo e Bar da Avenida. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 84. Inquérito Civil PROEJ nº 05.18.01.0006** – 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural. Interessados: Anônimo e Maximus Academia. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 85. Procedimento Preparatório PROEJ nº 103.17.01.0006** – 3ª Promotoria de Justiça das Execuções Criminais da Comarca de Aracaju. Interessados: Ministério Público de Sergipe, Estado de Sergipe e SEJUC. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 86. Procedimento Preparatório PROEJ nº 11.18.01.0311** – 4ª Prom. do Cidadão Esp. na Defesa do Acidentado do Trab., do Idoso, da Pessoas com Deficiência, dos Dir. Humanos em Geral e dos Direitos da Mulher. Interessados: Ministério Público Federal e Sheilla Raquel. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 87. Procedimento Preparatório PROEJ nº 15.18.01.0069** – 3ª Promotoria de Justiça do Cidadão 11 de 17 Esp. no Controle Externo da Atividade Policial, e Questões Agrárias e com Atuação no Sistema Prisional. Interessados: Josephe Pereira Barreto, Delegado Werner Azevedo de Almeida e Escrivão de identidade não informada. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 88. Inquérito Civil PROEJ nº 16.18.01.0060** – 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Hotelzinho Ônix. **Relatoria do**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 89. Inquérito Civil PROEJ nº 17.18.01.0033 – 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Ministério Público de Sergipe ex officio e Município de Aracaju. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 90. Procedimento Preparatório PROEJ nº 20.18.01.0011** – 1ª Promotoria de Justiça de Itaporanga D'Ajuda. Interessados: Elinete Santos Alves e Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 91. Inquérito Civil PROEJ nº 24.15.01.0037** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Ministério Público Federal e Secretaria de Saúde de São Cristóvão. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 92. Inquérito Civil PROEJ nº 24.17.01.0007** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Silvanio Oliveira Conceição e SMTT. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 93. Inquérito Civil PROEJ nº 24.17.01.0029** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Categoria de taxistas do município de São Cristóvão e SMTT. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 94. Procedimento Preparatório PROEJ nº 24.18.01.0013** – Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Ministério Público de Sergipe de Ofício e Secretaria Estadual de Educação. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 95. Inquérito Civil PROEJ nº 25.16.01.0043** – Promotoria de Justiça de Umbaúba. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal de Umbaúba. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 96. Procedimento Preparatório PROEJ nº 25.18.01.0021** – Promotoria de Justiça de Umbaúba. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Comerciantes Umbaúba. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 97. Inquérito Civil PROEJ nº 26.15.01.0059** – Promotoria de Justiça de Carmópolis. Interessados: Ministério Público de Sergipe, Município de Carmópolis, Município de General Maynard e Município de Rosário do Catete. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 98. Procedimento Preparatório PROEJ nº 27.18.01.0033** – Promotoria de Justiça de Maruim. Interessados: SINTESE e Prefeitura Municipal de Santo das Brotas. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 99. Inquérito Civil PROEJ nº 28.17.01.0084** – Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Carlos Alberto Bonfim dos Santos e Secretária de Educação de Riachuelo. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 100. Inquérito Civil PROEJ nº 30.13.01.0016** – Promotoria de Justiça de Arauá. Interessados: Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP) e Maria de Lourdes Nascimento. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 101. Inquérito Civil PROEJ nº 31.16.01.0026** – 1ª Promotoria de Justiça de Tobias Barreto. Interessados: Edimagno Araújo de Souza e Município de Tobias Barreto. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 102. Inquérito Civil PROEJ nº 32.17.01.0024** – Promotoria de Justiça de Campo do Brito. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Prefeitura de Campo do Brito. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 103. Procedimento Preparatório PROEJ nº 33.18.01.0092** – Promotoria de Justiça de Ribeirópolis. Interessados: Sob sigilo, através da Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Estado de Sergipe. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 104. Inquérito Civil PROEJ nº 34.16.01.0054 (03 volumes)** - Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público de Sergipe e Município de Pinhão – Gestão Eduardo Marques. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 105. Inquérito Civil PROEJ nº 34.17.01.0056** – Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Néelson Giló da Cruz Júnior. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 106. Inquérito Civil PROEJ nº 34.18.01.0023** – Promotoria de Justiça de Frei Paulo. Interessados: Sigiloso e “Não identificado”. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 107. Inquérito Civil PROEJ nº 38.16.01.0079** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Cartório do Ofício Único de Nossa Senhora de Lourdes. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 108. Inquérito Civil PROEJ nº 38.16.01.0223** – Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Anônimo e Renibergna Silveira Santos Mouras. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 109. Inquérito Civil PROEJ nº 54.16.01.0115 (02 volumes)** - 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 110. Procedimento Preparatório PROEJ nº 54.18.01.0187** – 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão – especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Sigiloso através da Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Luciana Barros de Santana. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 111. Inquérito Civil PROEJ nº 63.17.01.0122** – 1ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Anônimo e Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 112. Inquérito Civil PROEJ nº 63.17.01.0131** – 1ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: José Edwyn Silva Gomes e SMTT. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 113. Inquérito Civil PROEJ nº 71.16.01.0038 (02 volumes.)** - Promotoria de Justiça de Cristinápolis. Interessados: Diogo Luchetta Ronchi e Prefeitura Municipal de Cristinápolis. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 114. Inquérito Civil PROEJ nº 72.17.01.0009 (02 volumes)** - 2ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora da Glória. Interessados: Procuradoria da República no Estado de Sergipe e Antônio Fernandes Rodrigues Santos. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 115. Procedimento Preparatório PROEJ nº 74.18.01.0016** – 1ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras. Interessados: Votorantim Cimentos e Estado de Sergipe. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 116. Inquérito Civil PROEJ nº 76.14.01.0045** – Promotoria de Justiça de Malhador. Interessados: Associação Sergipana dos Empresários de Obras Públicas e Privadas – ASEOPP e Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe – ACASE. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 117. Inquérito Civil PROEJ nº 80.17.01.0042** – 2ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Anônimo e Município de Nossa Senhora do Socorro. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 118. Procedimento Preparatório PROEJ nº 85.18.01.0072** – 2ª Promotoria de Justiça de Tobias Barreto. Interessados: Prefeitura Municipal de Tobias Barreto e Rômulo Mário Daltro Pinto. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação) 119. Inquérito Civil PROEJ nº 52.18.01.0161 (02 volumes)** - Promotoria de Justiça de Aquidabã. Interessados: Vereadora Ana Paula Aragão Pereira Santos, outros e Prefeitura de Muribeca. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Homologação com Remessa a Outro Ramo) 120. Inquérito Civil PROEJ nº 40.19.01.0011** – 1ª Promotoria

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

de Justiça de Lagarto. Interessados: Sob sigilo, através da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe e Fábio Franklin. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Conversão em Diligência) 121. Inquérito Civil PROEJ nº 52.18.01.0222** – Promotoria de Justiça de Aquidabã. Interessados: Coordenadoria Geral do MP e Prefeitura de Muribeca. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Conversão em Diligência) 122. Inquérito Civil PROEJ nº 28.10.01.0292** – Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Procuradoria da República no Estado de Sergipe e Município de Divina Pastora. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Não Homologação) 123. Inquérito Civil PROEJ nº 51.15.01.0019** – 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Itabaiana. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Delegacia Regional de Itabaiana. **Relatoria do Gabinete da Corregedoria-Geral (Não Homologação)**. Após deliberação, os Procedimentos Administrativos, Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e Inquéritos Cíveis constantes dos itens “1”, “2”, “3”, “4”, “5”, “6”, “7”, “8”, “9”, “10”, “11”, “12”, “13”, “14”, “15”, “16”, “17”, “18”, “19”, “20”, “21”, “22”, “23”, “24”, “26”, “27”, “28”, “29”, “30”, “31”, “32”, “33”, “34”, “35”, “36”, “37”, “38”, “39”, “40”, “41”, “42”, “43”, “44”, “45”, “46”, “47”, “48”, “49”, “55”, “56”, “57”, “59”, “60”, “61”, “62”, “63”, “64”, “65”, “67”, “68”, “69”, “71”, “72”, “73”, “74”, “75”, “76”, “77”, “78”, “79”, “80”, “81”, “82”, “83”, “84”, “85”, “86”, “87”, “88”, “89”, “90”, “91”, “92”, “93”, “94”, “95”, “96”, “97”, “98”, “99”, “100”, “101”, “102”, “103”, “104”, “105”, “106”, “107”, “108”, “109”, “110”, “111”, “112”, “113”, “114”, “115”, “116”, “117”, “118” e “119” foram arquivados, por unanimidade. Em relação ao procedimento do item “23” o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Josenias França do Nascimento** posicionou-se no sentido da homologação da promoção de arquivamento com Recomendação de que a Promotoria de Justiça de origem informe ao CSMP qual o número do PA instaurado para acompanhar o cumprimento do TAC. Após discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a homologação da promoção de arquivamento com a referida Recomendação. Em relação ao procedimento constante do item “24” o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Josenias França do Nascimento** posicionou-se no sentido da promoção de arquivamento com remessa a outro ramo. Após ampla discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a promoção de arquivamento com a referida remessa. Em relação ao procedimento do item “25” o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Josenias França do Nascimento** posicionou-se no sentido da conversão do julgamento em diligência. Após discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a conversão do julgamento em diligência. Em relação ao procedimento do item “40” a Excelentíssima Senhora Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça** posicionou-se no sentido da homologação da promoção de arquivamento com Recomendação de que a Promotoria de Justiça de origem informe ao CSMP qual o número de registro no PROEJ do PA, caso seja instaurado procedimento administrativo com o objetivo de fiscalizar a execução do TAC, ou o seu cumprimento, caso seja desnecessária a instauração do PA. Em relação aos procedimentos dos itens “45”, “46” e “47” a Excelentíssima Senhora Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça** posicionou-se no sentido das homologações das promoções de arquivamento com Recomendação de que as Promotorias de Justiça de origem informe ao CSMP quais os números dos PAs instaurados para acompanhar o cumprimento dos TACs. Após discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, as homologações das promoções de arquivamento com as referidas

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Recomendações. Em relação aos procedimentos dos itens “48” e “49” a Excelentíssima Senhora Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça** posicionou-se no sentido das promoções de arquivamento com remessas a outro ramo. Após ampla discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, as promoções de arquivamento com as referidas remessas. Em relação aos procedimentos dos itens “50”, “51”, “52”, “53”, “54” a Excelentíssima Senhora Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça** posicionou-se no sentido das conversões do julgamento em diligência. Após discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, as conversões do julgamento em diligência. Em relação ao procedimento do item “55” o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Luiz Valter Ribeiro Rosário** posicionou-se no sentido da promoção de arquivamento com remessa a outro ramo. Após ampla discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a promoção de arquivamento com a referida remessa. Em relação ao procedimento do item “58” foi retirado de pauta para que o Conselheiro Relator insira o voto no sistema PROEJ. Em relação ao procedimento do item “65” o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Luiz Valter Ribeiro Rosário** posicionou-se no sentido da promoção de arquivamento com remessa a outro ramo. Após ampla discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a promoção de arquivamento com a referida remessa. Em relação aos procedimentos dos itens “66” e “70”, após ampla discussão, o Conselho Superior do Ministério Público decidiu, por maioria, **conhecer como comunicações de ajuizamento de ações**. Em relação ao procedimento do item “119” o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Moacyr Soares da Motta** posicionou-se no sentido da promoção de arquivamento com remessa a outro ramo. Após ampla discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a promoção de arquivamento com a referida remessa. Em relação aos procedimentos dos itens “120” e “121”, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Doutor **Moacyr Soares da Motta** posicionou-se no sentido das conversões do julgamento em diligência. Após discussão, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, as conversões do julgamento em diligência. Em relação ao procedimento do item “122”, **após ampla discussão**, a Excelentíssima Senhora Conselheira Doutora **Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg** alterou o posicionamento inicial da Corregedoria Geral, no sentido da Conversão em Diligência expressa no voto. Assim, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a Conversão do Julgamento em Diligência. Em relação ao procedimento do item “123” foi retirado de pauta e encaminhado para o Gabinete da Conselheira Doutora **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça**, em decorrência do “pedido de vista”.

3. COMUNICAÇÃO DE DECISÕES MONOCRÁTICAS, SEM HOMOLOGAÇÃO Com base no **ASSENTO n° 16** do Conselho Superior do Ministério Público, datado de 27 de janeiro de 2015, foram cientificadas ao CSMP as Decisões Monocráticas, sem homologação dos Procedimentos Preparatórios e dos Inquéritos Cíveis a seguir relacionados: 1 - **Inquérito Civil PROEJ n° 53.17.01.0062** – Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Sigiloso através da Ouvidoria do MP/SE e JACARÉ. **Relatoria do Gabinete** 2 O Conselho Superior fora cientificado. 4. **COMUNICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÕES MONOCRÁTICAS DE ARQUIVAMENTOS** Com base nos **ASSENTOS n°s 02, 04, 05, 05-A**, do Conselho Superior do Ministério Público, datados de 21 de março de 2012, **ASSENTO n° 13**, datado de 26 de agosto de 2014, fora cientificado ao CSMP o arquivamento do Inquérito Civil a seguir relacionado: **Inquérito**

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0861 de 12 de Julho de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Civil PROEJ nº 78.16.01.0025 – Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, CAPS e CREAS do Município de Boquim. **Relatoria do Gabinete 1 (Assentos nº 04 e 05) 2 – Inquérito Civil PROEJ nº 56.16.01.0012 (07 volumes)** - 1ª Promotoria de Justiça Distrital de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Município de Nossa Senhora do Socorro. **Relatoria do Gabinete 1 (Assentos nº 02 e 05-A)**. O Conselho Superior fora cientificado. Como nada a mais houvesse a tratar, Sua Excelência, o Presidente do Conselho Superior, declarou encerrada a Sessão. Eu, _____, **Maria Helena Moreira Sanches Lisboa**, Secretária do CSMP, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.